

PROC N° 1152/09.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que procedi a abertura destes autos às fls. n° 601, para melhor manuseio dos autos.

Sorocaba, 27 de julho de 2011.

Eu, _____ escr. subscrevo

Chapelton de Willems (Antique Standards & Furniture)

604

9º TABELIÃO DE NOTAS - SP
Rua Paulo Roberto Fernandes - Tabelião
Rua Guilhermino de Andrade N.º 137 - Fone: 2296-2611
AUTÊNTICO e crescente de 100% propagação e afirmação ori-
ginal e não apresentada ao para reprodução. Dou Fé

2. Page 19 NOV. 2009

Marcelo Antônio de Jesus Aguiar - Marcos Eduardo Fernandes
Marcelo Campos dos Santos - Renato Hoelzel Figueiredo

SEARCHED INDEXED
SERIALIZED FILED
JUN 19 1964
FBI - NEW YORK

BANCO SANTANDER S.A.

UNIDADE AÇÚCAR E ALCÓOL S.A., termo público que requerer no CETESB o Renascimento de Licença de Operação para Fabricação de

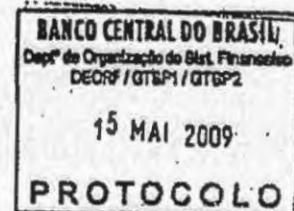
A USINA DA BARRA S.A. AÇÚCAR E ALCÓOL - UNIDADE BARRA, termo público que requerer o CETESB o Renascimento de Licença de Operação de pro-

MOVIDPACK DE TIPOPA LTM, termo público que requerer do CETESB o Renascimento de Licença de Operação A. 42828171, válida até 18/12/2021 para intervir

São Paulo, 30 de abril de 2009.

Jurídico Societário C062/2009

Ao

BANCO CENTRAL DO BRASIL**Departamento de Organização do Sistema Financeiro - DEORF****Gerência Técnica em São Paulo - GTSP2**

Prezados senhores,

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., inscrito no CNPJ nº 90.400.888/0001-42, com sede na capital do Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno nº 474, vem, por seus Diretores Executivos infra-assinados, nos termos da Resolução nº 3.040, de 28/11/2002, do Conselho Monetário Nacional (e seu Regulamento anexo) e da Circular nº 3.179, de 26/2/2003, do Banco Central do Brasil, requerer a V.Sas. a autorização para o ato de reorganização societária consistente na incorporação do Banco ABN AMRO Real S.A., inscrito no CNPJ nº 33.066.408/0001-15, implementada através das assembléias gerais extraordinárias realizadas em 30 de abril de 2009, conforme anexos.

Para tanto passa a prestar as informações e esclarecimentos a seguir.

I - DA REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

As administrações do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander") e do Banco ABN AMRO Real S.A. ("Banco Real"), em reuniões realizadas em 14 de abril de 2009, decidiram aprovar e encaminhar à deliberação de seus acionistas a implementação de uma reorganização societária envolvendo as duas instituições financeiras, de forma que o Banco Real, subsidiária integral do Banco Santander, fosse incorporado por esta Companhia, com fundamento nos artigos 224 e 227 da Lei nº 6.404/76.

Rua Amador Bueno nº 474 - São Paulo/SP

CEP: 04752-900

14 OUT. 2009

MARCOS ANTONIO DE JESUS FIGUEIRA
Sócio Responsável por Voto

17

Devidamente convocadas e realizadas as assembléias gerais, para as quais foram observadas todas as prescrições legais e regulamentares aplicáveis, restou aprovada a incorporação do Banco Real pelo Banco Santander, que o sucedeu em todos os seus direitos e obrigações, ficando extinto, conseqüentemente, o banco incorporado.

Os objetivos precípuos da incorporação foram: (i) consolidar os investimentos do Grupo Santander no país, com o conseqüente fortalecimento de sua estrutura operacional e organizacional e a unificação das suas atividades; e (ii) integração das atividades bancárias das Companhias.

A implementação da incorporação representa uma etapa relevante do processo de simplificação, integração e consolidação das operações financeiras e dos investimentos do Grupo Santander no Brasil.

A incorporação justifica-se também na medida em que encontram-se concluídas as principais atividades que permitem a conclusão dos negócios através de uma única entidade jurídica, permitindo a consolidação para todos os fins comerciais, contábeis e financeiros, e permitirá a conclusão do plano de integração operacional, administrativo e tecnológico que vem sendo implementado a partir da aquisição do controle do Banco Real em julho de 2008, seguida da incorporação das ações de emissão do Banco Real pelo Banco Santander, ocorrida em agosto de 2008, em especial com relação aos aspectos de governança corporativa, atividades comerciais, atividades administrativas e pessoal.

A incorporação permitirá também a simplificação e racionalização da atual estrutura societária das Companhias com a redução de custos administrativos, especialmente aqueles relacionados às obrigações legais e contábeis.

No que diz respeito às dependências no exterior, como consequência dessa incorporação, as agências do Banco Real e do Banco Santander,

9.0 TABELÃO DE NOTAS - SP
Rua Amador Bueno nº 474 - CEP: 04495-901 - Fone: 3346-2811
São Paulo/SP.

S. Paulo,

14 OUT. 2008

MARCOS ANTONIO DE JESUS REBORETO

válido até 14/10/2008

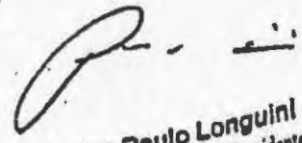
localizadas nas Ilhas Cayman, a partir desta data, deverão integrar as suas atividades passando a atuar através de uma única agência, mantendo as mesmas atividades comerciais que estavam em curso de maneira separada. Dessa forma, requer a reaplicação de recursos da dependência do Banco Real para a dependência do Banco Santander, nos termos do MNI 1.4.2.12-"a".

Tal pedido de reaplicação de capital da agência do Banco Real para a agência do Banco Santander em Cayman, ora requerido, tem como objetivo adequar o volume de recursos próprios alocados à Agência e suportar a manutenção e o crescimento previsto no volume dos negócios.

Com essas razões e justificativas acima, requer a aprovação da incorporação do Banco Real, na forma do art. 10, inciso IX, alínea "c", da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.


Marco Antonio Martins de Araújo Filho

Diretor Executivo


Pedro Paulo Longuini
Diretor Vice-Presidente Executivo

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

00 TABELÃO DE NOTAS SP
Paulo Roberto Fernandes - Tabelião
Rua Quatro de Julho, N.º 237 - Fone: 3258-2811
AUTENTICO e Genuino o presente documento conforme o original e com a aprovação da Câmara Municipal de São Paulo

Rua Amador Bueno nº 474 - CEP: 04752-907

São Paulo/SP

14 OUT. 2009

MARCOS ANTONIO DE JESUS AGUIAR
DELEGADO REGISTRADO EM VERA CRUZ - RJ



RELACÃO DE DOCUMENTOS ANEXOS

(Carta Jurídico Societário nº C062/2009)

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2009

Doc. 01 - 2 (duas) vias originais do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação do Banco ABN AMRO Real S.A. pelo Banco Santander (Brasil) S.A.";

Doc. 02 - 2 (duas) vias originais do Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil do Banco ABN AMRO Real S.A. elaborado pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes;

Doc. 03- 2 (duas) vias originais da Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Banco Santander, realizada em 30.04.2009 às 15 horas, deliberando sobre a incorporação do Banco Real, a nomeação dos peritos (empresas especializadas) para a avaliação do patrimônio, e outros itens da pauta, na forma da lei;

Doc. 04 - 2 (duas) vias originais da relação de filiais do Banco Real, sucedidas pelo Banco Santander;

Doc. 05 - Organograma do Conglomerado econômico Santander de todas as empresas, com os respectivos percentuais de capital votante e total detidos, elaborado antes da incorporação do Banco Real - 1 (uma) via original;

Doc. 06 - Organograma do Conglomerado econômico Santander de todas as empresas, com os respectivos percentuais de capital votante e total detidos, elaborado após a incorporação do Banco Real - 1 (uma) via original;

9. TABELIAÇÃO DE NOTAS - SP
Paulo Roberto Fernandes Tabelação
Rua Quinto de Andrade n.º 230 - Fone: 6244-2811
e-mail: paulo@tabelação.com.br

Rua Amador Bueno nº 474 - CEP: 04752-901
São Paulo/SP. 14 OUT. 2009

MARCOS ANTONIO DE JESUS AGUIAR
DELEGADO REGISTRADO EM CARTÓRIO PÚBLICO



Doc. 07 – 2 (duas) vias originais das Atas das Reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração do Banco Santander, realizadas em 14.04.2009, 15h30min e 16 horas, respectivamente;

Doc. 08 - Editais de convocação das assembléias gerais dos acionistas do Banco Santander, sendo:

- 3 (três) vias originais do "Diário Oficial do Estado de São Paulo", edição dos dias 15, 16 e 17 de abril de 2009;**
- 3 (três) vias originais da "Gazeta Mercantil", edição dos dias 15, 16 e 17 de abril de 2009.**

CO O TABELÃO DE NOTAS - SP
CO O TABELÃO DE NOTAS - SP
Rua Amador Bueno nº 474 - CEP: 04752-901
São Paulo/SP. 14 OUT. 2009

Rua Amador Bueno nº 474 - CEP: 04752-901
São Paulo/SP. 14 OUT. 2009

MARCOS ANTONIO DE JESUS AGUIAR
SEUS ASSINADOS POR MÉRITO - ANTONIO AGUIAR R.



BANCO ABN AMRO REAL S.A.
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2009

Doc. 09 – 2 (duas) vias originais do “Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação do Banco ABN AMRO Real S.A. pelo Banco Santander (Brasil) S.A.”;

Doc. 10 – 2 (duas) vias originais do Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil do Banco Real elaborado pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes;

Doc. 11 – 2 (duas) vias originais da relação de filiais do Banco Real, sucedidas pelo Banco Santander;

Doc. 12 – 2 (duas) vias originais da Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Banco Real realizada em 30.04.2009 às 11 horas, deliberando sobre a incorporação pelo Banco Santander, a nomeação dos peritos (empresas especializadas) para a avaliação do patrimônio, e outros itens da pauta, na forma da lei;

Doc. 13 – 2 (duas) vias originais da Ata da Reunião da Diretoria do Banco Real, realizada em 14.04.2009 às 14 horas.

1.º TABELIAO DE NOTAS - SP

Paulo Roberto Fernandes - Tabelião

Rua Quatro de Abril nº 277 - Fone: 3258-2611

AUTENTICO e PERSONALIZADO conforme a Lei

Rua Amador Bueno nº 474 – CEP: 04752-001

São Paulo/SP

14 OUT. 2009

MARGOS ANTONIO DE JESUS AGUIAR

DELEGADO REGISTRADO POR VERBA VALOR AUTORIZADO



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO
SANTANDER (BRASIL) S.A. E DO BANCO ABN AMRO REAL S.A. DE 31 DE
MARÇO DE 2009 COM O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Doc. 14 – 2 (duas) vias originais das Demonstrações Financeiras do Banco Santander;
Doc. 15 – 2 (duas) vias originais das Demonstrações Financeiras do Banco Real.

Rua Amador Bueno nº 474 – CEP: 04756-904
São Paulo/SP. 14.08.2009

MARCOS ANTÔNIO DE JESUS AGUIAR
SELO REGISTRADO POR VENDA - VALOR RECEBIDO R\$ 200,00





9º TABELIÃO DE NOTAS

SÃO PAULO - SP

COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO

TABELIÃO PAULO ROBERTO FERNANDES



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER AUTENTICAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

NASCIMENTO, inscrita na OAB/SP sob o nº 218.978 e no CPF/MF sob o nº 216.674.828-74; **ARISTIDES JOSÉ CAVICCHIOLI FILHO**, inscrito na OAB/SP sob o nº 139.279 e no CPF/MF sob o nº 149.185.658-08; **CIBELE RAPIS**, inscrita na OAB/SP sob o nº 111.879 e no CPF/MF sob o nº 089.867.658-45; **CLESTON JIMENES CARDOSO**, inscrito na OAB/SP sob o nº 97.814 e no CPF/MF sob o nº 052.251.208-90; **DANIEL SODERO VALERIO**, inscrito na OAB/SP sob o nº 216.152 e no CPF/MF sob o nº 216.014.828-84; **DEBORA PIRES SILVA E SANTOS**, inscrita na OAB/SP sob o nº 155.949 e no CPF/MF sob o nº 182.806.908-67; **DEMETRIO OLIVEIRA DE PAULA**, inscrito na OAB/SP sob o nº 118.583 e no CPF/MF sob o nº 070.975.868-50; **FERNANDA HIRAICHI**, inscrita na OAB/SP sob o nº 233.513 e no CPF/MF sob o nº 221.542.408-79; **JANICE DE SÁ GARAY**, inscrita na OAB/SP sob o nº 266.279 e no CPF/MF sob o nº 764.632.220-20; **MARIA APARECIDA MOZART DA SILVA**, inscrita na OAB/SP sob o nº 133.334 e no CPF/MF sob o nº 052.658.698-24; **MARIA EUNICE GONZALEZ BRUDER ALBERTI**, inscrita na OAB/SP sob o nº 105.751 e no CPF/MF sob o nº 033.429.638-24; **SYLVIA HELENA HOFFMANN MIRANDA DIAS**, inscrita na OAB/SP sob o nº 177.874 e no CPF/MF sob o nº 186.892.478-58; **VIVIANE MIYATA**, inscrita na OAB/SP sob o nº 170.226 e no CPF/MF sob o nº 251.941.258-52; **SAMUEL AMOROSO DAMIANI**, inscrito na OAB/SP sob o nº 132.927 e no CPF/MF sob o nº 132.345.048-30; **NADIA CELINA AOKI BORGUEZAN**, inscrita na OAB/SP sob o nº 155.163 e no CPF/MF sob o nº 176.250.838-96; **FERNANDA BALDOINO DE MENEZES YAMAMOTO**, inscrita na OAB/SP sob o nº 177.033 e no CPF/MF sob o nº 084.719.008-07; **MAGDA MARIA LEMOS MESTRINEL**, inscrita na OAB/SP sob o nº 200.670 e no CPF/MF sob o nº 936.721.288-72; **SUELI MITIKO ANDO TAMAOKI**, inscrita na OAB/SP sob o nº 192.334 e no CPF/MF sob o nº 253.295.448-58; **RENATA AKEMI PACHECO FERREIRA**, inscrita na OAB/SP sob o nº 222.373 e no CPF/MF sob o nº 277.720.618-03; **ERIKA SHIMAKOISHI**, inscrita na OAB/SP sob o nº 131.750 e no CPF/MF sob o nº 152.351.588-06; **CARLOS SHIGUEJI OHARA**, inscrito na OAB/SP sob o nº 90.805 e no CPF/MF sob o nº 731.750.568-49; **BERENICE CONGENTINO CARNEIRO**, inscrita na OAB/SP sob o nº 186.445-B e no CPF/MF sob o nº 245.778.658-40; **SUELI HIPÓLITO DE SOUZA TRIGUEIRO**, inscrita na OAB/SP sob o nº 66.364 e no CPF/MF sob o nº 032.418.608-84; **ROBERTA OLIVEIRA FARIA**, inscrita na OAB/SP sob o nº 236.183 e no CPF/MF sob o nº 303.781.538-89; **ROSA HELENA SILVA**, inscrita na OAB/SP sob o nº 228.191 e no CPF/MF sob o nº 115.666.698-80; **SÍLVIA**

AUTENTICAÇÃO
DAS PESSOAS NATURAIS DO
28º SUBDISTRITO JARDIM PAULISTA
Em 07 de março de 2010, às 10h30min, compareceu a este Tabelião o Sr. PAULO ROBERTO FERNANDES, Tabelião Público, para autenticar a presente cópia reprografiada de uma certidão de nascimento, a qual contém o nome e o CPF/MF das pessoas mencionadas no texto da mesma.

São Paulo,



10202602572679.000483180-5

P:02639 R:010180



RUA QUIRINO DE ANDRADE 237 CENTRO
SÃO PAULO SP CEP 01049-010
FONE/FAX: 11-32582611

9º TABELIÃO DE NOTAS

SÃO PAULO - SP

COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO

TABELIÃO PAULO ROBERTO FERNANDES

616
XX
97

seus cancelamentos, protestos cambiais de títulos, desistência do protesto, requerendo o que for mister no interesse dos Outorgantes, adjudicar e arrematar bens, apresentar defesas, reclamações, consultas, recursos e pedidos de reconsideração perante todas as autoridades administrativas, inclusive Prefeituras, Tribunal de Impostos e Taxas do Estado, Conselhos de Contribuintes, usando para esses fins inclusive os poderes constantes da letra "a" supra, podendo nomear prepostos deles Outorgantes, fixando as atribuições respectivas no instrumento competente e substabelecer no todo ou em parte os poderes constantes do presente mandato, enfim praticar os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato. - De como assim o disseram, do que dou fé. Os representantes da Outorgante, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, são os Senhores: **OSCAR RODRIGUEZ HERRERO**, espanhol, solteiro, administrador, portador do RNE nº V485694-0, inscrito no CPF/MF sob o nº 060.185.177-39 e **ARNALDO PENTEADO LAUDISIO**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG nº. 8.147.151-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 089.070.238-16. - Pediram-me lhes lavrei este instrumento que lido em voz alta, foi achado em tudo conforme, aceitaram, outorgaram e assinam. Eu, **(Rafael Del Neri)** Escrevente Autorizado o lavrei. Eu, **JOSE SOLON NETO**, Tabelião Substituto, a subscrevo e assino. (a.a.) **OSCAR RODRIGUEZ HERRERO / ARNALDO PENTEADO LAUDISIO** (Paga as taxas ao Estado, ao IPESP, ao Registro Civil, ao Tribunal de Justiça e a Santa Casa). 1) CERTIFICO QUE O PRESENTE FOI SUBSTABELECIDO COM RESERVA DE PODERES, NESTA SERVENTIA, LIVRO 8999, FOLHAS 133, 135, 139, 141, 143, 145, 147, 149, 151, 153, 155, 157, 161, 163, 165, 167, 171, 175, 177, 181, 183, 185, 187, 189, 191, 193, 195, 197, 199, 203, 205, 207, 209, 211, 213, 217, 219, 221, 223, 225, 229, 235, 237, 239, 241, 243, 245, 247, 249, 251, 253, 255, 257, 259, 261, 265, 267, 269, 271, 273, 277, 279, 283, 285, 287, 289, 291, 293, 295, 297, 299, 301, 303, 305, 309, 311, 313, 315, 317, 319, 321, 323, 325, 327, 329, 331, 333, 337, 339, 341, 343, 345, 347, 349, 351, 355, 357, 359, 361, 363, 365, 369, 371, 375, 377, 379, 383, 385, 387, 389, 391, 393, 395 e 397, AOS 05.11.2009. 2) CERTIFICO QUE O PRESENTE FOI SUBSTABELECIDO COM RESERVA DE PODERES, NESTA SERVENTIA, LIVRO 9018, FOLHAS 267, 269, 273, 275, 277, 279, 281, 283, 285, 319, 321 e 337, AOS 30.11.2009; 3) CERTIFICO QUE O PRESENTE FOI SUBSTABELECIDO COM RESERVA DE PODERES, NESTA SERVENTIA, LIVRO 9094, FOLHAS 175 E 176, AOS 18/02/2010; 4) CERTIFICO QUE O PRESENTE FOI SUBSTABELECIDO COM

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO, FALSIFICAÇÃO OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

União Internacional
do Notariado Latino
(Fundada em 1948)

10202602572679.000483181-3

P.02639 R.010181

A QUIRINO DE ANDRADE 237 CENTRO
SÃO PAULO SP CEP 01049-010
FONE/FAX: 11-32582611



9º TABELIÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃO PAULO ROBERTO FERNANDES

[Assinatura]



LIVRO - 8999 FOLHA - 211

Renato - RICARDO.PENACHIN

1º. TRASLADO

SUBSTABELECIMENTO DE PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZEM: CIBELE RAPIS e CLESTON JIMENES CARDOSO.

SAIBAM quantos este público instrumento de substabelecimento de procuração bastante virem que, aos CINCO (05) dias do mês de NOVEMBRO, do ano de DOIS MIL E NOVE (2009), nesta Cidade e Comarca da Capital do Estado de São Paulo, neste 9º Cartório de Notas situado à Rua Quirino de Andrade, 237, Centro, perante mim Escrevente Autorizado e do Tabelião, que a subscrive, compareceram como SUBSTABELECENTES: CIBELE RAPIS, divorciada inscrita na OAB/SP sob o nº 111.879 e no CPF/MF sob o nº 089.867.658-45 e CLESTON JIMENES CARDOSO, casado, inscrito na OAB/SP sob o nº 97.814 e no CPF/MF sob o nº 052.251.208-90, ambos brasileiros, advogados, domiciliados na Avenida Interlagos nº 3.501, no bairro de Interlagos, cidade de São Paulo-SP; - os presentes, que se identificaram através dos documentos supra mencionados, ora exibidos, e do que dou fé. - E, pels referidos Outorgantes, me foi dito que, por este público instrumento e na melhor forma de direito, vinham SUBSTABELECER, como de fato e na verdade SUBSTABELECIDOS ficam, com reserva de iguais para si, nas pessoas de: **RICARDO PENACHIN NETTO**, inscrito na OAB nº 31.4405 e no CPF/MF 045.044.888-68 e **CARLOS AUGUSTO NASCIMENTO**, inscrito na OAB nº 98.473 e no CPF/MF 099.722.558-08, ambos com escritório na RUA DR. RENATO PAES DE BARROS, 714 - CJ 111/112, São Paulo, Capital; os poderes que lhes foram outorgados através da procuração por instrumento público lavrada nestas notas, às folhas 243 e 245 do livro 8875, aos 31 de julho de 2009, por **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42, com sede nesta Capital na Rua Amador Bueno, nº 474 e **SANTANDER BRASIL ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.589.171/0001-06, com sede neste Estado, na Cidade de Barueri na Alameda Araguaia, nº 631/641, onde se lê: representar os outorgantes (a) no foro em geral, nos termos do Artigo 38 do Código de Processo Civil, podendo receber citações, intimações, prestar depoimento pessoal em Juízo, confessar, transigir, desistir, renunciar, juntar e/ou retirar documentos, usar dos recursos legais, levantar depósitos, receber e dar quitações relativas a pendências judiciais, assinar auto de adjudicação; nomear prepostos; (b) em processos de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, apresentando declarações de crédito ou impugnações, bem como representá-los perante os Comitês e Assembléias Gerais de Credores nos processos de Recuperação Judicial e Falência, bem como nos planos de Recuperação Extrajudicial; podendo participar das deliberações e proferir votos; (c) em resposta a ofícios judiciais e administrativos e (d) perante quaisquer repartições públicas sejam federais, estaduais ou municipais e autárquicas, promovendo registros, averbações, inscrições, cancelamentos, protestos cambiais de títulos, desistência do protesto, requerendo o que for mister no interesse dos Outorgantes,

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



União Internacional do Notariado Latino (Fundada em 1948)



10202602430569.000440724-0

P:02448 R:012724



29 JUL 2010

COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
RUA QUIRINO DE ANDRADE 237 CENTRO
SÃO PAULO SP CEP 01049-010
FONE/FAX: 11-32582611

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reservas de iguais, os poderes a mim conferidos por **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, á **MARIA FERNANDA DE FREITAS PENACHIN**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 217.887, **DANIELA MIE KIKUICHI**, brasileira, advogada, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 216.998, **ALESSSANDRO ALVES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 267.592, **DOUGLAS HENRIQUE DA SILVA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 175.837, **ELAINE LIBERATO DE OLIVEIRA**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 247.647, **WANDER BERNARDES DA SILVEIRA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SP 239.821, **LUCI CLEIDE CARDOSO**, brasileira, advogada inscrita na OAB/SP sob o nº 224.252, **ROSANGÊLA SAYUMI HIRAKAWA**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SP sob nº 172.351, **IVAN FABIO GONZAGA DEL BUONO**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob nº 243.486, **GLAUBER DE CASTRO**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob nº 242.996, **GLAUCO SANTARELI**, brasileiro, solteiro, estagiário, inscrito na OAB/SP sob o nº 176952-E, **RENATO CASTANHO LOPES**, brasileiro, solteiro, estagiário, inscrito na OAB/SP sob o nº 175.186-E, **JORGE LUIZ COELHO ZANGIROLAMI**, brasileiro, solteiro, estagiário, inscrito na OAB/SP sob o nº 173.656-E, **RENATO NOVELLI ALMEIDA CAMPOS**, brasileiro, solteiro, estagiário, inscrito na OAB/SP sob o nº 179185-E, **ANDRÉ MAN LI**, brasileiro, solteiro, estagiário, inscrito na OAB/SP sob o nº 181.281- Etodos com escritório na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 714, 11º andar, Itaim, São Paulo/SP, tel: (11) 3078-5556 e Rua Barão de Jaguará, 655, 13º andar, cjs. 1307, 1308 e 1309, Centro, Campinas/SP, tel.: (19) 3232-8289 e 3232-8462.

São Paulo, 08 de setembro de 2010.


RICARDO PENACHIN NETTO

O AB/SP nº 31.405

619
[Signature]

FÓRUM DE SOROCABA

30 SET 2010

CARTÓRIO 2º OFÍCIO CÍVEL

- () Despacho de fls.
- () Sentença de fls.
- () Acórdão
- () Certidão da(s) Origem (s) de fls.
- () Procuradoria
- () Outros

CERTIDÃO

Declara e dou fé que a Dra. Alice
S.K. Araújo Promotora de Justiça,
foi ciente da 1ª sentença de
fls. 586/589, em 24/09/10.
Em 05 de 10 de 2010.
[Signature]

REMETIDA EM 06/10/2010 (CONTROLE DO CARTÓRIO) V URG 06/10

- () Despacho de fls. _____
(X) Sentença de fls. 586/589 e Preparo de fls. _____
() Retirar _____
() Certidão do(a) Oficial (a) de fls. _____
() Providenciar _____
() Ciência _____
() Outros _____

CERTIDÃO – JORNAL 811

(Comunicado CG 998/2007)

Certifico e dou fé que o contido no quadro abaixo foi **disponibilizado** no Diário da Justiça Eletrônico, Caderno 4 – Judicial – 1ª instância – Interior III, em **07 de outubro de 2010**. Considera-se data da publicação o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Sorocaba, 7 de outubro de 2010.

(Escrevente Técnico Judiciário)

602.01.2009.024980-2/000000-000 - nº ordem 1152/2009 - Recuperação Judicial - GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA X BANCO DO BRASIL S/A - Assim sendo, considerando que a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica, conforme indicado o art. 47 da Lei 11.101/2005 (Lei de Falências e de Recuperação de Empresas); considerando o cumprimento dos requisitos do art. 58, § 1º, da mesma, de forma cumulativa; e, finalmente, considerando a viabilidade do Plano de Recuperação apresentado pela requerente, CONCEDO a Recuperação Judicial da empresa GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA, com base no Plano de fls.343/ss. Observa-se que esta decisão constitui título executivo judicial, nos termos do art. 584, "caput", III, do CPC, implicando em novação dos créditos anteriores ao pedido e obrigando a empresa devedora/requerente e todos os credores a ele sujeitos, sem prejuízo de suas garantias, nos termos do que determina o art. 59 e seu § 1º, da Lei 11.101/2005 (Lei de Falências e de Recuperação de Empresas). Eventual recurso de agravo de instrumento desta sentença deverá ser recebido unicamente no efeito devolutivo. Condeno a requerente no pagamento das custas e despesas processuais e honorários do administrador judicial no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na forma do despacho de fls.490/ss. Instalada a Assembléia Geral de Credores com quorum, resta prejudicada a instalação em 2ª convocação. P R I C. V. urg 06/10 - fls. 586/589 - ADV JOSE DOMINGOS VALARELLI RABELLO OAB/SP 44429 - ADV ALEXANDRE MAGALHÃES RABELLO OAB/SP 176713 - ADV SAMUEL ALVARES OAB/SP 289950 - ADV NEI CALDERON OAB/SP 114904 - ADV ÉDER GONÇALVES PEREIRA OAB/SP 257346 - ADV CARLOS AUGUSTO NASCIMENTO OAB/SP 98473 - ADV SILVIO CARLOS CARIANI OAB/SP 100148 - ADV JOSE CARLOS KALIL FILHO OAB/SP 65040 - ADV MARCIA HOLLANDA RIBEIRO OAB/SP 63227 - ADV RODRIGO THOMAZ SCOTTI MUZZI OAB/SP 56557 - ADV RICARDO PENACHIN NETTO OAB/SP 31405 - ADV JORGE VICENTE LUZ OAB/SP 34204 - ADV MICHEL CHEDID ROSSI OAB/SP 87696 - ADV ROSÂNGELA SAYUMI HIRAKAWA OAB/SP 172351 - ADV LUIS FERNANDO DE HOLLANDA OAB/SP 228123

1152/09
mp
24/08

622
[Signature]

~~05/13/08~~
124/04

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
JUIZO DE DIREITO DA QUINTA VARA CÍVEL
CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO CÍVEL
COMARCA DE SOROCABA-SP

PROCESSO Nº 2009.048969-4 – (nº ordem 2065/09)	Diligência do Juízo
-------------------------------------------------------	----------------------------

Sorocaba, 12 de agosto de 2010

Excelentíssimo(a) Senhor(a):

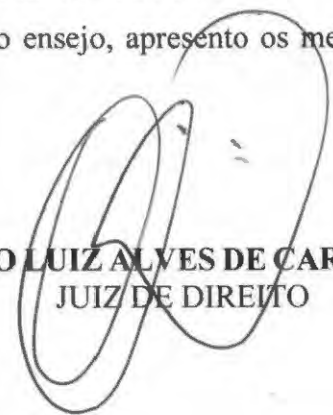
Processando-se perante este Juízo e respectivo Cartório do 5º Ofício Cível da Comarca de Sorocaba, Estado de São Paulo, os termos de uma **AÇÃO DE EXECUÇÃO**

movida por	BANCO BRADESCO S/A
contra	GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA E OUTROS

pelo presente, solicito a Vossa Excelência as providências que se fizerem necessárias, no sentido de remeter a este Juízo, com a brevidade possível, certidão de objeto e pé do processo nº 2009.024980-2 – (Nº ORDEM 1152/09 – Recuperação Judicial), em trâmite perante esse Juízo, a fim de instruir os autos em tela. *Ces*

Ao ensejo, apresento os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

PEDRO LUIZ ALVES DE CARVALHO
JUIZ DE DIREITO



AO(À) EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A)
JUIZ(A) DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOROCABA
SOROCABA – SP.

Luiz Rocha
Fernando Antonio Fontanetti
Luiz Gastão de Oliveira Rocha
Reinaldo de Oliveira Rocha
Rubens de Oliveira Rocha
Fábio César Vicentini
José Sérgio Skandenberg Scuracchio Neto
Eugênio Francisco Ribeiro Andreetta Filho
Alexandre Borges Leite
Samuel Baeta Pópoli

Edison Ferraz do Prado Júnior
Flavio Fontanetti
Daniel Alves Rocha
Fábio de Biagi Freicasa
Marheus Leme Soares
Guilherme Guidon Pedro
Carlos César Silva
João Ricardo de Castro Barbosa do Amaral

623
[Handwritten signature]
ROCHA E FONTANETTI ADVOGADOS

Rua Prudente de Moraes nº 584
Ribeirão Preto (SP) - Brasil
CEP: 14015-100
Fone: 55 (16) 4009.4900
Fax: 55 (16) 4009.4949
E-mail: ref@rochaefontanetti.com.br
Web site: www.rochaefontanetti.com.br

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOROCABA,
ESTADO DE SÃO PAULO.

du p/ 08/10.



Processo nº. 602.01.2009.024980 (1152/2009)

BANCO SANTANDER BRASIL S.A., sucessor por incorporação do BANCO ABN AMRO REAL S.A., que, por sua vez é o sucessor por incorporação do BANCO SUDAMERIS BRASIL S.A., cujos atos societários estão em processo de homologação pelo Banco Central do Brasil e registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A, Vila Olímpia, São Paulo/SP - CEP 04543-011, inscrito no CNPJ/MF sob nº 90.400.888/0001-42, por seu advogado e procurador que esta subscreve, nos autos da RECUPERAÇÃO JUDICIAL que contende com GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA, em trâmite perante esse E. Juízo e Cartório Privativo, vem, respeitosamente à presença de V. Exa., requerer a juntada do incluso substabelecimento e procuração para os fins legais.

Outrossim, requer a juntada das Atas das A.G.E. ocorridas e a retificação do nome desta instituição na capa dos autos e sistema de controle processual.

Ainda, requerer vista dos autos fora do cartório pelo prazo de 10 dias para análise e posterior manifestação.

Por fim, requer sejam todas intimações/notificações expedidas única e exclusivamente em nome dos advogados, **Dr. Fernando Antonio Fontanetti - OAB/SP n.º 21.057 e Dr. Luiz Gastão de Oliveira Rocha- OAB/SP n.º 35.365**, no endereço acima impresso, sob pena de nulidade.

Termos em que,

P. Deferimento.

Ribeirão Preto, 21 de Outubro de 2010.

p.p.

p.p.

Fernando Antônio Fontanetti
OAB/SP 21.057

p.p.

Samuel Baeta Pópoli
OAB/SP 209.383

p.p.

Luiz Gastão de O. Rocha
OAB/SP 35.365

p.p.

Alexandre Borges Leite
OAB/SP 213.111

9º TABELIÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃO PAULO ROBERTO FERNANDES



Livro- 8875 Folhas – 243 / 245
P.0417/09

CERTIDÃO

PAULO ROBERTO FERNANDES, 9º Tabelião de Notas da Comarca
Da Capital do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais.....

C E R T I F I C A a pedido de pessoa interessada, revendo os livros de notas, verificou constar no de nº 8875, folhas 243/245, a procuração no seguinte teor: **PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZEM: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e SANTANDER BRASIL ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.** SAIBAM quantos este público instrumento de mandato bastante virem que, aos **TRINTA E UM (31)** dias do mês de **JULHO**, do ano de dois mil e nove (2009), nesta Cidade e Comarca da Capital, do Estado de São Paulo, nesta serventia, perante mim escrevente autorizado do 9º Tabelião de Notas, compareceram como **OUTORGANTES: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.** (atual denominação social do Banco Santander S.A., sucessor por incorporação do Banco ABN AMRO Real S.A. – CNPJ nº 33.066.408/0001-15, cujo processo encontra-se em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil), com sede nesta Capital do Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno, 474, inscrito no CNPJ sob o nº 90.400.888/0001-42 e no registro de empresas NIRE nº 35300332067, com seu Estatuto Social consolidado em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2008, cuja Ata encontra-se devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob nº 234.751/08-3, em sessão de 17 de julho de 2008, e alterado das Assembléias Gerais Extraordinárias de 25 de julho de 2008, 14 de agosto de 2008, 29 de agosto de 2008 e 14 de abril de 2009, cujas Atas encontram-se devidamente arquivadas na JUCESP sob os nºs 294.727/08-5; 387.971/08-7, 112.463/09-5 e 144.757/09-6, em sessões de 4 de setembro de 2008, 28 de novembro de 2008, 27 de março de 2009 e 24 de abril de 2009, respectivamente, representado na forma do disposto no Art. 26 por seus Diretores ao final nomeados e qualificados, **eleitos consoante Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 2 de julho de 2007, 18 de março de 2008, 24 de julho de**



10202602091780.000504180-3

P.02768 R.014180

RUA QUIRINO DE ANDRADE 237 CENTRO
SÃO PAULO SP CEP 01049-010
FONE/FAX: 11-32582611



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

626
[Signature]

2008, 15 de agosto de 2008, 23 de março de 2009, 28 de abril de 2009 e 15 de maio de 2009, cujas Atas encontram-se arquivadas na JUCESP sob os nºs 344.426/07-5, 114.761/08-5, 273.391/08-2, 387.972/08-0, 220.321/09-7, 234.109/09-9 e 232.905/09-5, em sessões de 20 de setembro de 2007, 8 de abril de 2008, 21 de agosto de 2008, 28 de novembro de 2008 e 26 de junho de 2009, 07 de julho de 2009 e 06 de julho de 2009, respectivamente; e **SANTANDER BRASIL ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia nº 631/641, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.589.171/0001-06 e no registro de empresa sob NIRE nº 35300141911, com seu Estatuto Social Consolidado através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/11/2006, devidamente arquivada na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – “JUCESP”, sob nº 429.709/07-9, em sessão de 28/11/2007, alterado através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28/1/2008 e da Ata da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 25/4/2008, devidamente arquivadas na JUCESP, respectivamente, sob os nºs 79.935/08-4 e 319.351/08-7, em sessões de 7/3/2008 e 24/9/2008, representada na forma do disposto nos artigos 16 e 19, do Estatuto Social, por seus Diretores ao final nomeados e qualificados; **eleitos consoantes Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 14/5/2007 e 20/10/2008, cujas Atas encontram-se devidamente arquivadas na JUCESP, respectivamente, sob os nºs 353.047/07-7 e 404.921/08-5, em sessão de 4/10/2007 e 16/12/2008.** Todos seus atos societários ficam arquivados nesta serventia em pasta própria sob o nº 006/09. E, pelos referidos **OUTORGANTES** na forma como vem representados, me foi dito que por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeiam e constituem seus bastantes procuradores: **ANDREA PEREIRA DO NASCIMENTO**, inscrita na OAB/SP sob o nº 218.978 e no CPF/MF sob o nº 216.674.828-74; **ARISTIDES JOSÉ CAVICCHIOLI FILHO**, inscrito na OAB/SP sob o nº 139.279 e no CPF/MF sob o nº 149.185.658-08; **CIBELE RAPIS**, inscrita na OAB/SP sob o nº 111.879 e no CPF/MF sob o nº 089.867.658-45; **CLESTON JIMENES CARDOSO**, inscrito na OAB/SP sob o nº 97.814 e no CPF/MF sob o nº 052.251.208-90; **DANIEL SODERO VALERIO**, inscrito na OAB/SP sob o nº 216.152 e no CPF/MF sob o nº 216.014.828-84; **DEBORA PIRES SILVA E SANTOS**, inscrita na OAB/SP sob o nº 155.949 e no CPF/MF sob o nº 182.806.908-67; **DEMETRIO OLIVEIRA DE PAULA**, inscrito na OAB/SP sob o nº 118.583 e no CPF/MF sob o nº 070.975.868-50; **FERNANDA HIRAICHI**, inscrita na OAB/SP sob o nº 233.513 e no CPF/MF sob o nº 221.542.408-79; **JANICE DE SÁ GARAY**,

9º TABELIÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃO PAULO ROBERTO FERNANDES



inscrita na OAB/SP sob o nº 266.279 e no CPF/MF sob o nº 764.632.220-20; **MARIA APARECIDA MOZART DA SILVA**, inscrita na OAB/SP sob o nº 133.334 e no CPF/MF sob o nº 052.658.698-24; **MARIA EUNICE GONZALEZ BRUDER ALBERTI**, inscrita na OAB/SP sob o nº 105.751 e no CPF/MF sob o nº 033.429.638-24; **SYLVIA HELENA HOFFMANN MIRANDA DIAS**, inscrita na OAB/SP sob o nº 177.874 e no CPF/MF sob o nº 186.892.478-58; **VIVIANE MIYATA**, inscrita na OAB/SP sob o nº 170.226 e no CPF/MF sob o nº 251.941.258-52; **SAMUEL AMOROSO DAMIANI**, inscrito na OAB/SP sob o nº 132.927 e no CPF/MF sob o nº 132.345.048-30; **NADIA CELINA AOKI BORGUEZAN**, inscrita na OAB/SP sob o nº 155.163 e no CPF/MF sob o nº 176.250.838-96; **FERNANDA BALDOINO DE MENEZES YAMAMOTO**, inscrita na OAB/SP sob o nº 177.033 e no CPF/MF sob o nº 084.719.008-07; **MAGDA MARIA LEMOS MESTRINEL**, inscrita na OAB/SP sob o nº 200.670 e no CPF/MF sob o nº 936.721.288-72; **SUELI MITIKO ANDO TAMAOKI**, inscrita na OAB/SP sob o nº 192.334 e no CPF/MF sob o nº 253.295.448-58; **RENATA AKEMI PACHECO FERREIRA**, inscrita na OAB/SP sob o nº 222.373 e no CPF/MF sob o nº 277.720.618-03; **ERIKA SHIMAKOISHI**, inscrita na OAB/SP sob o nº 131.750 e no CPF/MF sob o nº 152.351.588-06; **CARLOS SHIGUEJI OHARA**, inscrito na OAB/SP sob o nº 90.805 e no CPF/MF sob o nº 731.750.568-49; **BERENICE CONGENTINO CARNEIRO**, inscrita na OAB/SP sob o nº 186.445-B e no CPF/MF sob o nº 245.778.658-40; **SUELI HIPÓLITO DE SOUZA TRIGUEIRO**, inscrita na OAB/SP sob o nº 66.364 e no CPF/MF sob o nº 032.418.608-84; **ROBERTA OLIVEIRA FARIA**, inscrita na OAB/SP sob o nº 236.183 e no CPF/MF sob o nº 303.781.538-89; **ROSA HELENA SILVA**, inscrita na OAB/SP sob o nº 228.191 e no CPF/MF sob o nº 115.666.698-80; **SÍLVIA SCORSATO**, inscrita na OAB/SP sob o nº 237.822 e no CPF/MF sob o nº 216.540.358-82; **MARCELO GOMES CEGANTINI**, inscrito na OAB/SP sob o nº 258.527 e no CPF/MF sob o nº 293.874.578-85; **VALÉRIA MOISÉS DUARTE**, inscrita na OAB/SP sob o nº 264.286 e no CPF/MF sob o nº 282.321.238-85; **RENATO COSTA MACHADO**, inscrito na OAB/SP sob o nº 261.951 e no CPF/MF sob o nº 319.511.188-80; **FERNANDA MUNFORTE NEVES**, inscrita na OAB/SP sob o nº 272.659 e no CPF/MF sob o nº 307.820.148-10; **BRIGIDA BEATRIS DOS SANTOS ZANOVELLI**, inscrita na OAB/SP sob o nº 180.007 e no CPF/MF sob o nº 173.070.808-00; **CLEIDE SILVA SOUZA**, inscrita na OAB/SP sob o nº 259.687 e no CPF/MF sob o nº 203.894.678-71; **JULIANA ROCCO**, inscrita na OAB/SP sob o nº 230.465 e no CPF/MF sob o nº 291.116.898-46; **JOSÉ OSVALDO BARARDI JÚNIOR**, inscrito na OAB/SP sob o nº 270.613 e no CPF/MF sob o nº 178.324.648-01; **RUY**



10202602091780.000504181-1

P.02768 R.014181

RUA QUIRINO DE ANDRADE 237 CENTRO
SÃO PAULO SP CEP 01049-010
FONE/FAX: 11-32582611



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

628
[Signature]

NICARETTA CHEMIN JUNIOR, inscrito na OAB/SP sob o nº 199.109 e no CPF/MF sob o nº 313.887.148-84; **MARCOS LUIS GUEDES**, inscrito na OAB/SP sob o nº 144.789 e no CPF/MF sob o nº 091.706.548-40; **ALESSANDRA BAEZA MAGRO**, inscrita na OAB/SP sob o nº 174.831 e no CPF/MF sob o nº 254.471.528-60; **MÁRCIA MARRANO SERAFIM**, inscrita na OAB/SP sob o nº 225.484 e no CPF/MF sob o nº 279.070.028-18; **FABIANO DE OLIVEIRA DIOGO**, inscrito na OAB/SP sob o nº 195.739 e no CPF/MF sob o nº 270.194.748-02; todos brasileiros, advogados, domiciliados nesta Capital do Estado de São Paulo, na Avenida de Interlagos nº 3.501 - Interlagos; - aos quais conferem poderes **para, isoladamente ou em conjunto de dois, independente da ordem de nomeação**, representar os Outorgantes: **(a)** no foro em geral, nos termos do Artigo 38 do Código de Processo Civil, podendo receber citações, intimações, prestar depoimento pessoal em Juízo, confessar, transigir, desistir, renunciar, juntar e/ou retirar documentos, usar dos recursos legais, levantar depósitos, receber e dar quitações relativas a pendências judiciais, assinar auto de adjudicação; nomear prepostos; **(b)** em processos de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, apresentando declarações de crédito ou impugnações, bem como representá-los perante os Comitês e Assembléias Gerais de Credores nos processos de Recuperação Judicial e Falência, bem como nos planos de Recuperação Extrajudicial; podendo participar das deliberações e proferir votos; **(c)** em resposta a ofícios judiciais e administrativos e **(d)** perante quaisquer repartições públicas, sejam federais, estaduais ou municipais e autárquicas, promovendo registros, averbações, inscrições e seus cancelamentos, protestos cambiais de títulos, desistência do protesto, requerendo o que for mister no interesse dos Outorgantes, adjudicar e arrematar bens, apresentar defesas, reclamações, consultas, recursos e pedidos de reconsideração perante todas as autoridades administrativas, inclusive Prefeituras, Tribunal de Impostos e Taxas do Estado, Conselhos de Contribuintes, usando para esses fins inclusive os poderes constantes da letra "a" supra, podendo nomear prepostos deles Outorgantes, fixando as atribuições respectivas no instrumento competente e substabelecer no todo ou em parte os poderes constantes do presente mandato, enfim praticar os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato. - De como assim o disseram, do que dou fé. Os representantes da Outorgante, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, são os Senhores: **OSCAR RODRIGUEZ HERRERO**, espanhol, solteiro, administrador, portador do RNE nº V485694-0, inscrito no CPF/MF sob o nº 060.185.177-39 e **ARNALDO PENTEADO LAUDISIO**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG nº. 8.147.151-SSP/SP, inscrito

9º TABELIÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃO PAULO ROBERTO FERNANDES



no CPF/MF sob o nº. 089.070.238-16. - Pediram-me lhes lavrei este instrumento que lido em voz alta, foi achado em tudo conforme, aceitaram, outorgaram e assinam. Eu, (Rafael Del Neri) Escrevente Autorizado o lavrei. Eu, JOSE SOLON NETO, Tabelião Substituto, a subscrevo e assino. (a.a.) // OSCAR RODRIGUEZ HERRERO / ARNALDO PENTEADO LAUDISIO // (Paga as taxas ao Estado, ao IPESP, ao Registro Civil, ao Tribunal de Justiça e a Santa Casa). 1) CERTIFICO QUE O PRESENTE FOI SUBSTABELECIDO COM RESERVA DE PODERES, NESTA SERVENTIA, LIVRO 8999, FOLHAS 133, 135, 139, 141, 143, 145, 147, 149, 151, 153, 155, 157, 161, 163, 165, 167, 171, 175, 177, 181, 183, 185, 187, 189, 191, 193, 195, 197, 199, 203, 205, 207, 209, 211, 213, 217, 219, 221, 223, 225, 229, 235, 237, 239, 241, 243, 245, 247, 249, 251, 253, 255, 257, 259, 261, 265, 267, 269, 271, 273, 277, 279, 283, 285, 287, 289, 291, 293, 295, 297, 299, 301, 303, 305, 309, 311, 313, 315, 317, 319, 321, 323, 325, 327, 329, 331, 333, 337, 339, 341, 343, 345, 347, 349, 351, 355, 357, 359, 361, 363, 365, 369, 371, 375, 377, 379, 383, 385, 387, 389, 391, 393, 395 e 397, AOS 05.11.2009. 2) CERTIFICO QUE O PRESENTE FOI SUBSTABELECIDO COM RESERVA DE PODERES, NESTA SERVENTIA, LIVRO 9018, FOLHAS 267, 269, 273, 275, 277, 279, 281, 283, 285, 319, 321 e 337, AOS 30.11.2009; 3) CERTIFICO QUE O PRESENTE FOI SUBSTABELECIDO COM RESERVA DE PODERES, NESTA SERVENTIA, LIVRO 9094, FOLHAS 175 e 176, AOS 18.02.2010; 4) CERTIFICO QUE O PRESENTE FOI SUBSTABELECIDO COM RESERVA DE PODERES, NESTA SERVENTIA, LIVRO 9094, FOLHAS 225, AOS 03.03.2010. NADA MAIS: se continha em dita procuração da qual bem e fielmente fiz extrair a presente certidão que vai conforme seu próprio original ao qual me reporto, dou fé, SÃO PAULO, 30 DE MARÇO DE 2010. Eu, Homero Caires Frias, esc. aut., a conferi e assino.

9º TABELIÃO DE NOTAS
Bel. PAULO ROBERTO FERNANDES
TABELIÃO

HOMERO CAIRES FRIAS
ESCREVENTE AUTORIZADO

Rua Quirino de Andrade, 237 - S. Paulo

HOMERO CAIRES FRIAS - Escrevente Autorizado

Emols.....	R\$23,99
Estado.....	R\$6,78
Cart. Prev.....	R\$5,01
Santa Casa.....	R\$0,23
R.Civil.....	R\$1,22
T.Juiz.....	R\$1,22
TOTAL	R\$38,30



P-02788 R-014182

RUA QUIRINO DE ANDRADE 237 CENTRO
SÃO PAULO SP CEP 01049-010
FONE/FAX: 11-32582611

9º TABELIÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃO PAULO ROBERTO FERNANDES



LIVRO - 9018 FOLHA - 281

Rocha e Fontanetti

1º. TRASLADO

SUBSTABELECIMENTO DE PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZEM: CIBELE RAPIS e CLESTON JIMENES CARDOSO.

SAIBAM quantos este público instrumento de substabelecimento de procuração bastante virem que, aos TRINTA (30) dias do mês de novembro, do ano de **DOIS MIL E NOVE (2009)**, nesta Cidade e Comarca da Capital do Estado de São Paulo, neste 9º Cartório de Notas situado à Rua Quirino de Andrade, 237, Centro, perante mim Escrevente Autorizado e do Tabelião, que a subscrive, compareceram como **SUBSTABELECENTES: CIBELE RAPIS**, divorciada inscrita na OAB/SP sob o nº 111.879 e no CPF/MF sob o nº 089.867.658-45 e **CLESTON JIMENES CARDOSO**, casado, inscrito na OAB/SP sob o nº 97.814 e no CPF/MF sob o nº 052.251.208-90, ambos brasileiros, advogados, domiciliados na Avenida Interlagos nº 3.501, no bairro de Interlagos, cidade de São Paulo-SP; - os presentes, que se identificaram através dos documentos supra mencionados, ora exibidos, e do que dou fé. - E, pelos referidos Outorgantes, me foi dito que, por este público instrumento e na melhor forma de direito, vinham **SUBSTABELECER**, como de fato e na verdade **SUBSTABELECIDOS** ficam, com reserva de iguais para si, nas pessoas de: **FERNANDO ANTONIO FONTANETTI**, brasileiro, casado, OAB/SP 21.057 e CPF: 015.352.858-34; **LUIZ GASTÃO DE OLIVEIRA ROCHA**, brasileiro, casado, OAB/SP 35.365 e CPF: 512.948.68-20; **REINALDO OLIVEIRA ROCHA**, brasileiro, casado, OAB/SP 67.401 e CPF: 862.661.448-91; **RUBENS OLIVEIRA ROCHA**, brasileiro, casado, OAB/SP 91.111 e CPF: 063.751.378-96; **ALEXANDRE BORGES LEITE**, brasileiro, solteiro, OAB/SP 213.111, OAB/MG 98.129 e CPF: 828.643.736-53; **SAMUEL BAETA POPOLI**, brasileiro, casado, OAB/SP 209.383 e CPF: 289.499.508-39; **FÁBIO CÉSAR VICENTINI**, brasileiro, casado, OAB/SP 107.927 e CPF: 098.757.508-24; **JOSÉ SÉRGIO SKANDENBERG SCURACCHIO NETO**, brasileiro, casado, OAB/SP 147.633 e CPF: 126.293.968-27; **EUGÊNIO FRANCISCO RIBEIRO ANDREETTA FILHO**, brasileiro, solteiro, OAB/SP 198.426 e CPF: 268.986.868-79; **ANDRÉ ANDREOLI**, brasileiro, solteiro, OAB/SP 213.127 e CPF: 216.062.388-17; **OCTAVIANO JUNQUEIRA DE ABREU SAMPAIO**, brasileiro, casado, OAB/SP 196.523 e CPF 270.354.858-30; **MATEUS CARRER LORENÇATO**, brasileiro, casado, OAB/SP 211.831 e CPF 205.272.528-09; **MARIA TERESA BUCCI FONTANETTI**, brasileira, casada, OAB/SP 19.742 e CPF: 333.868.438-08; **CLÁUDIA CARVALHO SCURACCHIO**, brasileira, casada, OAB/SP 143.290, CPF: 163.925.468-47; **JULIANA ALMEIDA**, brasileira, solteira, OAB/SP 248.187, CPF: 310.145.238-42; **FÁBIO DE BIAGI FREITAS**, brasileiro, solteiro, OAB/SP 276.033 e CPF: 328.736.048-59; **FERNÃO PIERRI DIAS CAMPOS**, brasileiro, solteiro, OAB/SP 190.939 e CPF: 250.888.818-43; **ÉDSON COELHO ARAÚJO FILHO**, brasileiro, solteiro, OAB/SP 260.119/SP e CPF: 307.506.318-56; **JOÃO PAULO DA COSTA**, brasileiro, solteiro, OAB/SP 251.950 e CPF: 217.721.098-43; **FERNANDA PINHO DE PAULA**, brasileira, casada, OAB/SP 219.543 e CPF: 297.262.308-88; **GLEDSON LUIZ DE PAULA ANDRADE**, brasileiro, solteiro, OAB/SP 259.134 e CPF: 285.242.518-16; **RAFAEL APOLINÁRIO BORGES**, brasileiro, casado, OAB/SP 251.352 e CPF: 222.236.218-05; **RICARDO FERNANDES ANTONIO**, brasileiro, casado, OAB/SP 280.098 e CPF: 278.722.158-02; **PAULO ALCEU COUTINHO DA SILVEIRA**, brasileiro, solteiro, OAB/SP 254.377 e CPF: 316.763.798-60; **ANDERSON MASCHIETO**, brasileiro, casado, OAB/SP 274.912 e CPF: 277.133.408-90; **TATIANE CARBINATTO MORAES**, brasileira, solteira, OAB/SP 291.425 e CPF: 343.290.188-70; **CÁSSIA NOVELLA DERNEIKA**, brasileira, solteira, OAB/SP 261.574 e CPF: 218.777.158-08; **LUIZ ANDRÉ CORREA**, brasileiro, solteiro, OAB/SP 265.551 e CPF: 304.599.258-73; **DALMO DE FIGUEIREDO ARRAES JR**, brasileiro, solteiro, OAB/SP 263.841 e CPF: 695.137.401-53; **MATHEUS ROBERTO LEMES SOARES**, brasileiro, solteiro, OAB/SP 136.422E e CPF: 216.011.178-33; **FLÁVIO FONTANETTI**, brasileiro, solteiro, OAB/SP 135.665E e CPF: 201.574.888-10; **EDISON FERRAZ DO PRADO JÚNIOR**, brasileiro, casado, OAB/SP 80.146E e CPF: 071.570.388-97, todos advogados, integrantes do Escritório Rocha e

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER AUTENTICAÇÃO, PRAZADA OU EMENDA, ANULA ESTE DOCUMENTO

União Internacional
do Notariado Latino
(Fundada em 1968)



10202602499529.000458673-7


P.02546 R.003673

RUA QUIRINO DE ANDRADE 237 CENTRO
SÃO PAULO SP CEP 01049-010
FONE/FAX: 11-32582611




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

631

Fontanetti Advogados Associados – OAB/SP 1.194 e CNPJ 57.716.581/0001-80, com endereço na Rua Prudente de Moraes, 584, centro, CEP 14.015-100, na Cidade de Ribeirão Preto – deste Estado ou Rua Marechal Deodoro, 3131, conjunto 43, centro, CEP 15.010-070, na Cidade de São José do Rio Preto – deste Estado; os poderes que lhes foram outorgados através da procuração por instrumento público lavrada nestas notas, às **folhas 243 e 245 do livro 8875, aos 31 de julho de 2009**, por **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42, com sede nesta Capital na Rua Amador Bueno, nº 474 e **SANTANDER BRASIL ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.589.171/0001-06, com sede neste Estado, na Cidade de Barueri na Alameda Araguaia, nº 631/641, onde se lê: representar os outorgantes (a) no foro em geral, nos termos do Artigo 38 do Código de Processo Civil, podendo receber citações, intimações, prestar depoimento pessoal em Juízo, confessar, transigir, desistir, renunciar, juntar e/ou retirar documentos, usar dos recursos legais, levantar depósitos, receber e dar quitações relativas a pendências judiciais, assinar auto de adjudicação; nomear prepostos; (b) em processos de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, apresentando declarações de crédito ou impugnações, bem como representá-los perante os Comitês e Assembléias Gerais de Credores nos processos de Recuperação Judicial e Falência, bem como nos planos de Recuperação Extrajudicial; podendo participar das deliberações e proferir votos; (c) em resposta a ofícios judiciais e administrativos e (d) perante quaisquer repartições públicas, sejam federais, estaduais ou municipais e autárquicas, promovendo registros, averbações, inscrições e seus cancelamentos, protestos cambiais de títulos, desistência do protesto, requerendo o que for mister no interesse dos Outorgantes, adjudicar e arrematar bens, apresentar defesas, reclamações, consultas, recursos e pedidos de reconsideração perante todas as autoridades administrativas, inclusive Prefeituras, Tribunal de Impostos e Taxas do Estado, Conselhos de Contribuintes, usando para esses fins inclusive os poderes constantes da letra "a" supra, podendo nomear prepostos deles Outorgantes, fixando as atribuições respectivas no instrumento competente e substabelecer no todo ou em parte os poderes constantes do presente mandato, enfim praticar os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato. O nome e qualificação dos procuradores foram fornecidos pelos substabelecentes, os quais se responsabilizam por qualquer equívoco. Assim o disseram, do que dou fé, me pediram e eu lhes lavrei o presente instrumento, que depois de lido e achado conforme, aceitam, outorgam e assinam. Eu, **RENATO HODLICH FIGUEIREDO**, escrevente habilitado a lavrei. Eu, **JOSE SOLON NETO**, Tabelião Substituto, a subscrevo e assino. (a.a.) //// **CIBELE RAPIS** // **CLESTON JIMENES CARDOSO** //// (Paga as taxas ao Estado, ao IPESP e ao Registro Civil). **NADA MAIS**: Traslada em seguida do original, Primeiro Traslado, páginas 2, dou fé. Eu,  Tabelião Substituto, a conferi, subscrevo e assino em público e raso.

EM TESTE  DA VERDADE


JOSE SOLON NETO
TABELIÃO SUBSTITUTO

Emonl.	R\$ 40,32
Estado	R\$ 14,46
Ipesp	R\$ 8,49
Reg. Civ.	R\$ 2,12
Trib. Justiça	R\$ 2,12
Sta. Casa	R\$ 0,40
Verba	R\$ 2,12
Em	31/07/2009

9.º TABELIÃO DE NOTAS
Bel. **PAULO ROBERTO FERNANDES**
TABELIÃO
Bel. **Jose Solon Neto**
Tabelião Substituto
Rua Quirino da Andrade, 237 - S. Paulo

CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS

BEL. HOMERO SANTI - TABELIÃO
COMARCA DE SÃO PAULO

CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS
HOMERO SANTI - AL. SANTOS, 1470
Valter Baratti
Escrivente Autorizado

Fundaram 1951
N
Seção São Paulo
Filial a UEL

A1999

livro 2582 fls. 125

Procuração bastante que fazem:

BANCO ABN AMRO REAL S/A;

BANCO DE PERNAMBUCO S/A - BANDEPE;

BANCO COMERCIAL E DE INVESTIMENTO SUDAMERIS S/A;

ABN AMRO ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A e

REAL LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL.-

S A I B A M quantos este público instrumento de procuração bastante virem que aos treze (13) dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e nove (2.009), nesta Cidade e Capital do Estado de São Paulo, no Cartório do 12º Tabelião de Notas, situado nesta Capital, na Alameda Santos, 1470, perante mim, Valter Baratti Junior, escrevente notarial, compareceram como OUTORGANTES: **BANCO ABN AMRO REAL S/A**, atual denominação do BANCO ABN AMRO S/A, sucessor por incorporação do Banco Real S.A., com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.374, 3º andar, inscrito no CNPJ sob nº 33.066.408/0001-15, com sua última consolidação estatutária realizada na Assembléia Geral Extraordinária de 05.12.2007, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob nº 162.193/08-7, em sessão de 21.05.2008, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seus Diretores **Sr. PEDRO PAULO LONGUINI**, brasileiro, casado, engenheiro, titular da Cédula de Identidade, R.G. nº 8.645.275-7-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 025.986.508-75 e **Sr. MARCOS MATIOLI DE SOUZA VIEIRA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, titular da Cédula de Identidade, R.G. nº 4.831.494-2-1FP/RJ e do CPF/MF sob nº 735.597.687-72, ambos com endereço comercial na sede do outorgante, eleitos pela Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 25.08.2008, devidamente registrada na JUCESP sob nº 13.170/09-0, os quais ficam arquivados nestas notas na pasta nº 740, fls. 001/024 e pasta 764, fls. 020/023; **BANCO DE PERNAMBUCO S/A - BANDEPE**, com sede na Capital do Estado de Pernambuco, no Cais do Apoio, nº 222, 10º andar, inscrito no CNPJ sob nº 10.866.788/0001-77, com sua última consolidação estatutária realizada nas Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária de 30.04.2003, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco (JUPEPE) sob nº 20030762936, em sessão de 10 de setembro de 2003, e última alteração estatutária realizada em 22.03.2004, registrada na mesma Junta sob nº 20042622336, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por Diretor Vice-Presidente **Sr. FÁBIO COLLETTI BARBOSA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, titular da Cédula de Identidade, R.G. nº 5.654.446-7-SSP/SP e do CPF/MF sob nº 771.733.258-20 e **Sra. APARECIDA DO CÉU FERREIRA ARRIAGA**, brasileira, casada, titular da Cédula de Identidade, R.G. nº 11.837.726-SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº 029.776.738-06, com endereço comercial na sede do Outorgante, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária de 20.03.2007, devidamente registrada na JUPEPE sob nº 20079720080, em sessão de 22.05.2007, sendo que uma cópia dos mesmos, já se encontram arquivados nesta Serventia, na pasta própria nº 738, fls. 134/136; **BANCO COMERCIAL E DE INVESTIMENTO SUDAMERIS S/A**, atual denominação do Banco América do Sul S/A, com sede nesta Capital, na Avenida Paulista, nº 1374 - 3º andar, inscrito no CNPJ sob nº 61.230.165/0001-44, com seu Estatuto Social Consolidado, datado de 28.04.2006, arquivado na JUCESP sob nº 189.558/06-4; neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Superintendente **Sr. PEDRO PAULO LONGUINI**, supra qualificado e **Sr. JOSÉ ALFREDO LATTARO**, brasileiro, casado, bancário, titular da Cédula de Identidade, R.G. nº 9.090.463 SSP/SP e do CPF/MF sob nº 863.458.778-91, ambos eleitos conforme a Ata das Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária de 02.10.2006, devidamente registrada na JUCESP sob nº 306.149/06-0, em sessão de 14.11.2006, os quais ficam arquivados nestas notas na pasta 708, fls. 018/019; **ABN AMRO ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A**, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 731, pavimento superior, inscrita no CNPJ sob nº 34.033.779/0001-63, com sua última consolidação estatutária realizada na Ata de Assembléia Geral Extraordinária de 20 de janeiro de 2003, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 60.950/03-1 em sessão de 01 de abril de 2003 e última alteração registrada na mesma junta sob nº 23.288/05-0, em sessão de 20.01.2005; neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seus Diretores Executivos **Sr. PEDRO PAULO LONGUINI**, supra qualificado e **Sr. REGINALDO GOMES**, brasileiro, solteiro, maior, administrador de empresas, titular da Cédula de Identidade R.G. nº 15.437.214-SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 072.138.428-54, ambos com endereço comercial na Avenida Paulista, nº 1.374, eleitos pela Reunião do Conselho de Administração de 21.09.2006, devidamente registrada na JUCESP sob nº 306.510/06-6, em sessão de 16.11.2006, os quais ficam arquivados nestas notas na pasta própria nº 535, fls. 050/053 e pasta 567, fls. 113 e pasta 583, fls. 061/065; **REAL LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL**, atual denominação da **SUDAMERIS ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A**, com sede em Barueri, neste Estado, na Al. Araguaia, nº 731, Pavimento Superior, Parte A, inscrita no CNPJ sob nº 47.193.149/0001-06, com seu Estatuto Social consolidado em 03.10.2006, arquivado na JUCESP sob nº 318.553/06-5, e última alteração datada de 04.06.2007, arquivada na mesma Junta 297.904/07-3, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seus Diretores **Sr. PEDRO PAULO LONGUINI** e **Sr. REGINALDO GOMES**, ambos supra qualificados; eleitos conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração de 17.03.2008, devidamente registrada na JUCESP sob nº 211.907/08-0, em sessão de 03.07.2008, os quais ficam arquivados nestas notas na pasta nº 737, fls. 190/193; reconhecidos pelos próprios de mim Tabelião.- E, pelos outorgantes, na forma acima representados, me foi dito que por este público instrumento e nos termos de Direito, nomeiam e

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

14-00000



União Interpósita
do Ministério Público
(Fundada em 1962)



10422602095519.000155/07-2

P. 01977 R. 000707

Alameda Santos, 1470 - São Paulo - SP - Cep 01418-100

Fone: (11) 3549-6277 - Fax: (11) 3204 6362

E-mail: homerosanti@terra.com.br

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ASSINATURA, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO.

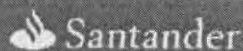
633
[assinatura]

constituem seus bastante procuradores:- **NADIA CELINA AOKI BORGUEZAN**, casada, inscrita na OAB/SP sob nº 155.163 e no CPF/MF sob nº 176.250.838-96; **FERNANDA BALDOINO DE MENEZES YAMAMOTO**, casada, inscrita na OAB/SP sob nº 177.033 e no CPF/MF sob nº 084.719.008-07; **MAGDA MARIA LEMOS MESTRINEL**, casada, inscrita na OAB/SP sob nº 200.670 e no CPF/MF sob nº 936.721.288-72; **SUELI MITIKO ANDO TAMAOKI**, casada, inscrita na OAB/SP sob nº 192.334 e no CPF/MF sob nº 253.295.448-58; **RENATA AKEMI PACHECO FERREIRA**, casada, inscrita na OAB/SP sob nº 222.373 e no CPF/MF nº 277.720.618-03; **ERIKA SHIMAKOISHI**, casada, inscrita na OAB/SP sob o nº 131.750 e no CPF/MF sob o nº 152.351.588-06; **CARLOS SHIGUEJI OHARA**, casado, inscrito na OAB/SP sob o nº 90.805 e no CPF/MF sob o nº 731.750.568-49; **BERENICE CONGENTINO CARNEIRO**, casada, inscrita na OAB/SP sob o nº 186.445-B e no CPF/MF sob o nº 245.778.658-40; **SUELI HIPOLITO DE SOUZA TRIGUEIRO**, casada, inscrita na OAB/SP sob o nº 66.364 e no CPF/MF sob o nº 032.418.608-84; **ROBERTA OLIVEIRA FARIA**, solteira, inscrita na OAB/SP sob nº 236.183 e no CPF/MF sob o nº 303.781.538-89; **ROSA HELENA SILVA**, casada, inscrita na OAB/SP sob nº 228.191 e no CPF/MF sob o nº 115.666.698-80; **CINTIA REGINA DORNELAS MARTINS PEREIRA**, casada, inscrita na OAB/SP sob nº 192.973 e no CPF/MF sob o nº 283.472.138-60; **MARCELLO MIRANDA BATISTA**, casado, inscrito na OAB/SP sob nº 237.822 e no CPF/MF sob o nº 216.540.358-82; **SILVIA SCORSATO**, casada, advogada, titular da Cédula de Identidade, R.G. nº 22.700.366-4 SSP/SP, do CPF/MF nº CPF 252.413.478-44 e da OAB/SP 151.918; **MARCELO GOMES CEGANTINI**, solteiro, advogado, titular da Cédula de Identidade, R.G. nº 4035652215 - SSP - RS, do CPF/MF nº 293.874.578-85 e da OAB/SP - 258527; **VALERIA MOISES DUARTE**, solteira, advogada, titular da Cédula de Identidade, R.G. nº 28.531.764-7 SSP/SP, do CPF/MF nº 282.321.238-85 e da OAB 264.286; **RENATO COSTA MACHADO**, casado, advogado, titular da Cédula de Identidade, R.G. nº 28.316.710-5, do CPF/MF nº 319.511.188-80 e da OAB/SP 261.951; **FERNANDA MUNFORTE NEVES**, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 272.659 e no CPF/MF sob nº 307.820.148-10, todos brasileiros, advogados, residentes e domiciliados nesta Capital, com endereço comercial na Avenida Paulista, 1.374, 12º andar, aos quais confere poderes da cláusula "ad-judicia", para sempre em conjunto de dois ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, promover a cobrança judicial de qualquer crédito dos outorgantes perante terceiros, defendendo os seus interesses em qualquer Juízo, Foro, Instância ou Tribunal, inclusive perante a Justiça Pública de qualquer Comarca, como autor ou réu, litisconsorte, assistente, oponente ou qualquer outra situação processual; podendo para tanto propor quaisquer ações, contestar, impugnar, requerer, alegar, recorrer, confessar, transigir e desistir, receber intimações, promover processos preparatórios ou cautelares, preventivos ou incidentes, ratificar atos processuais, fazer retificações, promover notificações, vistorias, arrestos, sequestros, depósitos, justificações, interpelações e protestos judiciais e extrajudiciais, requerer falência, apresentar habilitação e divergência relacionadas a crédito em recuperação judicial, falência e liquidação extrajudicial, bem como para representar o outorgante em concordatas em curso e em assembleias de credores, nos termos do artigo 37, 5º da Lei 11.101 de 09.02.2005, podendo participar das deliberações e proferir votos, requerer a decretação da insolvência civil de devedores; requerer praça de bens, remi-los, adjudicá-los ou arrematá-los, assinar recibos, receber e dar quitações, levantar protestos, bem como levantar depósitos, judiciais ou não, perante depositários públicos ou não, Caixas Econômicas Federal ou Estadual, quaisquer Bancos ou outras instituições financeiras públicas ou privadas, desde que os pagamentos aludidos sejam feitos mediante cheques nominativos em favor dos OUTORGANTES, podendo ainda, assinar termo de penhora ou de depositário fiel, enfim praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato, inclusive substabelecer os poderes ora outorgados com reserva de iguais. **A PRESENTE TERÁ VALIDADE INDETERMINADA, SE ANEXADA ATÉ O DIA 11 DE FEVEREIRO DE 2010 A PROCESSOS DE INTERESSE DO OUTORGANTE FICANDO RATIFICADOS OS ATOS ANTERIORMENTE JÁ PRATICADOS.** - E de como assim o disse, dou fé, pedi-me e lhe lavrei este instrumento de procuração, que lhe sendo lido, aceitou, outorgou e assinam.- Em tempo: A outorgante **REAL LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL**, é neste ato representada por seus diretores **PEDRO PAULO LONGUINI** e **MARCOS MATIOLI DE SOUZA VIEIRA**, ambos supra qualificados e não como constou acima e a outorgante **ABN AMRO ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A**, é neste ato representada por seus diretores **PEDRO PAULO LONGUINI**, supra qualificado e **GUSTAVO JOSE COSTA ROXO DA FONSECA**, brasileiro, casado, engenheiro eletrônico, titular da Cédula de Identidade, R.G. nº 15.643.174-4 SSP/SP e do CPF/MF sob nº 149.225.568-85 e não como constou acima.- Eu, Valter Baratti Junior, escrevente notarial, a lavrei.- Eu, Valter Baratti, escrevente autorizado, e a subscrevo (a.a.) =/= **PEDRO PAULO LONGUINI** =/= **MARCOS MATIOLI DE SOUZA VIEIRA** =/= **FABIO COLLETTI BARBOSA** =/= **APARECIDA DO CEU ARRIAGA** =/= **JOSÉ ALFREDO LATTARO** =/= **GUSTAVO JOSE COSTA ROXO DA FONSECA** =/= Nada mais.- Trasladada na mesma data.- Eu, *[assinatura]*, a conferi, subscrevo e assino em público e raso.-

Valor cobrado pelo ato	
Emolumentos	R\$ 22,99
Sec. Fazenda	R\$ 6,53
Ipesp	R\$ 4,84
Reg. Civil	R\$ 1,21
Trib. Justiça	R\$ 1,21
Sta. Casa	R\$ 0,22
Total	R\$ 37,00
Recibo	<i>[assinatura]</i>

Em testemunho da verdade

[assinatura]
CARTÓRIO DO 12º TABELÃO DE NOTAS
HOMERO SANTI - AL SANTOS, 1470
Valter Baratti
Escrevente Autorizado



BANCO ABN AMRO REAL S.A.
CNPJ/MF nº 33.066.408/0001-15
NIRE 35.300.137.477

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2009**

DATA, HORA E LOCAL: Dia 30 de abril de 2009, às 11:00 horas, na sede social do Banco ABN AMRO Real S.A. ("Banco Real"), situada na Avenida Paulista, nº 1.374, 3º andar, São Paulo/SP.

PRESENÇA: Representantes legais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander"), acionista titular de 100% (cem por cento) do capital votante, conforme se verifica pela assinatura lançada no Livro de Presença de Acionistas. Presente também o Sr. Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna, representante da empresa especializada Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

CONVOCAÇÃO: Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente: Sr. Pedro Paulo Longuini; Secretário: Sr. Marco Antonio Martins de Araújo Filho.

ORDEM DO DIA: (1) Discutir e aprovar o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação do Banco Real pelo Banco Santander, celebrado em 14 de abril de 2009 ("Protocolo"); (2) Ratificar e aprovar a escolha da empresa especializada para elaborar o laudo de avaliação do patrimônio líquido do Banco Real, pelo seu valor contábil ("Laudo de Avaliação"); (3) Analisar e aprovar o Laudo de Avaliação; e (4) Aprovar a incorporação do Banco Real pelo Banco Santander, nos termos do Protocolo, com a consequente extinção do Banco Real.

LEITURA DE DOCUMENTOS E LAVRATURA DA ATA: Dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral Extraordinária, uma vez que são do inteiro conhecimento dos presentes, e autorizada a lavratura desta ata na forma de sumário, nos termos do Artigo 130, Parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76.

DELIBERAÇÕES: Após exame das matérias constantes da Ordem do Dia, o Banco Santander, único acionista do Banco Real, deliberou: (1) aprovar, sem qualquer ressalva e nos exatos termos aprovados pela Diretoria do Banco Real, conforme reunião realizada em 14 de abril de 2009, o Protocolo, cuja cópia foi autenticada pela Mesa e fará parte integrante desta ata como Anexo I; (2) ratificar e aprovar a contratação da empresa especializada Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, com sede na Cidade de

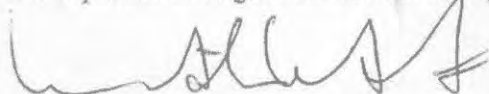


635

São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua José Guerra, nº 127, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.928.567/0001-11 ("Deloitte"), a qual havia sido previamente escolhida para realizar a avaliação do patrimônio líquido do Banco Real a ser incorporado pelo Banco Santander, na data-base de 31 de março de 2009, pelo seu valor contábil, e elaborar o Laudo de Avaliação; (3) aprovar o Laudo de Avaliação elaborado pela Deloitte, sem qualquer ressalva, que autenticado pela Mesa fará parte integrante desta ata como Anexo II, o qual apurou o patrimônio líquido contábil do Banco Real na data-base de 31 de março de 2009 no montante de R\$ 12.181.957.396,91 (doze bilhões, cento e oitenta e um milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, trezentos e noventa e seis reais e noventa e um centavos), valor esse que será inteiramente recebido pelo Banco Santander conforme indicado no Protocolo; e (4) aprovar a incorporação do Banco Real pelo Banco Santander, nos termos estabelecidos no Protocolo. Pela incorporação ora aprovada, o Banco Real será extinto e sucedido pelo Banco Santander em todos os seus bens, direitos e obrigações, na forma da lei. Em decorrência do presente ato: (a) as filiais do Banco Real, listadas no Anexo III da presente ata, serão sucedidas pelas filiais do Banco Santander; (b) as atividades realizadas pela dependência do Banco Real instalada em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman, passam a ser operacionalizadas pela dependência do Banco Santander instalada na mesma localidade, que assumirá todos os bens, direitos e obrigações da referida dependência do Banco Real; (c) os fundos de investimento que se encontravam sob a administração do Banco Real passam a ser administrados pelo Banco Santander; e (d) todos os direitos e obrigações relativos aos imóveis constantes dos Anexos II e III que integram o Laudo de Avaliação, assim como todos os direitos e obrigações inerentes aos imóveis já alienados pelo Banco Real que constam do Anexo IV do Laudo de Avaliação serão assumidos pelo Banco Santander.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes e assinada pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa e pelo acionista Banco Santander. (aa) Pedro Paulo Longuini, Presidente da Mesa; Marco Antonio Martins de Araújo Filho, Secretário; Banco Santander (Brasil) S.A. – pp. Pedro Paulo Longuini e pp. Marco Antonio Martins de Araújo Filho.

Esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.



Marco Antonio Martins de Araújo Filho
Secretário

Luiz Rocha
Fernando Antonio Fontanetti
Luiz Gastão de Oliveira Rocha
Reinaldo de Oliveira Rocha
Rubens de Oliveira Rocha
Fábio César Vicentini
José Sérgio Skandenberg Scuracchio Nero
Eugênio Francisco Ribeiro Andreeta Filho
Alexandre Borges Leite
Samuel Baeta Pópoli

Edison Ferraz do Prado Júnior
Flávio Fontanetti
Daniel Alves Rocha
Fábio de Biagi Freitas
Matheus Leme Soares
Guilherme Guidon Pedro
Carlos César Silva
João Ricardo de Castro Barbosa do Amaral

ROCHA E FONTANETTI ADVOGADOS

Rua Prudente de Moraes nº 584
Ribeirão Preto (SP) - Brasil
CEP: 14015-100
Fone: 55 (16) 4009.4900
Fax: 55 (16) 4009.4949
E-mail: ref@rochafontanetti.com.br
Web site: www.rochafontanetti.com.br

SUBSTABELECIMENTO

Com reservas de iguais para mim, SUBSTABELEÇO a: FERNANDO ANTONIO FONTANETTI, brasileiro, casado, OAB/SP 21.057 e CPF: 015.352.858-34; REINALDO OLIVEIRA ROCHA, brasileiro, casado, OAB/SP. 67.401, CPF: 862 661 448-91; RUBENS OLIVEIRA ROCHA, brasileiro, casado, OAB/SP 91.111, CPF: 063.751.378-96; FÁBIO CÉSAR VICENTINI, brasileiro, casado, OAB/SP 107.927, CPF: 098.757.508-24; ALEXANDRE BORGES LEITE, brasileiro, solteiro, OAB/SP 213.111 e OAB/MG 98.129, CPF: 828.643.736-53; SAMUEL BAETA POPOLI, brasileiro, casado, OAB/SP 209.383, CPF: 289.499.508-39; ANDRÉ ANDREOLI, brasileiro, solteiro, OAB/SP 213.127, CPF: 216.062.388-17; OCTAVIANO JUNQUEIRA DE ABREU SAMPAIO, brasileiro, casado, OAB/SP 196.523, CPF: 270 354 858-30; MATEUS CARRER LORENÇATO, brasileiro, casado, OAB/SP 211.831, CPF: 205 272 528-09; PAULO ALCEU COUTINHO DA SILVEIRA, brasileiro, solteiro, OAB/SP 254.377; ALISSON DENIRAN PEREIRA OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, OAB/SP 270.245, CPF: 318.144.428-63; MARIA TERESA BUCCI FONTANETTI, brasileira, casada, OAB/SP 19.742, CPF: 333.868.438-08; JULIANA ALMEIDA, brasileira, solteira, OAB/SP 248.187, CPF: 310 145 238-42; JOSÉ SÉRGIO SKANDENBERG SCURACCHIO NETO, brasileiro, casado, OAB/SP 147.633; ÉDSON COELHO ARAÚJO FILHO, brasileiro, solteiro, OAB/SP 260.119/SP, CPF: 307.506.318-56; TATIANE CARBINATTO MORAES, brasileira, solteira, OAB/SP 291.425, CPF: nº 343.290.188-70; RICARDO FERNANDES ANTONIO, brasileiro, casado, OAB/SP 280.098, CPF: 278.722.158-02; ANDERSON MASCHIETO, brasileiro, casado, OAB/SP 274.912, CPF: 277.133.408-90; JOÃO PAULO DA COSTA, brasileiro, solteiro, OAB/SP 251.950, CPF: 217.721.098-43; FERNANDA PINHO DE PAULA, brasileira, casada, OAB/SP 219.543, CPF: 297.262.308-88; GLEDSON LUIZ DE PAULA ANDRADE, brasileiro, solteiro, OAB/SP 259.134, CPF: 285.242.518-16; RAFAEL APOLINÁRIO BORGES, brasileiro, casado, OAB/SP 251.352, CPF: 222.236.218-05; DALMO DE FIGUEIREDO ARRAES JR, brasileiro, solteiro, OAB/SP 263.841, CPF: 695.137.401-53; LUIS ANDRÉ CORREA, brasileiro, solteiro, OAB/SP 265.551, CPF: 304.599.258-73; EUGÊNIO FRANCISCO RIBEIRO ANDREETA FILHO, brasileiro, solteiro, OAB/SP 198.426, CPF: 268.986.868-79; ANTÔNIO CARLOS JERÔNIMO DOS SANTOS JÚNIOR, brasileiro, solteiro, OAB/SP 169.638E, CPF: 215.483.578-39; JÉSSICA DEL NERO, solteira, CPF: 215.728.998-40, OAB/SP 231.931; JORYS CESAR HEGEDUS, OAB/SP 285.420, CPF: 255.801.928-78; MATHEUS ROBERTO LEMES SOARES, brasileiro, solteiro, OAB/SP 136.422E, CPF: 216.011.178-33; FLÁVIO FONTANETTI, brasileiro, solteiro, OAB/SP 135.665E, CPF: 201.574.888-10; EDISON FERRAZ DO PRADO JÚNIOR, brasileiro, casado, OAB/SP 80.146E, CPF: 071.570.388-97; LIVIA MARQUES GUTIERREZ HERNANDES, CPF: 357.211.748-89, OAB/SP 300.405; MELISSA RACHEL SILVA, brasileira, solteira, CPF: 246.208.308-10, OAB/SP 167.308-E, todos com escritório na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rua: Prudente de Moraes n. 584, filial na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Rua Marechal Deodoro, n. 3131, Edifício Tancredo Neves, Conjunto 43, centro, filial na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Avenida Getúlio Vargas, 275, Edifício Metropolitan, 2º andar, os poderes que me foram conferidos, para atuação dentro dos limites da Lei n.º 8.906/94.

Entretanto Intimações/Notificações deverão ser expedidas única e exclusivamente em nome dos advogados Dr. Fernando Antônio Fontanetti - OAB/SP nº 21.057 e Dr. Luiz Gastão de Oliveira Rocha, OAB/SP 35.365 no endereço acima impresso, sob pena de nulidade.

Ribeirão Preto, 20 de Outubro de 2010

Samuel Baeta Pópoli
OAB/SP - 209.383

----- Original Message -----

From: Aina Franco de Andrade

To: carlos.nascimento@penachin.com ; ricardo@penachin.com

Cc: [Cintia Regina Dornelas Martins Pereira](#) ; [Rodrigo Gama Dos Santos](#) ; [Carolina Tenorio Ribeiro Silva](#) ; [Karina Cordeiro Da Silva Diniz](#) ; [Marcilene Dos Santos](#) ; [Wesley Barbosa De Souza](#) ; [Pedro Henrique de Araujo \(P\)](#) ; [Cibele Rapis](#) ; [Silvia Scorsato](#) ; [Fabio Luiz Orso](#) ; [Janice de Sa Garay](#) ; [Catia Sabrina Gionfrido Serpa Ayres Lima](#) ; [Renato Torino](#) ; [Claudia Raquel Priskulnik Tunkel](#)

Sent: Friday, September 17, 2010 3:30 PM

Subject: Notificação extrajudicial datada de 17/09/2010 - RESCISÃO CONTRATUAL - PENACHIN E NASCIMENTO ADVOGADOS ASSOCIADOS (São Paulo/SP)

São Paulo, 17 de Setembro de 2010.

Ref.: **DENÚNCIA IMOTIVADA pelo CONTRATANTE dos Contratos de Prestação de Serviços Profissionais Advocatícios e Anexos celebrados em 13/Maio/2008 (Contencioso de Crédito), em 09/Janeiro/2009 (Auto Posto Joara Ltda.) e em 04/Maio/2009 (Aymoré)**

A

PENACHIN E NASCIMENTO ADVOGADOS ASSOCIADOS (CNPJ/MF nº 02.934.196/0001-17) – São Paulo/SP

Representado pelos endereços eletrônicos: carlos.nascimento@penachin.com ou ricardo@penachin.com

Conforme reunião presencial na sede do escritório (Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº. 714, conj.111, Itaim Bibi, São Paulo/SP), realizada hoje (17/Setembro/2010 às 11h) com os sócios administradores Drs. Ricardo Penachin Neto (OAB/SP nº. 31.405) e Carlos Augusto Nascimento (OAB/SP nº. 98473), o **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, sucessor por incorporação do BANCO ABN AMRO REAL S.A., inscrito no CNPJ sob o nº. 90.400.888/0001-42, com sede à Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A, Vila Olímpia, São Paulo/SP - CEP 04543-011, **SANTANDER LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL**, com sede em Barueri, na Alameda do Araguaia, nº. 731, pavimento superior parte A, inscrito no CNPJ sob o nº. 47.193.149/0001-06, **AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S/A; COMPANHIA DE CRÉDITO**, com sede nesta capital, na Rua XV de Novembro, nº. 165, 7.º Andar, inscrita no CNPJ sob nº. 07.707.650/0001-10, **COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RENAULT DO BRASIL**, com sede em Barueri - SP, na Alameda da Araguaia, nº. 731, Pavimento Superior, Parte B, inscrita no CNPJ sob o nº. 62.307.848/0001-25 e **COMPANHIA DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RENAULT DO BRASIL**, com sede na Rua Pasteur, nº. 463, 2º andar, Conjunto 204, Batel, em Curitiba/PR, inscrita no CNPJ sob nº. 61.784.278/0001-91 (doravante denominados SANTANDER) **vem notificar extrajudicialmente o escritório PENACHIN E NASCIMENTO ADVOGADOS ASSOCIADOS** (doravante denominado PENACHIN E NASCIMENTO) para **DENÚNCIA IMOTIVADA do contrato em referência e originada pelo CONTRATANTE, nos termos dos contratos.**

Dessa forma, os **CONTRATOS** celebrados para tal fim ficam **RESCINDIDOS** de pleno direito a partir de:

- (1) 24/Setembro/2010 (Aymoré),
- (2) 17/Outubro/2010 (Auto Posto Joara Ltda.) e
- (3) 17/Outubro/2010 (Contencioso de Crédito)

extinguindo-se, após o adimplemento das obrigações / deveres e observadas as prerrogativas das partes envolvidas, no âmbito daqueles contratos.

642
[Signature]

Tendo em vista a natureza das atividades do SANTANDER, o PENACHIN E NASCIMENTO fica ciente ainda, que a rescisão contratual e a migração do patrocínio não afetam:

- (i) as obrigações do PENACHIN E NASCIMENTO de manter em absoluta confidencialidade, todas as informações e dados aos quais teve acesso em razão da execução dos serviços, não podendo divulgá-los por quaisquer meios ou transferi-los, a qualquer título, em qualquer tempo ou circunstância, tampouco usá-los em benefício próprio ou de terceiros, devendo ainda, adotar todas as providências necessárias para que seus funcionários, prepostos, sócios e demais pessoas envolvidas nos serviços respeitem a integridade da guarda dessas informações;
- (ii) a responsabilidade do PENACHIN E NASCIMENTO em relação à correta execução dos serviços prestados até o termo final do contrato; ao cumprimento de suas obrigações de cunho trabalhista, fundiário e previdenciário relativas aos seus empregados destacados para a execução dos serviços prestados ao SANTANDER e, ao recolhimento dos tributos, encargos e contribuições fiscais devidos em razão do contrato em questão.

O termo final do contrato supracitado será formalizado por intermédio de instrumento próprio, que deverá ser remetido ao endereço abaixo indicado.

Nesse sentido, o PENACHIN E NASCIMENTO deverá verificar se existem eventuais divergências de dados quanto aos processos e informar ao SANTANDER imediatamente.

Favor acusar recebimento do presente e-mail.

Atenciosamente,

BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A
(por procuração à)



Ainé Franco de Andrade

Qualidade e Auditoria Jurídica / Biblioteca
Jurídico Institucional

Casa 1 - Rua Amador Bueno, 474, bloco A, 1º andar, estação 038
Santo Amaro - São Paulo/SP - CEP: 04752-005
Tel: +55 11 5538-6175 FAX: +55 11 5538-7100
e-mail: afranco@santander.com.br

*Favor levar em conta o meio-ambiente antes de imprimir este e-mail
Por favor tenga en cuenta el medioambiente antes de imprimir este e-mail
Please consider your environmental responsibility before printing this e-mail*



643

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

Comarca de Sorocaba
2ª Vara Cível - 2º Ofício Cível

R VINTE E OITO DE OUTUBRO, 691 - JARDIM DO PAÇO MUNICIPAL- Sorocaba/SP -
CEP: 18087-080 – Telefone: (15) 3228-5148

Ordem nº 1152/09

Ofício nº 01/11 - ADM.

Ação: Recuperação Judicial

Requerente: GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA.

Sorocaba, 13 de janeiro de 2011.

Pelo presente encaminho a Vossa Excelência certidão de objeto e pé dos autos supra mencionados requerido através do ofício datado de 12/08/2010, a fim de instruir os autos nº 602.01.2009.048969-4, nº de Ordem 2065/09, movido por BANCO BRADESCO S/A. em face de GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA. E OTS. em trâmite perante esse juízo.

Apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

PATRICIA FIGUEIREDO CORREIA
Juíza Substituta

Ao
Exmo. Sr. Dr.
PEDRO LUIZ ALVES DE CARVALHO
MM. JUIZ DA 5ª VARA CÍVEL LOCAL
SOROCABA-SP.

PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

2ª Vara Cível

2º Ofício Cível

R VINTE E OITO DE OUTUBRO, 691 - JARDIM DO PAÇO MUNICIPAL - Sorocaba/SP - CEP: 18087-080 - Telefone: (15) 3228-5148

649
b

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

MARIA DE LOURDES C. GARDENAL, Diretor(a) de Divisão do 2º Ofício Cível da Comarca de Sorocaba/SP, na forma da Lei, etc

CERTIFICA, atendendo a pedido de pessoa interessada que pesquisando em Cartório verificou constar :

Processo nº **602.01.2009.024980-2/000000-000**

Ordem : **1152/2009**

Ação: Recuperação Judicial

Data da distribuição : 23/06/2009

Requerente

GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA, CNPJ Nº 683293250001-56 residente à Av. Victor Andrew nº 4384 - Éden - Sorocaba - SP.

Objeto

da

ação

Alegou a requerente que mantém seu estabelecimento comercial na cidade de Sorocaba, tendo por objetivo social : indústria e comércio de máquinas e equipamentos eletrônicos e eletromecânicos; importação de todos e quaisquer materiais necessários à execução da sua atividade principal, e bem assim a exportação por conta própria ou de terceiros; participação em outras sociedades, como acionista ou quotista; prestação de serviços administrativos e gerenciais à empresas industriais; fabricação e comércio de moldes, estampos, ferramentas e dispositivos para processos produtivos em geral; prestação de serviços em assistência técnica em geral; prestação de serviços de engenharia mecânica, eletrônica e de manufatura para desenvolvimento de projetos no mercado nacional e internacional; importação e distribuição de equipamentos destinados a emprego no campo de automação bancária, comercial e escritório; prestação de serviços em ferramentaria e comércio , exportação e distribuição de produtos agrícolas em geral, próprios ou de terceiros, in natura, brutos, beneficiados ou industrializados. Nos últimos anos a GERBO, com vistas a modernização dos equipamentos capazes de melhor atender a demanda do mercado investiu em sua atividade comercial, para expandir o seu mercado consumidor e formalizou um emparceiramento comercial com a empresa ECCOS TENO METALÚRGICA LTDA., com intuito de ampliar a sua área de vendas e de prospecção de novos negócios, porém, tais investimento lamentavelmente não tiveram o retorno esperado em virtude da forte crise financeira, reconhecidamente recessiva que assolou a economia internacional e nacional, refletindo fortemente sobre o seu segmento, com isso, os seus rendimentos sofreram terríveis quedas e diante de empréstimos junto as instituições financeiras bancárias, gerou também enorme falta de capital de giro, no entanto, ainda mantém o seu cadastro crédito intactos. Diante disso, nesta data tem contabilizado um passivo quirográfico no valor de R\$ 16.079.516,00 o qual submete aos benefícios da Recuperação Judicial constante da relação discriminada de credores e, sua recuperação econômica é demorada dada a especialidade de seus produtos e em razão de seu faturamento ter sido altamente atingido; por essa razão necessita de um prazo para

reerguer a empresa com as benesses legais da recuperação judicial como única forma de se evitar uma indesejável falência. Alegou que na elaboração do plano de recuperação especial e conseqüentemente viabilidade de sua execução, desde já se pode assegurar que o mesmo preverá: que apenas os créditos quirográficos serão abrangidos (art. 71-I); o pagamento do passivo em 48 parcelas, iguais e sucessivas, todas elas corrigidas monetariamente e acrescidas de juros de 1% ao mês (inc. II); prazo de carência de 24 meses para dar início ao pagamento da primeira parcela, contada da distribuição deste pedido (inc. III) e, que não fará aumento das despesas ou contratará novos empregados sem a prévia autorização (inc. IV), devendo apresentar em juízo seu plano em 60 dias. Desse modo, ajuizou a presente requerendo que seja nomeado administrador judicial, a dispensa da apresentação de certidões negativas para o exercício das atividades da GERBO; a suspensão de todas as ações ou execuções contra a mesma pelo prazo de 180 dias, determinar que os estabelecimentos bancários se abstenham de promover a cobrança de qualquer crédito dos garantidores das possíveis operações formalizadas e que se sujeitem totalmente aos termos da recuperação judicial, a expedição de edital para habilitação ou divergência dos créditos, a intimação do Ministério Público e a comunicação por cata às Fazendas Públicas e nos termos do art. 58, que no momento oportuno seja concedida a recuperação, posto atender ela todos os requisitos legais como acima claramente expostos. Juntou documentos. Dá-se a causa o valor de R\$ 10.000,00.

Situação Processual

Após a manifestação do M.P. e manifestação da autora em fls. 61/62, por despacho datado de 29/07/09 foi determinada a emenda a petição inicial para a apresentação e/ou complementação da relação de documentos do art. 51 da Lei de Recuperação Judicial, notadamente fls.32 com a indicação do endereço de cada credor decorrente de ações judiciais (inciso III); fls.37 com a indicação de eventuais valores pendentes de pagamento e indicação do período (inciso IV); e apresentação da declaração de bens dos demais sócios (Zaide Giantin Gerbovic e Leosmar Gonzáles Martines, inclusive). Não há comprovação da exclusão formal deste último sócio. Além dos documentos acima, determinou que a requerente complementasse a relação com os demonstrativos contábeis relativos aos 03 últimos exercícios sociais e aquele especialmente elaborado para a propositura da presente ação, constando todos os itens do inciso II do art. 51 da Lei já mencionada, no prazo: 10 dias (art. 284 do CPC), dando-se ciência ao MP. Emende a requerente a petição inicial para a apresentação e/ou complementação da relação de documentos do art. 51 da Lei de Recuperação Judicial, notadamente fls.32 com a indicação do endereço de cada credor decorrente de ações judiciais (inciso III); fls.37 com a indicação de eventuais valores pendentes de pagamento e indicação do período (inciso IV); e apresentação da declaração de bens dos demais sócios (Zaide Giantin Gerbovic e Leosmar Gonzáles Martines, inclusive). Não há comprovação da exclusão formal deste último sócio. Além dos documentos acima, deverá a requerente complementar a relação com os demonstrativos contábeis relativos aos 03 últimos exercícios sociais e aquele especialmente elaborado para a propositura da presente ação, constando todos os itens do inciso II do art. 51 da Lei já mencionada, no prazo de 10 dias (art. 284 do CPC), dando-se ciência ao MP. Às fls. 133/34 o M.P. concordou com o processamento da presente, prosseguindo-se nos demais termos da Lei 11.101/05. Por despacho de fls. 139/40 foi deferido o processamento deste pedido de recuperação judicial da empresa requerente GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA., devendo a mesma, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação deste despacho, apresentar o Plano de Recuperação, nos termos do art. 53 da lei já mencionada. Nomeou administrador judicial o Dr. José Carlos Kalil Filho, o qual deverá observar os termos do art. 22 da Lei 11.101/2005 e ser intimado pessoalmente de todos os atos e termos do processo. Dispensou a requerente da apresentação de certidões negativas para que o exercício de suas atividades, salvo para a contratação com o Poder Público ou recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, devendo acrescentar em seguida ao seu nome a expressão "em recuperação judicial", o que será também comunicado a JUCESP (art. 69 e parágrafo único da Lei 11.101/2005), determinando que a serventia providenciasse tal comunicação. Determinou a suspensão de todas as ações ou execuções contra a requerente, porém, permanecendo os autos nos juízos onde se processam, devendo ainda o requerente, providenciar a partir da publicação desta decisão, a apresentar em juízo os demonstrativos mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores. Comunicando-se desta decisão, por carta AR, as Fazendas Públicas Federal, de todos os Estados e Municípios em que a requerente tiver estabelecimento. Após a apresentação

do plano de recuperação judicial pela requerente, determinou a expedição de edital nos termos do art. 52, § 1º, da Lei 11.101/2005, com o prazo de 15 (quinze) dias para a habilitação de créditos e de 30 (trinta) dias para a apresentação de objeção fundamentada ao Plano de Recuperação Judicial. O Dr. **JOSÉ CARLOS KALIL FILHO, OAB. /SP. 65.040, com endereço no Boulevard Braguinha, 45, Centro, fone- 3232-252, Sorocaba-SP.**, prestou compromisso em fls. 152 e manifestou-se em fls. 173/177 a respeito de seus honorários. O Banco do Brasil S/A. apresentou divergência ao crédito (fls. 195/ss.). O administrador apresentou em fls. 302304 relação dos créditos sujeitos recuperação judicial (credores quirografários e trabalhistas). sendo impugnado pelo Banco ABN AMRO REAL S/A. (fls. 306/308). A requerente apresentou o plano de recuperação judicial (fls. 343/429) e, manifestou-se em fls. 431/4323 sobre o pedido dos honorários do administrador e dos demais documentos e impugnação apresentada pelo Banco, dando-se ciência os demais documentos juntados nos autos.. Em fls. 443/444 o Banco Bradesco S/A. apresentou impugnação ao crédito, requerendo a inclusão do crédito ausente da relação apresentada pelo administrador junto ao crédito geral de credores a ser homologada. Houve manifestação do administrador em relação a proposta de honorários apresentada pela recuperanda; em relação a divergência de crédito apresentada pelo Banco do Brasil S/A. para que a mesma não seja aceita, devendo a mesma ser admitida como Impugnação de Crédito e desentranhada e processada em apartado como incidente; bem como a intimação da recuperanda para que apresente os balancetes mensais. O Banco ABN AMRO RAL S/A. apresentou objeção ao plano de recuperação, a fim de que seu crédito seja integralmente pago com o parcelamento máximo d 60 meses, incidindo sobre o valor habilitado, em sua integralidade, correção monetária pelo INPC/IBGE, acrescidos de juros de 1% ao me, sem deságio e carência no máximo de 01 ano após a aprovação do plano (fls. 443/463), sendo impugnado pelo administrador judicial (fls. 482/ss.). Foi designada data e realizada a assembléia geral de credores (fls. 511/ss.) onde o Plano de Recuperação apresentado pela requerente a foi aprovado pelos credores trabalhistas e rejeitado pelos credores quirografários na proporção de 60% dos credores com direito a voto, havendo aprovação, portanto, de 40% dos credores quirografários com direito a voto presentes, havendo ainda a aprovação de mais de 14/3 dos credores presentes. Diante do resultado positivo da assembléia foi concedida a Recuperação Judicial da requerente, com base no plano de fls. 343/ss., constituindo esta decisão em título executivo judicial, nos termos do art. 584, "caput", III, do CPC, implicando em novação dos créditos anteriores ao pedido e obrigando a empresa devedora/requerente e todos os credores a ele sujeitos, sem prejuízo de suas garantias, nos termos do que determina o art. 59 e seu § 1º, da Lei 11.101/2005. Em caso de agravo o mesmo seria recebido apenas no efeito devolutivo. Condenou a requerente no pagamento das custas e despesas processuais e honorários do administrador judicial no valor de R\$ 200.000,00, na forma do despacho de fls. 490/ss. e, restada instalada a Assembléia Geral de Credores com quorum, restou prejudicada a instalação em 2ª convocação. Os autos serão encaminhados à conclusão para apreciar o pedido do banco ABN AMRO REAL S/A. o qual informou que foi sucedido por incorporação pelo BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A. com a retificação do nome dessa instituição na capa dos autos, bem como vistas dos autos fora do cartório. NADA MAIS.

Sorocaba/SP, 13 de janeiro de 2011. Eu, _____(VERONICA REGINA SAMPAIO RODRIG), escrevente, digitei. Eu, _____(MARIA DE LOURDES C. GARDENAL), Diretor(a) de Divisão, matrícula 3024846, conferi, subscrevi e dou fé.

MARIA DE LOURDES C. GARDENAL
DIRETOR(A) DE DIVISÃO
MATR. 3024846

647
p

CONCLUSÃO

Em 17 de janeiro de 2011, faço estes autos conclusos à MM. Juíza Substituta Dra. PATRÍCIA FIGUEIREDO CORREIA.

Eu Paula (Veronica Regina Sampaio Rodrigues), Escrevente subcrevo.

Proc. 1152/09

Diante da incorporação do Banco ABN AMRO REAL S/A. pelo Banco SANTANDER (BRASIL) S/A., retifique-se o nome do credor, procedendo-se as devidas anotações, devendo antes os peticionários de fls. 592 e 623 informar quem irá patrocinar e defender os interesses do credor Banco Santander (Brasil) S/A.

Certifique a serventia o trânsito em julgado da sentença de fls. 586/589.

Intimem-se.

Sor., data supra.

PATRICIA FIGUEIREDO CORREIA
Juíza Substituta

CERTIDÃO — Trânsito em Julgado
Certifico e dou fé que em 26 / 10 / 10
transitou em julgado a r. sentença de fls. comp
Em 17 de JAN 2011 de
Eu, Esor. Subscr:

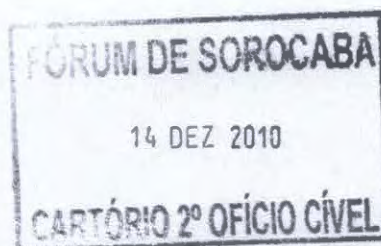
CERTIDÃO — Trânsito em Julgado
Certifico e dou fé que em 27 / 10 / 10
transitou em julgado a r. sentença de fls. 586/589
Em 17 de JAN 2011 de
Eu, Esor. Subscr:

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de SOROCABA-SP.

Processo nº 24980-2/2009

Ordem nº 1152/2009

Ação de Recuperação Judicial



GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA

LTDA, pessoa jurídica de direito privado devidamente constituída e já identificada nos autos do processo supramencionado, vem a presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus procuradores que ao final subscrevem e em atenção ao R. Despacho de fls. 490/491, requerer a juntada dos inclusos balancetes da empresa Autora, estes referentes aos anos de 2008 a 2009, bem como dos 10 (dez) primeiros meses do ano corrente.

Nesses termos,

P. Deferimento.

Sorocaba, 06 de dezembro de 2010.


Samuel Alvares
OAB/SP 289.950

José Domingos Valarelli Rabello
OAB/SP 44.429



GERBO ENGENHARIA & MANUFATURA LTDA

CNPJ: 68.329.325/0001-56

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro

(Em milhares de reais)

ATIVO	2009	2008
CIRCULANTE		
Disponível	R\$ 280	R\$ 309
Bancos e Equivalentes e Caixa	R\$ 40	R\$ 97
Aplicações Financeiras	R\$ 240	R\$ 212
Duplicatas a receber	R\$ 2.220	R\$ 962
Nacional & Internacional	R\$ 2.220	R\$ 1.245
Antecipação de Recebíveis	R\$ -	R\$ (283)
Adiantamentos	R\$ 422	R\$ 423
Fornecedores	R\$ 404	R\$ 394
Empregados	R\$ -	R\$ 11
Viagens	R\$ 19	R\$ 18
Tributos a Compensar	R\$ 452	R\$ 686
Tributos Estaduais	R\$ 81	R\$ 324
Tributos Federais	R\$ 283	R\$ 154
Tributos Diferidos	R\$ 88	R\$ 208
Estoques	R\$ 868	R\$ 890
 Despesas Antecipadas	R\$ 1.063	R\$ 663
Despesas Antecipadas	R\$ 1.063	R\$ 663
Outros Créditos a Receber	R\$ 872	R\$ -
Créditos a Receber	R\$ 872	R\$ -
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	R\$ 6.178	R\$ 3.933
NÃO CIRCULANTE		
Realizável Longo Prazo		
Créditos a Receber	R\$ 53	R\$ 178
Tributos Diferidos	R\$ 2.567	R\$ 2.567
Permanente		
Investimentos	R\$ 131	R\$ 131
Imobilizado	R\$ 4.692	R\$ 4.822
(-) Depreciação / Amortização	R\$ (3.647)	R\$ (3.643)
Diferido	R\$ 173	R\$ -
Projetos em Desenvolvimento	R\$ 173	R\$ 174
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 3.968	R\$ 4.229
TOTAL DO ATIVO	R\$ 10.146	R\$ 8.162

PASSIVO	2009	2008
CIRCULANTE		
Compromissos Financeiros (Inst.Financ.)	R\$ 4.456	R\$ 3.995
Adiantamento de Cambiais (ACC/ACE)	R\$ 347	R\$ 398
Fornecedores	R\$ 1.533	R\$ 1.019
Contas a Pagar	R\$ 150	R\$ 158
Obrigações Fiscais	R\$ 737	R\$ 313
Obrigações Trabalhistas	R\$ 179	R\$ 139
Provisões a Pagar	R\$ 138	R\$ 80
Adiantamento de Clientes	R\$ 1.783	R\$ 1.034
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 9.323	R\$ 7.136
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Compromissos Financeiros - (Inst.Fin.)	R\$ -	R\$ 379
Parcelamento de Tributos	R\$ 904	R\$ 904
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 904	R\$ 1.283
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	R\$ 3.077	R\$ 3.077
Lucros (prejuízos) acumulados	R\$ (5.175)	R\$ (2.993)
Lucros (prejuízos) do exercício	R\$ (576)	R\$ (2.181)
Recursos p/aumento do Cap.Social	R\$ 2.594	R\$ 1.840
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ (80)	R\$ (257)
TOTAL DO PASSIVO	R\$ 10.146	R\$ 8.162

649

**GERBO ENGENHARIA & MANUFATURA LTDA**

CNPJ: 68.329.325/0001-56

Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de Dezembro

(Em milhares de reais)

	2009	2008
Receita Operacional Bruta	R\$ 4.806	R\$ 11.943
(-) Impostos e Deduções sobre Vendas	R\$ (1.267)	R\$ (3.922)
Receita Operacional Líquida	R\$ 3.539	R\$ 8.021
(-) CPV	R\$ (2.087)	R\$ (5.989)
Lucro Operacional Bruto	R\$ 1.452	R\$ 2.032
(-) Despesas com funcionários	R\$ (743)	R\$ (1.411)
(-) Outras Despesas Operacionais	R\$ (423)	R\$ (1.003)
(-) Depreciação	R\$ (101)	R\$ (189)
(-) Despesas Bancárias	R\$ (66)	R\$ (89)
Lucro Operacional	R\$ 120	R\$ (660)
(-) Tributárias	R\$ (40)	R\$ (428)
(+/-) Outras Despes/Receitas não financeiras	R\$ 53	R\$ (36)
(+/-) Variação Cambial	R\$ (106)	R\$ (273)
(+) Receitas Financeiras	R\$ 35	R\$ 51
(-) Encargos sobre Empréstimos/Financiam.	R\$ (639)	R\$ (835)
Lucro antes do IR/CS	R\$ (576)	R\$ (2.181)
(-) IR / CS - Diferido	R\$ -	
Lucro Líquido	R\$ (576)	R\$ (2.181)
Margem Líquida	-16%	-27%

Sorocaba, 31 de Dezembro de 2009

Reconhecemos a exatidão do Ativo e Passivo do presente Balanço Patrimonial no valor de R\$10.146.462,25 (Dez milhões e cento e quarenta e seis mil e quatrocentos e vinte cinco reais e centavos), bem como a exatidão da Demonstração do Resultado do exercício.

Gerbo Engenharia & Manufatura Ltda.


José Gerbovic

Sócio-Diretor (CPF-520.904.188-34)


Rogério Willian da Silva

CRC-TC 1SP 187610/O-7

**GERBO ENGENHARIA & MANUFATURA LTDA**

CNPJ: 68.329.325/0001-56

Balancetes Mensais de Verificação

(Em milhares de reais)

PASSIVO	31/01/10	28/02/10	31/03/10	30/04/10	31/05/10	30/06/10	31/07/10	31/08/10	30/09/10	31/10/10
CIRCULANTE										
Compromissos Financeiros (Inst.Financ.)	R\$ 4.455	R\$ 4.422	R\$ 4.386	R\$ 4.344	R\$ 4.305	R\$ 4.247	R\$ 4.205	R\$ 4.167	R\$ 4.131	R\$ 4.063
Adiantamento de Cambiais (ACC/ACE)	R\$ 379	R\$ 370	R\$ 368	R\$ 362	R\$ 384	R\$ 385	R\$ 380	R\$ 384	R\$ 375	R\$ 375
Fornecedores	R\$ 1.542	R\$ 1.608	R\$ 1.585	R\$ 1.580	R\$ 1.617	R\$ 1.624	R\$ 1.591	R\$ 1.591	R\$ 1.591	R\$ 1.591
Contas a Pagar	R\$ 153	R\$ 156	R\$ 177	R\$ 166	R\$ 167	R\$ 158	R\$ 155	R\$ 173	R\$ 220	R\$ 141
Obrigações Fiscais	R\$ 733	R\$ 735	R\$ 739	R\$ 747	R\$ 752	R\$ 755	R\$ 755	R\$ 750	R\$ 753	R\$ 750
Obrigações Trabalhistas	R\$ 189	R\$ 229	R\$ 252	R\$ 255	R\$ 233	R\$ 245	R\$ 254	R\$ 252	R\$ 282	R\$ 281
Provisões a Pagar	R\$ 161	R\$ 188	R\$ 205	R\$ 217	R\$ 242	R\$ 244	R\$ 225	R\$ 226	R\$ 227	R\$ 237
Adiantamento de Clientes	R\$ 1.759	R\$ 1.709	R\$ 1.609	R\$ 1.547	R\$ 1.499	R\$ 1.499	R\$ 1.499	R\$ 1.499	R\$ 1.499	R\$ 1.508
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 9.373	R\$ 9.417	R\$ 9.321	R\$ 9.218	R\$ 9.198	R\$ 9.157	R\$ 9.063	R\$ 9.042	R\$ 9.077	R\$ 8.945
NÃO CIRCULANTE										
Exigível a longo prazo										
Compromissos Financeiros - (Inst.Fin.)										
Parcelamento de Tributos	R\$ 904	R\$ 904	R\$ 904	R\$ 904	R\$ 904	R\$ 904	R\$ 904	R\$ 904	R\$ 904	R\$ 904
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 904	R\$ 904	R\$ 904	R\$ 904	R\$ 904	R\$ 904	R\$ 904	R\$ 904	R\$ 904	R\$ 904
PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Capital Social	R\$ 3.077	R\$ 3.077	R\$ 3.077	R\$ 3.077	R\$ 3.077	R\$ 3.077	R\$ 3.077	R\$ 3.077	R\$ 3.077	R\$ 3.077
Lucros (prejuízos) acumulados	R\$ (5.751)	R\$ (5.751)	R\$ (5.751)	R\$ (5.751)	R\$ (5.751)	R\$ (5.751)	R\$ (5.751)	R\$ (5.751)	R\$ (5.751)	R\$ (5.751)
Lucros (prejuízos) do exercício	R\$ (33)	R\$ (37)	R\$ (42)	R\$ (39)	R\$ (58)	R\$ (41)	R\$ (38)	R\$ (36)	R\$ (67)	R\$ (102)
Recursos p/aumento do Cap.Social	R\$ 2.595	R\$ 2.595	R\$ 2.595	R\$ 2.595	R\$ 2.595	R\$ 2.595	R\$ 2.595	R\$ 2.595	R\$ 2.595	R\$ 2.595
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ (112)	R\$ (117)	R\$ (122)	R\$ (119)	R\$ (137)	R\$ (121)	R\$ (118)	R\$ (116)	R\$ (147)	R\$ (182)
TOTAL DO PASSIVO	R\$ 10.164	R\$ 10.204	R\$ 10.103	R\$ 10.003	R\$ 9.964	R\$ 9.940	R\$ 9.849	R\$ 9.829	R\$ 9.833	R\$ 9.667

Sarocaba, 31 de Outubro de 2010.

José Gerbovic

Sócio-Diretor (CPF-520.904.188-34)

Rogério Willian da Silva

CRC-TC 1SP 187610/O-7

65/10



GERBO ENGENHARIA & MANUFATURA LTDA

CNPJ: 68.329.325/0001-56

Balancetes Mensais de Verificação

(Em milhares de reais)

ATIVO	31/01/10	28/02/10	31/03/10	30/04/10	31/05/10	30/06/10	31/07/10	31/08/10	30/09/10	31/10/10
CIRCULANTE										
<i>Disponível</i>	R\$ 260	R\$ 271	R\$ 278	R\$ 292	R\$ 304	R\$ 307	R\$ 317	R\$ 289	R\$ 301	R\$ 294
Bancos e Equivalentes e Caixa	R\$ 20	R\$ 31	R\$ 37	R\$ 52	R\$ 64	R\$ 67	R\$ 77	R\$ 49	R\$ 61	R\$ 54
Aplicações Financeiras	R\$ 240	R\$ 240	R\$ 240	R\$ 240	R\$ 240	R\$ 240	R\$ 240	R\$ 240	R\$ 240	R\$ 240
<i>Duplicatas a receber</i>	R\$ 2.258	R\$ 2.199	R\$ 2.205	R\$ 2.131	R\$ 2.154	R\$ 2.144	R\$ 2.125	R\$ 2.119	R\$ 2.100	R\$ 2.103
Nacional & Internacional	R\$ 2.258	R\$ 2.199	R\$ 2.205	R\$ 2.131	R\$ 2.154	R\$ 2.144	R\$ 2.125	R\$ 2.119	R\$ 2.100	R\$ 2.103
Antecipação de Recebíveis										
<i>Adiantamentos</i>	R\$ 459	R\$ 487	R\$ 474	R\$ 484	R\$ 516	R\$ 531	R\$ 547	R\$ 578	R\$ 584	R\$ 513
<i>Tributos a Compensar</i>	R\$ 456	R\$ 454	R\$ 452	R\$ 452	R\$ 445	R\$ 445	R\$ 446	R\$ 447	R\$ 447	R\$ 447
<i>Estoques</i>	R\$ 844	R\$ 801	R\$ 731	R\$ 698	R\$ 674	R\$ 674	R\$ 652	R\$ 652	R\$ 652	R\$ 652
<i>Despesas Antecipadas</i>	R\$ 1.071	R\$ 1.074	R\$ 1.079	R\$ 1.082	R\$ 1.085	R\$ 1.089	R\$ 1.087	R\$ 1.099	R\$ 1.112	R\$ 1.118
<i>Outros Créditos a Receber</i>	R\$ 877	R\$ 985	R\$ 960	R\$ 948	R\$ 879	R\$ 848	R\$ 783	R\$ 759	R\$ 758	R\$ 671
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	R\$ 6.225	R\$ 6.273	R\$ 6.179	R\$ 6.087	R\$ 6.055	R\$ 6.039	R\$ 5.956	R\$ 5.943	R\$ 5.956	R\$ 5.798
NÃO CIRCULANTE										
<i>Realizável Longo Prazo</i>	R\$ 2.619	R\$ 2.620	R\$ 2.620	R\$ 2.620	R\$ 2.620	R\$ 2.620	R\$ 2.620	R\$ 2.620	R\$ 2.620	R\$ 2.620
<i>Créditos a Receber</i>	R\$ 53	R\$ 53	R\$ 53	R\$ 53	R\$ 53	R\$ 53	R\$ 53	R\$ 53	R\$ 53	R\$ 53
<i>Tributos Diferidos</i>	R\$ 2.567	R\$ 2.567	R\$ 2.567	R\$ 2.567	R\$ 2.567	R\$ 2.567	R\$ 2.567	R\$ 2.567	R\$ 2.567	R\$ 2.567
<i>Permanente</i>										
<i>Investimentos</i>	R\$ 131	R\$ 131	R\$ 131	R\$ 131	R\$ 131	R\$ 131	R\$ 131	R\$ 131	R\$ 131	R\$ 131
<i>Imobilizado</i>	R\$ 4.692	R\$ 4.692	R\$ 4.692	R\$ 4.692	R\$ 4.692	R\$ 4.692	R\$ 4.692	R\$ 4.692	R\$ 4.692	R\$ 4.692
(-) Depreciação / Amortização	R\$ (3.676)	R\$ (3.685)	R\$ (3.692)	R\$ (3.700)	R\$ (3.707)	R\$ (3.715)	R\$ (3.723)	R\$ (3.730)	R\$ (3.738)	R\$ (3.746)
<i>Diferido</i>	R\$ 173	R\$ 173	R\$ 173	R\$ 173	R\$ 173	R\$ 173	R\$ 173	R\$ 173	R\$ 173	R\$ 173
<i>Projetos em Desenvolvimento</i>	R\$ 173	R\$ 173	R\$ 173	R\$ 173	R\$ 173	R\$ 173	R\$ 173	R\$ 173	R\$ 173	R\$ 173
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 3.939	R\$ 3.931	R\$ 3.924	R\$ 3.916	R\$ 3.909	R\$ 3.901	R\$ 3.893	R\$ 3.886	R\$ 3.878	R\$ 3.870
TOTAL DO ATIVO	R\$ 10.164	R\$ 10.204	R\$ 10.103	R\$ 10.003	R\$ 9.964	R\$ 9.940	R\$ 9.849	R\$ 9.829	R\$ 9.833	R\$ 9.667

Sorocaba, 31 de Outubro de 2010.

José Gerbovic

Sócio-Diretor (CPF-520.904.188-34)

Rogério Willian da Silva

CRC-TC 1SP 187610/O-7

**GERBO ENGENHARIA & MANUFATURA LTDA**

CNPJ: 68.329.325/0001-56

Balancetes Mensais de Verificação

(Em milhares de reais)

Demonstrativo do Resultado	31/01/10	28/02/10	31/03/10	30/04/10	31/05/10	30/06/10	31/07/10	31/08/10	30/09/10	31/10/10	Total 2010
Receita Operacional Bruta	R\$ 102	R\$ 178	R\$ 304	R\$ 119	R\$ 57						R\$ 760
(-) Impostos e Deduções sobre Vendas	R\$ (42)	R\$ (59)	R\$ (103)	R\$ (40)	R\$ (19)						R\$ (263)
Receita Operacional Líquida	R\$ 60	R\$ 119	R\$ 202	R\$ 79	R\$ 37	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 496
(-) CPV	R\$ (61)	R\$ (122)	R\$ (203)	R\$ (82)	R\$ (44)						R\$ (513)
Lucro Operacional Bruto	R\$ (2)	R\$ (3)	R\$ (2)	R\$ (3)	R\$ (7)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ (17)
(-) Despesas Operacionais	R\$ (33)	R\$ (30)	R\$ (51)	R\$ (30)	R\$ (25)	R\$ (26)	R\$ (22)	R\$ (26)	R\$ (58)	R\$ (99)	R\$ (399)
(-) Despesas Financeiras	R\$ (3)	R\$ (9)	R\$ 5	R\$ (6)	R\$ (26)	R\$ (14)	R\$ (17)	R\$ (5)	R\$ (10)	R\$ 2	R\$ (85)
(-/+) Outras Despesas/Receitas Não Operacionais	R\$ 6	R\$ 1	R\$ 0	R\$ -		R\$ (0)	R\$ (5)	R\$ (5)		R\$ (5)	R\$ (8)
(+) Receitas Financeiras	R\$ -	R\$ 4	R\$ 5	R\$ -	R\$ 1		R\$ 5				R\$ 15
Lucro antes do IR/CS	R\$ (33)	R\$ (37)	R\$ (42)	R\$ (39)	R\$ (58)	R\$ (41)	R\$ (38)	R\$ (36)	R\$ (67)	R\$ (102)	R\$ (494)
(-) IR / CS - Alíquota de 34%											
Lucro Líquido	R\$ (33)	R\$ (37)	R\$ (42)	R\$ (39)	R\$ (58)	R\$ (41)	R\$ (38)	R\$ (36)	R\$ (67)	R\$ (102)	R\$ (494)

Sorocaba, 31 de Outubro de 2010.

José Gerbovic

Sócio-Diretor (CPF-520.904.188-34)

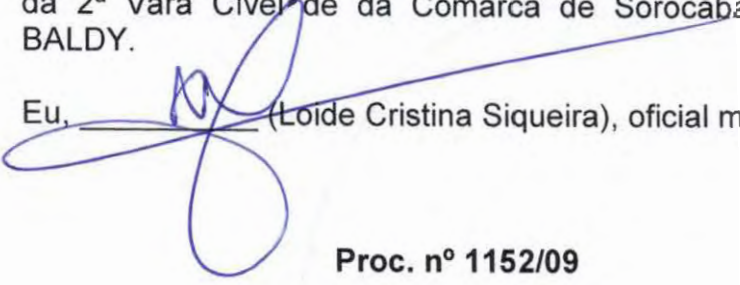
Rogério Willian da Silva

CRC-TC 1SP 187610/O-7

6529

CONCLUSÃO

Em **16 de fevereiro de 2011**, faço estes autos conclusos à MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Cível de da Comarca de Sorocaba, Dra. ANA MARIA ALONSO BALDY.

Eu,  (Loide Cristina Siqueira), oficial maior, subscrevo.

Proc. nº 1152/09

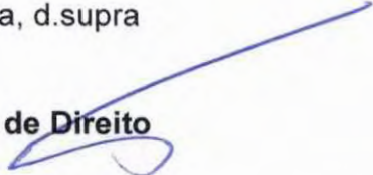
direito.

Manifeste-se o administrador judicial requerendo o que de

Int.
Sorocaba, d.supra

Juíza de Direito

DATA

Em  18 **FEV 2011** /2011, recebi estes autos em cartório.
Eu, _____, subscrevo.

REMETIDA EM _____ (CONTROLE DO CARTÓRIO) V____/____

- () despacho de fls. _____
- () Sentença e Preparo de fls. _____
- () Retirar _____
- () Certidão do(a) Oficial (a) de fls. _____
- () Providenciar _____
- () Ciência _____
- () outros _____

Escrevente _____

69

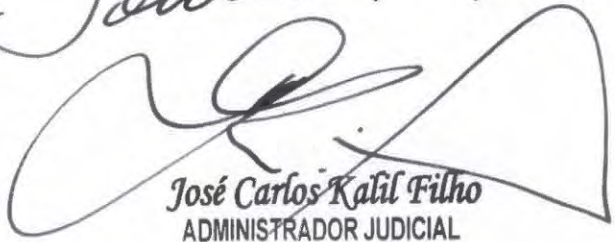
VISTA

Em 20 de 04 de 11
Faço vista destes autos ao Dr. José C. K. Filho
Eu, _____ Escr. subscr.

M.M. Juizc:

Requiro o prazo de
30 dias para que possa ap-
resentar Relatório dos Atendimen-
tos de Recuperanda, com
o intuito de demonstrar que
o plano de Recuperação aprova-
do tem sido cumprido.

Sorocaba, 20/04/2011


José Carlos Kalil Filho
ADMINISTRADOR JUDICIAL
OAB/SP - 65.040

DATA


Em 17 de 05 de 20 11
recebi estes autos
Eu, _____ Escr. Subscr.

657
9

JUNTADA

Em 27 de 07 de 2011, junto a estes autos:

- () o(s) mandado(s) devolvido(s)
- () o(s) ofício(s)
- () o(s) A.R.(s)
- ☒ a(s) petição(ões)
- () a(s) carta(s) precatória(s)
- () o comprovante de depósito
- () , que segue(m)

Eu,  (Valéria A.P.E.Santo), Escrevente o subscrevi e assino.

658
Q

Excelentíssima Senhora Doutora Juíza de Direito, 2ª. Vara Cível – Sorocaba.

as
1715

Proc. n. 1152/09



TJSP SCB-08-jul-2011-15:10-110582-1/2

ITAU UNIBANCO S/A., por seu advogado, nos autos da **RECUPERAÇÃO JUDICIAL** promovida por **GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA.**, vem a presença de Vossa Excelência expor e requerer o seguinte:

Dentre os créditos de titularidade do peticionário, aquele representado pela Cédula de Crédito Bancário n. 060509582.3 (atual n. 65011-652616100054203) emitida em 18.02.2009, declarado nestes autos pelo valor de R\$2.089.861,00 (dois milhões, oitenta e nove mil, oitocentos e sessenta e hum reais), está garantido por Cessões Fiduciárias de (três) Certificados de Depósitos Bancários, emitidos, respectivamente, pela recuperanda e seus coobrigados.

Tal garantia, como é cediço, não está sujeita aos efeitos jurídicos da Recuperação Judicial na forma estatuída pelo disposto no artigo 49, par. 3º da Lei 11.1011/2005.

Por essa razão, peticionário optou por executar as garantias reais constituídas, apurando, assim, a quantia total de **R\$1.925.870,06**, observadas as seguintes datas e valores individuais cf. documentos inclusos:

659
90

I) Em 06.06.2011, a quantia de R\$245.652,09, representada pela cessão fiduciária de crédito relativa ao Certificado de Depósito Bancário n. 2011157030176, emitido pela empresa recuperanda;

II) Em 16.06.2011, a importância de R\$1.068.864,08, representada pela cessão fiduciária de crédito referente ao Certificado de Depósito Bancário n. 022203316, emitido pelo coobrigado Leosmar Gonzales Martinez; e, finalmente,

III) Em 16.06.2011, a quantia de R\$611.353,89, representada pela cessão fiduciária de crédito relativa ao Certificado de Depósito Bancário n. 022203325, emitido pelo coobrigado José Gerbovic.

Assim, ao tempo em que comunica ao r. juízo a amortização feita, requer seja dada ciência do doutor administrador para adotar as medidas cabíveis visando a necessária dedução dos valores a que faz jus o peticionário nestes autos.

Requer ainda, a juntada do anexo documento relativo à comunicação feita nos autos da execução movida contra os coobrigados, em trâmite pela 3ª. Vara local.

P. Deferimento.

Sorocaba, em 07 de Julho de 2.011.

JORGE VICENTE LUZ/ OAB. 34.204.



Itaú Unibanco S.A

Ciente

GERBO ENG E MANUFATURA LTDA

Tipo de Operação

RESGATE DE CERTIFICADO DE DEPOSITO BANCARI

Condições de Resgate:

Data do Resgate	Quantidade
06/06/2011	20.000.00

Dados da Emissão:

Série	Nota de Negoc

Dados do Título Resgatado:

Título
CERTIFICADO DE DEPOSITO BANCARI

- 1) Liquidação: CREDITO EM CONTA
- 2) Custódia: CETIP

Banco Itaú S.A. - CNPJ: 60.701.190/0001-04
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 101
Serviço de Apoio ao Cliente (SAC) - Itaú: 0800



Itaú Unibanco S.A.

Cliente

LEOSMAR GONZALES MARTINEZ

Tipo de Operação

RESGATE DE CERTIFICADO DE DEPOSITO BANCARIO.

Condições de Resgate:

Data do Resgate	Quantidade
17/06/2011	88.248.020,00

Dados da Emissão:

Nota de Negociação	
Série	000

Dados do Título Resgatado:

Título
CERTIFICADO DE DEPOSITO BANCARIO

- 1) **Liquidação:** CREDITO EM CONTA
- 2) **Custódia:** CETIP

Banco Itaú S.A. - CNPJ: 60.701.190/0001-04
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - To
Serviço de Apoio ao Cliente (SAC) - Itaú: 0800 728

662
90

1532326806 P 1/1

AGENCIA 6848

DATA 16/06/2011

HORA 10:57:41

RESGATE ANTECIPADO CDB-DI

AGE/CTA/DAC 6848 04762-4

NOME JOSE GERBOVIC

DATA DA SOLICITACAO

16/06/2011

HORA DA SOLICITACAO

15:42:03

V.BRUTO RESGATADO

630.130,27

VALOR DO I.R.

18.776,96

VALOR DO I.O.F.

0,00

V.LIQUIDO RESGATADO

611.353,31

RESGATE EFETUADO EM CONTA

SERVICO DE APOIO AO CLIENTE(SAC) - ITAU: 0800 728 0728

EXCLUSIVO AO DEFICIENTE AUDITIVO: 0800 722 1722

OUVIDORIA CORPORATIVA: 0800 570 0011

BANCO ITAU S.A.

1 >>

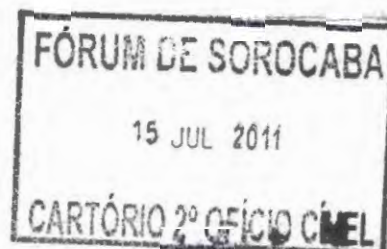
2011-06-21 10:53 BANCO ITAU SA AG6848



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA REGIONAL DE SOROCABA
2ª Subprocuradoria

663
90

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE SOROCABA - SP



Processo nº 1152/2009 - 602.01.2009.024980-2

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Requerente - GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA

16:47 14/07/2011 061576 TJ-SOROCABA-PROTOCOLO II

A FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, por sua procuradora que esta subscreve, nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, nos termos do art. 7º e seguintes da Lei nº 11.101/2005, habilitar seu crédito para com o devedor, com o fim de ser incluído no quadro-geral de credores, apresentando ao administrador judicial, o seguinte:

O crédito da Fazenda do Estado de São Paulo é representado pelas CDAs (Certidões de Dívida Ativa) nºs 1.005.037.131, 1.006.046.026, 1.006.388.262, 1.006.396.751:

CDA	Valor atualizado
1.005.037.131	189.409,03
1.006.046.026	440.166,07
1.006.388.262	604.919,72
1.006.396.751	957.918,54
Total geral	R\$ 2.192.413,36

CA



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA REGIONAL DE SOROCABA
2ª Subprocuradoria

664
P

Nos termos do art. 9º da Lei nº 11.101/2005, esclarece
que:

I – A Fazenda do Estado de São Paulo, representada pela Procuradoria Geral do Estado – Procuradoria Regional de Sorocaba, com endereço à Avenida General Osório, 477, Trujillo, Sorocaba, SP, é ora representada por sua Procuradora do Estado, Dra. Gislaïne Regina Franchon Marques, OAB/SP 113.134, na pessoa de quem deverão ser encaminhadas as publicações de quaisquer atos do processo;

II – O valor atualizado do crédito é de R\$ 2.192.413,36 (Dois milhões, cento e noventa e dois mil, quatrocentos e treze reais e trinta e seis centavos);

III – As Certidões de Dívida Ativa que seguem em anexo, comprovam a existência do mencionado crédito, não havendo por ora, provas a serem produzidas, diante da sua presunção legal de certeza e liquidez, com efeito de prova pré-constituída (art. 204 do Código Tributário Nacional).

Nestes termos,

Pede deferimento.

Sorocaba, 14 de julho de 2011.

Gislaïne Regina Franchon Marques

Procuradora do Estado - OAB/SP n.113.134



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

665
P

Livro	Folha	Data da Inscrição	Nº do Lançamento em Dívida Ativa
2.519	114	16/11/2009	1.005.037.131

Conferem com os assentamentos do livro e folhas de inscrição em Dívida Ativa, supramencionados, os dados constantes da presente certidão.

Devedor			
Razão Social / Nome	GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA		
CNPJ / CPF	68.329.325/0001-56	CNAE	0
IE/Ident.	669.249.750.118	Órgão Expedidor	
Endereço	RUA FRANCISCO ALVES		
Complemento	2879		
Bairro	CHACARA TRES MARIAS		
Cidade	SOROCABA	Estado	SP
		CEP	18035-590

Secretaria / Órgão de Origem	
SECRETARIA DA FAZENDA	
Dados do Processo Administrativo	
GDOC	1000708 - 82569 / 2009
Processo	1000708 - 82569 / 2009

ICMS Autuação		
Somatório dos Valores Originais Inscritos (não considerados a atualização monetária e os acréscimos legais incidentes).		
Total Imposto	Total Multa	Total Geral
R\$ 53.029,59	R\$ 51.788,50	R\$ 104.818,09

Débito			
Nº do AIIM	3109249	Série do AIIM	4
Data da Lavratura	05/02/2009	Data da notificação da lavratura	18/02/2009
Data do trânsito em julgado da decisão que impôs ou manteve a multa	10/07/2009	Data do decurso do prazo da última notificação	11/07/2009
Data do julgamento definitivo ou da homologação do auto de infração	22/05/2009	Data da notificação do julgamento definitivo ou da homologação	10/06/2009
Nº do pedido de parcelamento rompido		Data do Pagamento da Última Parcela	
		Valor total das parcelas pagas	
Data do último pagamento parcial		Valor total dos pagamentos parciais	
Tipo imposto ICM	ICMS	Modalidade	oper. diversas de import./subst.trib
Unidade responsável pela lavratura	PF-SOROCABA		

Valores (já deduzidos, se realizados, os pagamentos parciais anteriores)

Referência	01/02/2007	Valor inscrito	R\$ 4.641,46
Termos iniciais	Correção monetária	31/07/2007	Juros
			01/08/2007
Referência da multa	05/02/2009	Valor inscrito	R\$ 2.320,73
Termos iniciais	Correção monetária	05/02/2009	Juros
			05/04/2009
Fundamento Legal:	INFRIGÊNCIA: artigo 58, art.127, inc. V, alínea "b", art. 215, § 3º, item 4, art. 87 do RICMS/00 (Dec.45.490/00) CAPITULAÇÃO DA MULTA: artigo 527, inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS/00		



Certidão emitida eletronicamente pelo
Sistema da Procuradoria Geral do Estado mediante dados
fornecidos pela origem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

666
D

Livro	Folha	Data da Inscrição	Nº do Lançamento em Dívida Ativa
2.519	114	16/11/2009	1.005.037.131

Referência	01/07/2007	Valor inscrito	R\$ 110,64
Termos iniciais	Correção monetária	31/07/2007	Juros 01/08/2007
Referência da multa	05/02/2009	Valor inscrito	R\$ 55,32
Termos iniciais	Correção monetária	05/02/2009	Juros 05/04/2009
Fundamento Legal:	INFRIGÊNCIA: artigo 116, Inc. I do RICMS/00 (Dec.45.490/00)/c/c art. 1º da Portaria CAT 13/2007, art. 223, § 1º do RICMS/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: artigo 527, Inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS/00		

Referência	01/07/2007	Valor inscrito	R\$ 285,60
Termos iniciais	Correção monetária	31/07/2007	Juros 01/08/2007
Referência da multa	05/02/2009	Valor inscrito	R\$ 142,80
Termos iniciais	Correção monetária	05/02/2009	Juros 05/04/2009
Fundamento Legal:	INFRIGÊNCIA: art.319, § 3º, art. 320, § 1º do RICMS/00 (Dec.45.490/00) CAPITULAÇÃO DA MULTA: artigo 527, Inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS/00		

Referência	01/09/2007	Valor inscrito	R\$ 1.466,43
Termos iniciais	Correção monetária	30/09/2007	Juros 01/10/2007
Referência da multa	05/02/2009	Valor inscrito	R\$ 733,21
Termos iniciais	Correção monetária	05/02/2009	Juros 05/04/2009
Fundamento Legal:	INFRIGÊNCIA: art.319, § 3º, art. 320, § 1º do RICMS/00 (Dec.45.490/00) CAPITULAÇÃO DA MULTA: artigo 527, Inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS/00		

Referência	01/10/2007	Valor inscrito	R\$ 45,00
Termos iniciais	Correção monetária	31/10/2007	Juros 01/11/2007
Referência da multa	05/02/2009	Valor inscrito	R\$ 22,50
Termos iniciais	Correção monetária	05/02/2009	Juros 05/04/2009
Fundamento Legal:	INFRIGÊNCIA: artigo 116, Inc. I do RICMS/00 (Dec.45.490/00)/c/c art. 1º da Portaria CAT 13/2007, art. 223, § 1º do RICMS/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: artigo 527, Inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS/00		

Referência	01/11/2007	Valor inscrito	R\$ 110,64
Termos iniciais	Correção monetária	30/11/2007	Juros 01/12/2007
Referência da multa	05/02/2009	Valor inscrito	R\$ 55,32
Termos iniciais	Correção monetária	05/02/2009	Juros 05/04/2009
Fundamento Legal:	INFRIGÊNCIA: artigo 116, Inc. I do RICMS/00 (Dec.45.490/00)/c/c art. 1º da Portaria CAT 13/2007, art. 223, § 1º do RICMS/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: artigo 527, Inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS/00		

Referência	01/12/2007	Valor inscrito	R\$ 704,40
Termos iniciais	Correção monetária	31/12/2007	Juros 01/01/2008
Referência da multa	05/02/2009	Valor inscrito	R\$ 352,20
Termos iniciais	Correção monetária	05/02/2009	Juros 05/04/2009
Fundamento Legal:	INFRIGÊNCIA: art.319, § 3º, art. 320, § 1º do RICMS/00 (Dec.45.490/00) CAPITULAÇÃO DA MULTA: artigo 527, Inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS/00		

Referência	01/02/2009	Valor inscrito	R\$ 414,96
Termos iniciais	Correção monetária	05/02/2009	Juros 05/02/2009
Referência da multa	05/02/2009	Valor inscrito	R\$ 414,96
Termos iniciais	Correção monetária	05/02/2009	Juros 05/04/2009
Fundamento Legal:	INFRIGÊNCIA: art.59, § 1, itens 1 e 2, c/c art. 61 do RICMS/00 (Dec.45.490/00) CAPITULAÇÃO DA MULTA: artigo 527, Inc. II, alínea "I" c/c §§ 1º e 10 do RICMS/00		



Certidão emitida eletronicamente pelo
Sistema da Procuradoria Geral do Estado mediante dados
fornecidos pela origem

Dr. Renato Peixoto Piedade Blicudo
Procurador do Estado



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

667
9

Livro	Folha	Data da inscrição	Nº do Lançamento em Dívida Ativa
2.519	114	16/11/2009	1.005.037.131

Referência	01/02/2009		Valor inscrito	R\$ 2.158,04	
Termos iniciais	Correção monetária	05/02/2009	Juros	05/02/2009	
Referência da multa	05/02/2009		Valor inscrito	R\$ 2.158,04	
Termos iniciais	Correção monetária	05/02/2009	Juros	05/04/2009	
Fundamento Legal:	INFRIGÊNCIA: art.59, art.61 do RICMS/00 (Dec.45.490/00 CAPITULAÇÃO DA MULTA: artigo 527, Inc. II, alínea "J" c/c §§ 1º e 10 do RICMS/00				

Referência		01/02/2009		Valor inscrito		R\$ 680,09			
Termos iniciais		Correção monetária		05/02/2009		Juros		05/02/2009	
Referência da multa		05/02/2009		Valor inscrito		R\$ 680,09			
Termos iniciais		Correção monetária		05/02/2009		Juros		05/04/2009	
Fundamento Legal:		INFRIGÊNCIA: art.59, art.61 do RICMS/00 (Dec.45.490/00 CAPITULAÇÃO DA MULTA: artigo 527, Inc. II, alínea "I" c/c §§ 1º e 10 do RICMS/00							

Referência	01/02/2009		Valor inscrito	R\$ 141,13	
Termos iniciais	Correção monetária	05/02/2009	Juros	05/02/2009	
Referência da multa	05/02/2009		Valor inscrito	R\$ 141,13	
Termos iniciais	Correção monetária	05/02/2009	Juros	05/04/2009	
Fundamento Legal:	INFRIGÊNCIA: art.59, art.61 do RICMS/00 (Dec.45.490/00 CAPITULAÇÃO DA MULTA: artigo 527, Inc. II, alínea "J" c/c §§ 1º e 10 do RICMS/00				

Referência	01/02/2009		Valor inscrito	R\$ 1.623,53	
Termos iniciais	Correção monetária	05/02/2009	Juros	05/02/2009	
Referência da multa	05/02/2009		Valor inscrito	R\$ 1.623,53	
Termos iniciais	Correção monetária	05/02/2009	Juros	05/04/2009	
Fundamento Legal:	INFRIGÊNCIA: art.59, art.61 do RICMS/00 (Dec.45.490/00 CAPITULAÇÃO DA MULTA: artigo 527, Inc. II, alínea "J" c/c §§ 1º e 10 do RICMS/00				

Referência	01/02/2009		Valor inscrito	R\$ 1.100,00	
Termos iniciais	Correção monetária	05/02/2009	Juros	05/02/2009	
Referência da multa	05/02/2009		Valor inscrito	R\$ 1.100,00	
Termos iniciais	Correção monetária	05/02/2009	Juros	05/04/2009	
Fundamento Legal:	INFRIGÊNCIA: art.59 §1º, item 2 , c/c art. 61 do RICMS/00 (Dec.45.490/00 CAPITULAÇÃO DA MULTA: artigo 527, Inc. II, alínea "J" c/c §§ 1º e 10 do RICMS/00				

Referência	01/02/2009		Valor inscrito	R\$ 31.324,07	
Termos iniciais	Correção monetária	05/02/2009	Juros	05/02/2009	
Referência de multa	05/02/2009		Valor inscrito	R\$ 31.324,07	
Termos iniciais	Correção monetária	05/02/2009	Juros	05/04/2009	
Fundamento Legal:	INFRIGÊNCIA: art.61 §4º, item 2 do RICMS/00 (Dec.45.490/00 CAPITULAÇÃO DA MULTA: artigo 527, inc. II, alínea "J" c/c §§ 1º e 10 do RICMS/00				

Referência		01/02/2009		Valor inscrito		R\$ 403,92			
Termos iniciais		Correção monetária		05/02/2009		Juros		05/02/2009	
Referência da multa		05/02/2009		Valor inscrito		R\$ 403,92			
Termos iniciais		Correção monetária		05/02/2009		Juros		05/04/2009	
Fundamento Legal:		INFRIGÊNCIA: art.61 §4º, item 2 do RICMS/00 (Dec.45.490/00 CAPITULAÇÃO DA MULTA: artigo 527, inc. II, alínea "J" c/c §§ 1º e 10 do RICMS/00							



Certidão emitida eletronicamente pelo
Sistema da Procuradoria Geral do Estado mediante dados
fornecidos pela origem

Dr. Renato Peixoto Piedade Bicudo
Procurador do Estado



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

668
D

Livro	Folha	Data da Inscrição	Nº do Lançamento em Dívida Ativa
2.519	114	16/11/2009	1.005.037.131

Referência	01/02/2009		Valor inscrito	R\$ 263,34	
Termos iniciais	Correção monetária	05/02/2009	Juros	05/02/2009	
Referência da multa	05/02/2009		Valor inscrito	R\$ 263,34	
Termos iniciais	Correção monetária	05/02/2009	Juros	05/04/2009	
Fundamento Legal:	INFRIGÊNCIA: art.61 §4º, item 2 do RICMS/00 (Dec.45.490/00) CAPITULAÇÃO DA MULTA: artigo 527, inc. II, alínea "I" c/c §§ 1º e 10 do RICMS/00				

Referência	01/02/2009		Valor inscrito	R\$ 7.289,04	
Termos iniciais	Correção monetária	05/02/2009	Juros	05/02/2009	
Referência da multa	05/02/2009		Valor inscrito	R\$ 7.289,04	
Termos iniciais	Correção monetária	05/02/2009	Juros	05/04/2009	
Fundamento Legal:	INFRIGÊNCIA: art.61 §4º, item 2 do RICMS/00 (Dec.45.490/00 CAPITULAÇÃO DA MULTA: artigo 527, inc. II, alínea "I" c/c §§ 1º e 10 do RICMS/00				

Referência	01/02/2009		Valor inscrito	R\$ 267,30	
Termos iniciais	Correção monetária	05/02/2009	Juros	05/02/2009	
Referência da multa	05/02/2009		Valor inscrito	R\$ 267,30	
Termos iniciais	Correção monetária	05/02/2009	Juros	05/04/2009	
Fundamento Legal:	INFRIGÊNCIA: art.59, art.61 do RICMS/00 (Dec.45.490/00 CAPITULAÇÃO DA MULTA: artigo 527, inc. II, alínea "I" c/c §§ 1º e 10 do RICMS/00				

Referência da multa	05/02/2009		Valor inscrito	R\$ 1.914,75	
Termos iniciais	Correção monetária	05/02/2009	Juros	05/04/2009	
Fundamento Legal:	INFRIGÊNCIA: art.494 do RICMS/00 (Dec.45.490/00 CAPITULAÇÃO DA MULTA: artigo 527, inc. IV, alínea "a" c/c §§ 8º e 10 do RICMS/00				

Referência da multa	05/02/2009	Valor inscrito	R\$ 526,25	
Termos iniciais	Correção monetária	05/02/2009	Juros	05/04/2009
Fundamento Legal:	INFRIGÊNCIA: art.203 do RICMS/00 (Dec.45.490/00 CAPITULAÇÃO DA MULTA: artigo 527, Inc. III, alínea "a" c/c §§ 2º e 10 do RICMS/00			

Histórico - Fundamento Legal

Fundamento Legal:

A Importância supra se refere: a) ao ICMS exigido através do AIIIM acima descrito; b) multa aplicada com base no RICMS, por infração aos artigos do mesmo regulamento, conforme anotação lançada no item "fundamento legal" para cada referência supra identificada. Termos iniciais de correção e de juros do imposto devido e das multas aplicadas identificados em cada quadro de referência acima descritos. Atualização Monetária da MULTA: Artigos 97 parágrafo primeiro item 2, 109 e 113 parágrafo quarto da Lei 6374/89, e artigos 667 parágrafo único e 631 ambos do Decreto 33118/91. Atualização Monetária do ICMS: artigo 97 da Lei 6374/89. Juros de Mora de um por cento (1%) por mês ou fração, calculado sobre o ICMS atualizado, nos termos do artigo 96 da Lei 6374/89 até 31/12/98; e a partir de 01/01/99, equivalentes a Taxa Referencial do sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, para Títulos Federais, acumulada mensalmente, nos termos do artigo 1º e §§ da Lei 10.175/98. Termo Inicial dos juros de mora sobre a multa: a partir do segundo mês subsequente ao da lavratura do AIIIM (artigo 96, II, "a" da Lei 6374/89).

Observações:

- INFRAÇÕES RELATIVAS AO PAGAMENTO DO IMPOSTO.
- INFRAÇÕES RELATIVAS AO CRÉDITO DO IMPOSTO.
- INFRAÇÕES RELATIVAS A DOCUMENTAÇÃO FISCAL EM ENTREGA, REMESSA, TRANSPORTE, RECEBIMENTO, ESTOCAGEM OU DEPOSITO DE MERCADORIA OU, AINDA, QUANDO COUBER, EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.
- INFRAÇÕES RELATIVAS A DOCUMENTOS FISCAIS E IMPRESSOS FISCAIS.



Certidão emitida eletronicamente pelo
Sistema de Procuradoria Geral do Estado mediante dados
fornecidos pela origem

Dr. Renato Peixoto Piedade Sicudo
Procurador do Estado

669
90

Usuário: 123030709 11/07/2011 14:09:11 (5/12)

Movimentação Exec. Fiscal Notificação Cda Relatórios Manutenção Sair

Visualização de Movimentos na Conta Corrente

Nº de Registro/CDA: 1005037131

Pesquisar

CNPJ: 68.329.325/0001-56
Contribuinte: GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA
Situação: Inscrito
Status Ajuizamento: Ajuizado

Saldo: R\$ 189.409,03

Valor Original Principal: R\$ 53.029,59

Valor Original da Multa Punitiva: R\$ 51.788,50

Valor Abatido do Principal: R\$ 5.892,18

Valor Abatido da Multa: R\$ 5.754,28

Receitas Geradas pelo Cálculo

Receita	Valor
Principal	47.137,41
Correção	0,00
Juros de Mora do Principal	33.752,65
Multa Punitiva	46.034,22
Correção Monetária da Multa Punitiva	0,00
Juros de Mora da Multa Punitiva	30.916,58
Honorários Advocatícios	31.568,17

Lançamentos na CDA

Nº	Evento	Identif. Gare	Data do Evento	PP	Valor (Moeda Corrente)	Valor (Moeda Original)	Valor Abatido (Moeda Original)	Saldo (Moeda Original)
117917033	Inscrição		16/11/2009		R\$ -104.818,09	R\$ -104.818,09	R\$ 0,00	R\$ -104.818,09
121648362	GARE	9700002233233	13/07/2010	X	R\$ 4.713,80	R\$ 4.713,80	R\$ 2.911,61	R\$ -101.906,48
122609090	GARE	9700003478432	30/08/2010	X	R\$ 4.796,50	R\$ 4.796,50	R\$ 2.911,61	R\$ -98.994,86
122911750	GARE	9700003478443	08/10/2010	X	R\$ 4.892,42	R\$ 4.892,42	R\$ 2.911,61	R\$ -96.083,25
123419962	GARE	9700004379319	17/11/2010	X	R\$ 4.990,27	R\$ 4.990,27	R\$ 2.911,61	R\$ -93.171,64

Recalcular Conta Corrente

Lançamento Manual

Estorno

GARE

Retornar



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

670
90

Livro	Folha	Data da Inscrição	Nº do Lançamento em Dívida Ativa
3.024	3	14/04/2010	1.006.046.026

Conferem com os assentamentos do livro e folhas de inscrição em Dívida Ativa, supramencionados, os dados constantes da presente certidão.

Devedor			
Razão Social / Nome	GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA		
CNPJ / CPF	68.329.325/0001-56	CNAE	0
IE/Ident.	669.249.750.118	Órgão Expedidor	
Endereço	AVENIDA PARANA		
Complemento	2879		
Bairro	CAJURU DO SUL		
Cidade	SOROCABA	Estado	SP CEP 18105-001

Secretaria / Órgão de Origem			
SECRETARIA DA FAZENDA			
Dados do Processo Administrativo			
GDOC	12595 - 236304 / 2008	Processo	12595 - 236304 / 2008

ICMS Autuação		
Somatório dos Valores Originais Inscritos (não considerados a atualização monetária e os acréscimos legais incidentes).		
Total Imposto	Total Multa	Total Geral
R\$ 103.154,69	R\$ 100.637,56	R\$ 203.792,25

Débito			
Nº do AIIM	3090322	Série do AIIM	1
Data da Lavratura	24/03/2008	Data da notificação da lavratura	25/03/2008
Data do trânsito em julgado da decisão que impôs ou manteve a multa	10/08/2009	Data do decurso do prazo da última notificação	24/11/2009
Data do julgamento definitivo ou da homologação do auto de infração	26/09/2008	Data da notificação do julgamento definitivo ou da homologação	06/11/2008
Nº do pedido de parcelamento rompido		Data do Pagamento da Última Parcela	
		Valor total das parcelas pagas	
Data do último pagamento parcial		Valor total dos pagamentos parciais	
Tipo imposto ICM	ICMS	Modalidade	oper. diversas de import./subst.trib
Unidade responsável pela lavratura	PF-SOROCABA		

Valores (já deduzidos, se realizados, os pagamentos parciais anteriores)

Referência	01/01/2007	Valor inscrito	R\$ 521,21
Termos iniciais	Correção monetária	31/01/2007	Juros 01/02/2007
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 260,60
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: ART. 116, INC. I, C/C ART. 398, ART. 223, § 1º, DO RICMS (DEC. 45.490/00). CAPITULAÇÃO DA MULTA: ART. 527, INC. I, ALÍNEA "C" C/C §§ 1º E 10, DO RICMS/00 (DEC. 45.490/00).		



Certidão emitida eletronicamente pelo
Sistema da Procuradoria Geral do Estado mediante dados
fornecidos pela origem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

671
90

Livro	Folha	Data da Inscrição	Nº do Lançamento em Dívida Ativa
3.024	3	14/04/2010	1.006.046.026

Referência	01/02/2007	Valor inscrito	R\$ 184,41
Termos iniciais	Correção monetária	28/02/2007	Juros 01/03/2007
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 92,20
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: ART. 116, INC. I, DO RICMS (DEC. 45.490/00) C/C ART. 1º DA PORTARIA CAT 13/2007, ART. 223, § 1º DO RICMS/00 (DEC. 45490/00). CAPITULAÇÃO DA MULTA: ART. 527, INC. I, ALINEA "C" C/C §§ 1º E 10, DO RICMS/00 (DEC. 45490/00).		

Referência	01/03/2007	Valor inscrito	R\$ 322,92
Termos iniciais	Correção monetária	31/03/2007	Juros 01/04/2007
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 161,46
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: ART. 116, INC. I, DO RICMS (DEC. 45.490/00) C/C ART. 1º DA PORTARIA CAT 13/2007, ART. 223, § 1º DO RICMS/00 (DEC. 45490/00). CAPITULAÇÃO DA MULTA: ART. 527, INC. I, ALINEA "C" C/C §§ 1º E 10, DO RICMS/00 (DEC. 45490/00).		

Referência	01/04/2007	Valor inscrito	R\$ 184,41
Termos iniciais	Correção monetária	30/04/2007	Juros 01/05/2007
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 92,20
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: ART. 116, INC. I, DO RICMS (DEC. 45.490/00) C/C ART. 1º DA PORTARIA CAT 13/2007, ART. 223, § 1º DO RICMS/00 (DEC. 45490/00). CAPITULAÇÃO DA MULTA: ART. 527, INC. I, ALINEA "C" C/C §§ 1º E 10, DO RICMS/00 (DEC. 45490/00).		

Referência	01/04/2007	Valor inscrito	R\$ 3.600,00
Termos iniciais	Correção monetária	30/04/2007	Juros 01/05/2007
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 1.800,00
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: ART. 58, ART. 127, INC. V, ALINEA "B", ART. 215, § 3º, ITEM 4, ART. 87 DO RICMS/00 (DEC. 45490/00). CAPITULAÇÃO DA MULTA: ART. 527, INC. I, ALINEA "C" C/C §§ 1º E 10, DO RICMS/00 (DEC. 45490/00).		

Referência	01/05/2007	Valor inscrito	R\$ 110,64
Termos iniciais	Correção monetária	31/05/2007	Juros 01/06/2007
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 55,32
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: ART. 116, INC. I, DO RICMS (DEC. 45.490/00) C/C ART. 1º DA PORTARIA CAT 13/2007, ART. 223, § 1º DO RICMS/00 (DEC. 45490/00). CAPITULAÇÃO DA MULTA: ART. 527, INC. I, ALINEA "C" C/C §§ 1º E 10, DO RICMS/00 (DEC. 45490/00).		

Referência	01/06/2007	Valor inscrito	R\$ 110,64
Termos iniciais	Correção monetária	30/06/2007	Juros 01/07/2007
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 55,32
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: ART. 116, INC. I, DO RICMS (DEC. 45.490/00) C/C ART. 1º DA PORTARIA CAT 13/2007, ART. 223, § 1º DO RICMS/00 (DEC. 45490/00). CAPITULAÇÃO DA MULTA: ART. 527, INC. I, ALINEA "C" C/C §§ 1º E 10, DO RICMS/00 (DEC. 45490/00).		



Certidão emitida eletronicamente pelo
Sistema da Procuradoria Geral do Estado mediante dados
fornecidos pela origem

Dr. Renato Peixoto Piedade Bicudo
Procurador do Estado



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

672
90

Livro	Folha	Data da Inscrição	Nº do Lançamento em Dívida Ativa
3.024	3	14/04/2010	1.006.046.026

Referência	01/03/2008		Valor inscrito	R\$ 163,76	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/03/2008	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 163,76	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: ART. 61, ART. 59, DO RICMS/00 (DEC. 45490/00). CAPITULAÇÃO DA MULTA: ART. 527, INC. II, ALINEA "J" C/C §§ 1º E 10, DO RICMS/00 (DEC. 45490/00).				

Referência		01/03/2008		Valor inscrito		R\$ 10.874,47	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008		Juros	24/03/2008		
Referência da multa		24/03/2008		Valor inscrito		R\$ 10.874,47	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008		Juros	24/05/2008		
Fundamento Legal: INFRINGÊNCIA: ART. 61, § 5º C/C ART. 54, INC. V, DO RICMS/00 (DEC. 45490/00). CAPITULAÇÃO DA MULTA: ART. 527, INC. II, ALINEA "J" C/C §§ 1º E 10, DO RICMS/00 (DEC. 45490/00).							

Referência		01/03/2008		Valor inscrito		R\$ 18.174,33			
Termos iniciais		Correção monetária		24/03/2008		Juros		24/03/2008	
Referência da multa		24/03/2008		Valor inscrito		R\$ 18.174,33			
Termos iniciais		Correção monetária		24/03/2008		Juros		24/05/2008	
Fundamento Legal:		INFRINGÊNCIA: ART. 61, § 5º C/C ART. 54, INC. V, DO RICMS/00 (DEC. 45490/00). CAPITULAÇÃO DA MULTA: ART. 527, INC. II, ALINEA "J" C/C §§ 1º E 10, DO RICMS/00 (DEC. 45490/00).							

Referência	01/03/2008		Valor inscrito	R\$ 9.032,90	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/03/2008	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 9.032,90	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: ART. 61, § 5º C/C ART. 54, INC. V, DO RICMS/00 (DEC. 45490/00). CAPITULAÇÃO DA MULTA: ART. 527, INC. II, ALINEA "J" C/C §§ 1º E 10, DO RICMS/00 (DEC. 45490/00).				

Referência		01/03/2008		Valor inscrito		R\$ 13.955,78	
Termos iniciais	Correção monetária		24/03/2008		Juros	24/03/2008	
Referência da multa		24/03/2008		Valor inscrito		R\$ 13.955,78	
Termos iniciais	Correção monetária		24/03/2008		Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal: INFRINGÊNCIA: ART. 61, § 5º C/C ART. 54, INC. V, DO RICMS/00 (DEC. 45490/00). CAPITULAÇÃO DA MULTA: ART. 527, INC. II, ALINEA "J" C/C §§ 1º E 10, DO RICMS/00 (DEC. 45490/00).							

Referência	01/03/2008		Valor inscrito	R\$ 15.811,37	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/03/2008	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 15.811,37	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: ART. 61, § 5º C/C ART. 54, INC. V, DO RICMS/00 (DEC. 45490/00). CAPITULAÇÃO DA MULTA: ART. 527, INC. II, ALINEA "J" C/C §§ 1º E 10, DO RICMS/00 (DEC. 45490/00).				

Referência	01/03/2008		Valor inscrito	R\$ 30.107,85	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/03/2008	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 30.107,85	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: ART. 61, § 5º C/C ART. 54, INC. V, DO RICMS/00 (DEC. 45490/00). CAPITULAÇÃO DA MULTA: ART. 527, INC. II, ALINEA "J" C/C §§ 1º E 10, DO RICMS/00 (DEC. 45490/00).				



Certidão emitida eletronicamente pelo
Sistema da Procuradoria Geral do Estado mediante dados
fornecidos pela origem

Dr. Renato Peixoto Piedade Bicudo
Procurador do Estado



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

673
90

Livro	Folha	Data da Inscrição	Nº do Lançamento em Dívida Ativa
3.024	3	14/04/2010	1.006.046.026

Histórico - Fundamento Legal

Fundamento Legal:

A importância supra se refere: a) ao ICMS exigido através do AIIIM acima descrito; b) multa aplicada com base no RICMS, por infração aos artigos do mesmo regulamento, conforme anotação lançada no item "fundamento legal" para cada referência supra identificada. Termos Iniciais de correção e de juros do imposto devido e das multas aplicadas identificados em cada quadro de referência acima descritos. Atualização Monetária da MULTA: Artigos 97 parágrafo primeiro item 2, 109 e 113 parágrafo quarto da Lei 6374/89, e artigos 667 parágrafo único e 631 ambos do Decreto 33118/91. Atualização Monetária do ICMS: artigo 97 da Lei 6374/89. Juros de Mora de um por cento (1%) por mês ou fração, calculado sobre o ICMS atualizado, nos termos do artigo 96 da Lei 6374/89 até 31/12/98; e a partir de 01/01/99, equivalentes a Taxa Referencial do sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, para Títulos Federais, acumulada mensalmente, nos termos do artigo 1º e §§ da Lei 10.175/98. Termo Inicial dos juros de mora sobre a multa: a partir do segundo mês subsequente ao da lavratura do AIIIM (artigo 96, II, "a" da Lei 6374/89).

Observações:

INFRAÇÕES RELATIVAS AO PAGAMENTO DO IMPOSTO.
INFRAÇÕES RELATIVAS AO CREDITO DO IMPOSTO.



Certidão emitida eletronicamente pelo
Sistema da Procuradoria Geral do Estado mediante dados
fornecidos pela origem

Usuário: USUARIO01 14/07/2011 15:36:10:41:02

Movimentação Exec. Fiscal Notificação Cda Relatórios Manutenção Sair

Visualização de Movimentos na Conta Corrente

Nº de Registro/CDA: 1006046026

Pesquisar

CNPJ: 68.329.325/0001-56
Contribuinte: GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA
Situação: Inscrito
Status Ajuizamento: Ajuizado

Saldo: R\$ 440.166,07

Valor Original Principal: R\$ 103.154,69

Valor Original da Multa Punitiva: R\$ 100.637,56

Valor Abatido do Principal: R\$ 0,00

Valor Abatido da Multa: R\$ 0,00

Receitas Geradas pelo Cálculo

Receita	Valor
Principal	103.154,69
Correção	0,00
Juros de Mora do Principal	83.790,92
Multa Punitiva	100.637,56
Correção Monetária da Multa Punitiva	0,00
Juros de Mora da Multa Punitiva	79.221,89
Honorários Advocatícios	73.361,01

Lançamentos na CDA

Nº	Evento	Identif. Gare	Data do Evento	PP	Valor (Moeda Corrente)	Valor (Moeda Original)	Valor Abatido (Moeda Original)	Saldo (Moeda Original)
120451706	Inscrição		14/04/2010		R\$ -203.792,25	R\$ -203.792,25	R\$ 0,00	R\$ -203.792,25

Recalcular Conta Corrente

Lançamento Manual

Estorno

GARE

Retornar



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

675
90

Livro	Folha	Data da Inscrição	Nº do Lançamento em Dívida Ativa
3.195	27	06/07/2010	1.006.388.262

Conferem com os assentamentos do livro e folhas de inscrição em Dívida Ativa, supramencionados, os dados constantes da presente certidão.

Devedor			
Razão Social / Nome	GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA		
CNPJ / CPF	68.329.325/0001-56	CNAE	0
IE/Ident.	669.249.750.118	Órgão Expedidor	
Endereço	RUA FRANCISCO ALVES		
Complemento	2879		
Bairro	CHACARA TRES MARIAS		
Cidade	SOROCABA	Estado	SP CEP 18035-590

Secretaria / Órgão de Origem	
SECRETARIA DA FAZENDA	
Dados do Processo Administrativo	
GDOC	12595 - 236267 / 2008
Processo	12595 - 236267 / 2008

ICMS Autuação		
Somatório dos Valores Originais Inscritos (não considerados a atualização monetária e os acréscimos legais incidentes).		
Total Imposto	Total Multa	Total Geral
R\$ 144.567,65	R\$ 128.792,38	R\$ 273.360,03

Débito			
Nº do AIIM	3090321	Série do AIIM	0
Data da Lavratura	24/03/2008	Data da notificação da lavratura	25/03/2008
Data do trânsito em julgado de decisão que impôs ou manteve a multa	17/01/2009	Data do decurso do prazo da última notificação	18/01/2009
Data do julgamento definitivo ou da homologação do auto de infração	07/11/2008	Data da notificação do julgamento definitivo ou da homologação	17/12/2008
Nº do pedido de parcelamento rompido		Data do Pagamento da Última Parcela	
		Valor total das parcelas pagas	
Data do último pagamento parcial		Valor total dos pagamentos parciais	
Tipo imposto ICM	ICMS	Modalidade	oper. diversas de import./subst.trib
Unidade responsável pela lavratura	PF/SOROCABA		

Valores (já deduzidos, se realizados, os pagamentos parciais anteriores)

Referência	01/01/2005	Valor inscrito	R\$ 25,51
Termos iniciais	Correção monetária	31/01/2005	Juros
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 12,75
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 116, inc. I c/c art 398, art 223, § 1º do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.		



Certidão emitida eletronicamente pelo
Sistema da Procuradoria Geral do Estado mediante dados
fornecidos pela origem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

676
8

Livro	Folha	Data da Inscrição	Nº do Lançamento em Dívida Ativa
3.195	27	06/07/2010	1.006.388.262

Referência	01/01/2005	Valor inscrito	R\$ 16.849,21
Termos iniciais	Correção monetária	31/01/2005	Juros 01/02/2005
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 8.424,60
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 58, 127, Inc. V, alínea "b", art 215, § 3º, item 4, art 87, art 2, Inc. III, alínea "a" do do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.		

Referência	01/02/2005	Valor inscrito	R\$ 246,85
Termos iniciais	Correção monetária	28/02/2005	Juros 01/03/2005
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 123,42
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 58, 127, Inc. V, alínea "b", art 215, § 3º, item 4, art 87, art 2, Inc. III, alínea "a" do do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.		

Referência	01/02/2005	Valor inscrito	R\$ 51,39
Termos iniciais	Correção monetária	28/02/2005	Juros 01/03/2005
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 25,70
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 116, Inc. I c/c art 398, art 223, § 1º do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.		

Referência	01/03/2005	Valor inscrito	R\$ 106,01
Termos iniciais	Correção monetária	31/03/2005	Juros 01/04/2005
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 53,00
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 116, Inc. I c/c art 398, art 223, § 1º do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.		

Referência	01/03/2005	Valor inscrito	R\$ 127,27
Termos iniciais	Correção monetária	31/03/2005	Juros 01/04/2005
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 63,64
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 37, § 1º, item 3, art 58, art 127, Inc. V, alínea "a", art 215, § 3º, item 4, art 87 do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.		

Referência	01/04/2005	Valor inscrito	R\$ 20,30
Termos iniciais	Correção monetária	30/04/2005	Juros 01/05/2005
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 47,27
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 56, 54, Inc. V, art 58, 87, art 215, § 3º, item 4, art 127, Inc. IV, alínea "I", Inc. V, alínea "a", art 37, § 1º, item 3 do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.		

Referência	01/04/2005	Valor inscrito	R\$ 3.628,50
Termos iniciais	Correção monetária	30/04/2005	Juros 01/05/2005
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 1.814,25
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 58, 127, Inc. V, alínea "b", art 215, § 3º, item 4, art 87, art 2, Inc. III, alínea "a" do do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.		



Certidão emitida eletronicamente pelo
Sistema da Procuradoria Geral do Estado mediante dados
fornecidos pela origem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

677
8

Livro	Folha	Data da Inscrição	Nº do Lançamento em Dívida Ativa
3.195	27	06/07/2010	1.006.388.262

Referência	01/04/2005	Valor inscrito	R\$ 16,06
Termos iniciais	Correção monetária	30/04/2005	Juros 01/05/2005
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 8,03
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 116, Inc. I c/c art 398, art 223, § 1º do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.		

Referência	01/05/2005	Valor inscrito	R\$ 129,57
Termos iniciais	Correção monetária	31/05/2005	Juros 01/06/2005
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 64,78
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 116, Inc. I c/c art 398, art 223, § 1º do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.		

Referência	01/05/2005	Valor inscrito	R\$ 66,08
Termos iniciais	Correção monetária	31/05/2005	Juros 01/06/2005
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 46,86
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 37, § 1º, Item 3, art 127, Inc. V, alínea "a", art 215, § 3º, Item 4, art 58, 87 do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.		

Referência	01/06/2005	Valor inscrito	R\$ 1.890,48
Termos iniciais	Correção monetária	30/06/2005	Juros 01/07/2005
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 945,24
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 58, 127, Inc. V, alínea "b", art 215, § 3º, Item 4, art 87, art 2, Inc. III, alínea "a" do do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.		

Referência	01/06/2005	Valor inscrito	R\$ 188,85
Termos iniciais	Correção monetária	30/06/2005	Juros 01/07/2005
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 94,42
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 37, § 1º, Item 3, art 58, art 127, Inc. V, alínea "a", art 215, § 3º, Item 4, art 87 do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.		

Referência	01/06/2005	Valor inscrito	R\$ 156,41
Termos iniciais	Correção monetária	30/06/2005	Juros 01/07/2005
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 78,20
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 116, Inc. I c/c art 398, art 223, § 1º do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.		

Referência	01/07/2005	Valor inscrito	R\$ 129,41
Termos iniciais	Correção monetária	31/07/2005	Juros 01/08/2005
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 64,70
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 116, Inc. I c/c art 398, art 223, § 1º do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.		



Certidão emitida eletronicamente pelo
Sistema da Procuradoria Geral do Estado mediante dados
fornecidos pela origem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

678
9

Livro	Folha	Data da Inscrição	Nº do Lançamento em Dívida Ativa
3.195	27	06/07/2010	1.006.388.262

Referência	01/08/2005	Valor inscrito	R\$ 266,13
Termos iniciais	Correção monetária	31/08/2005	Juros 01/09/2005
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 133,06
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 116, inc. I c/c art 398, art 223, § 1º do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.		

Referência	01/08/2005	Valor inscrito	R\$ 807,52
Termos iniciais	Correção monetária	31/08/2005	Juros 01/09/2005
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 403,76
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 58, 127, inc. V, alínea "b", art 215, § 3º, item 4, art 87, art 2, inc. III, alínea "a" do do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.		

Referência	01/09/2005	Valor inscrito	R\$ 3.378,80
Termos iniciais	Correção monetária	30/09/2005	Juros 01/10/2005
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 1.689,39
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 58, 127, inc. V, alínea "b", art 215, § 3º, item 4, art 87, art 2, inc. III, alínea "a" do do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.		

Referência	01/09/2005	Valor inscrito	R\$ 252,99
Termos iniciais	Correção monetária	30/09/2005	Juros 01/10/2005
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 126,49
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Arts. 56,54, inc.V,art 127,inc IV,alínea "I", art 215, § 3º, item 4, art 58, 87 do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.		

Referência	01/09/2005	Valor inscrito	R\$ 109,89
Termos iniciais	Correção monetária	30/09/2005	Juros 01/10/2005
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 54,95
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 116, inc. I c/c art 398, art 223, § 1º do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.		

Referência	01/10/2005	Valor inscrito	R\$ 136,78
Termos iniciais	Correção monetária	31/10/2005	Juros 01/11/2005
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 68,39
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 116, inc. I c/c art 398, art 223, § 1º do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.		

Referência	01/12/2005	Valor inscrito	R\$ 136,82
Termos iniciais	Correção monetária	31/12/2005	Juros 01/01/2006
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 68,41
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 116, inc. I c/c art 398, art 223, § 1º do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.		



Certidão emitida eletronicamente pelo
Sistema da Procuradoria Geral do Estado mediante dados
fornecidos pela origem

Dr. Renato Peixoto Piedade Bicudo
Procurador do Estado



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

679
9

Livro	Folha	Data da Inscrição	Nº do Lançamento em Dívida Ativa
3.195	27	06/07/2010	1.006.388.262

Referência	01/12/2005	Valor inscrito	R\$ 2.931,50
Termos iniciais	Correção monetária	31/12/2005	Juros 01/01/2006
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 1.465,75
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 58, 127, Inc. V, alínea "b", art 215, § 3º, item 4, art 87, art 2, Inc. III, alínea "a" do do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.		

Referência	01/03/2008	Valor inscrito	R\$ 443,17
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/03/2008
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 443,17
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 59, § 2º, item 2 e art 61 do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. II, alínea "j" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.		

Referência	01/03/2008	Valor inscrito	R\$ 4.531,30
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/03/2008
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 4.531,30
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 61, § 5º c/c 54, Inc. V do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. II, alínea "j" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.		

Referência	01/03/2008	Valor inscrito	R\$ 6.051,91
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/03/2008
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 6.051,91
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 61, § 5º c/c 54, Inc. V do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. II, alínea "j" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.		

Referência	01/03/2008	Valor inscrito	R\$ 2.674,67
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/03/2008
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 2.674,67
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 61, § 5º c/c 54, Inc. V do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. II, alínea "j" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.		

Referência	01/03/2008	Valor inscrito	R\$ 9.374,03
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/03/2008
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 9.374,03
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 61, § 5º c/c 54, Inc. V do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. II, alínea "j" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.		

Referência	01/03/2008	Valor inscrito	R\$ 11.081,13
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/03/2008
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 11.081,13
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 61, § 5º c/c 54, Inc. V do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. II, alínea "j" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.		



Certidão emitida eletronicamente pelo
Sistema da Procuradoria Geral do Estado mediante dados
fornecidos pela origem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

680
D

Livro	Folha	Data da Inscrição	Nº do Lançamento em Dívida Ativa
3.195	27	06/07/2010	1.006.388.262

Referência	01/03/2008		Valor inscrito	R\$ 13.469,23	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/03/2008	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 13.469,23	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 61, § 5º c/c 54, Inc. V do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. II, alínea "I" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.				

Referência		01/03/2008		Valor inscrito		R\$ 12.601,38	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008		Juros	24/03/2008		
Referência da multa		24/03/2008		Valor inscrito		R\$ 12.601,38	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008		Juros	24/05/2008		
Fundamento Legal: INFRINGÊNCIA: Art 61, § 5º c/c 54, Inc. V do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. II, alínea "i" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.							

Referência	01/03/2008		Valor inscrito	R\$ 6.494,03	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/03/2008	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 6.494,03	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 61, § 5º c/c 54, Inc. V do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. II, alínea "j" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.				

Referência	01/03/2008		Valor inscrito	R\$ 10.432,83	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/03/2008	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 10.432,83	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 61, § 5º c/c 54,inc. V do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527. inc. II, alínea "i" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.				

Referência		01/03/2008		Valor inscrito		R\$ 9.499,54			
Termos iniciais		Correção monetária		24/03/2008		Juros		24/03/2008	
Referência da multa		24/03/2008		Valor inscrito		R\$ 9.499,54			
Termos iniciais		Correção monetária		24/03/2008		Juros		24/05/2008	
Fundamento Legal: INFRINGÊNCIA: Art 61, § 5º c/c 54,inc. V do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. II, alínea "i" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.									

Referência		01/03/2008		Valor inscrito		R\$ 12.873,22			
Termos iniciais		Correção monetária		24/03/2008		Juros		24/03/2008	
Referência da multa		24/03/2008		Valor inscrito		R\$ 12.873,22			
Termos iniciais		Correção monetária		24/03/2008		Juros		24/05/2008	
Fundamento Legal: INFRINGÊNCIA: Art 61, § 5º c/c 54,inc. V do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. II, alínea "I" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.									

Referência	01/03/2008		Valor inscrito	R\$ 13.388,88	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/03/2008	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 13.388,88	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 61, § 5º c/c 54, Inc. V do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. II, alínea "j" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45490/00.				



Certidão emitida eletronicamente pelo
Sistema da Procuradoria Geral do Estado mediante dados
fornecidos pela origem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

681
P

Livro	Folha	Data da Inscrição	Nº do Lançamento em Dívida Ativa
3.195	27	06/07/2010	1.006.388.262

Histórico - Fundamento Legal

Fundamento Legal:

A importância supra se refere: a) ao ICMS exigido através do AIIIM acima descrito; b) multa aplicada com base no RICMS, por infração aos artigos do mesmo regulamento, conforme anotação lançada no item "fundamento legal" para cada referência supra identificada. Termos iniciais de correção e de juros do imposto devido e das multas aplicadas identificados em cada quadro de referência acima descritos. Atualização Monetária da MULTA: Artigos 97 parágrafo primeiro item 2, 109 e 113 parágrafo quarto da Lei 6374/89, e artigos 667 parágrafo único e 631 ambos do Decreto 33118/91. Atualização Monetária do ICMS: artigo 97 da Lei 6374/89. Juros de Mora de um por cento (1%) por mês ou fração, calculado sobre o ICMS atualizado, nos termos do artigo 96 da Lei 6374/89 até 31/12/98; e a partir de 01/01/99, equivalentes a Taxa Referencial do sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, para Títulos Federais, acumulada mensalmente, nos termos do artigo 1º e §§ da Lei 10.175/98. Termo Inicial dos juros de mora sobre a multa: a partir do segundo mês subsequente ao da lavratura do AIIIM (artigo 96, II, "a" da Lei 6374/89).

Observações:

INFRAÇÕES RELATIVAS AO PAGAMENTO DO IMPOSTO.
INFRAÇÕES RELATIVAS AO CREDITO DO IMPOSTO.



Certidão emitida eletronicamente pelo
Sistema da Procuradoria Geral do Estado mediante dados
fornecidos pela origem

682
D

JANUÁRIO 2011 14:05:30 14:05:30 14:05:30

Movimentação Exor: Fiscal Notificação Cda Relatórios Manutenção Sair

Visualização de Movimentos na Conta Corrente

Nº de Registro/CDA: 1006388262

Pesquisar

CNPJ: 68.329.325/0001-56
Contribuinte: GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA
Situação: Inscrito
Status Ajuizamento: Ajuizado

Saldo: R\$ 604.919,72
Valor Original Principal: R\$ 144.567,65
Valor Original da Multa Punitiva: R\$ 128.792,38
Valor Abatido do Principal: R\$ 0,00
Valor Abatido da Multa: R\$ 0,00

Receitas Geradas pelo Cálculo

Receita	Valor
Principal	144.567,65
Correção	0,00
Juros de Mora do Principal	129.354,38
Multa Punitiva	128.792,38
Correção Monetária da Multa Punitiva	0,00
Juros de Mora da Multa Punitiva	101.385,36
Honorários Advocatícios	100.819,95

Lançamentos na CDA

Nº	Evento	Identif. Gare	Data do Evento	PP	Valor (Moeda Corrente)	Valor (Moeda Original)	Valor Abatido (Moeda Original)	Saldo (Moeda Original)
121550020	Inscrição		06/07/2010		R\$ -273.360,03	R\$ -273.360,03	R\$ 0,00	R\$ -273.360,03

Recalcular Conta Corrente

Lançamento Manual

Escrição

GARE

Retornar



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

683
P

Livro	Folha	Data da Inscrição	Nº do Lançamento em Dívida Ativa
3.199	76	13/07/2010	1.006.396.751

Conferem com os assentamentos do livro e folhas de inscrição em Dívida Ativa, supramencionados, os dados constantes da presente certidão.

Devedor			
Razão Social / Nome GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA			
CNPJ / CPF	68.329.325/0001-56	CNAE	0
IE/Ident.	669.249.750.118	Órgão Expedidor	
Endereço	RUA FRANCISCO ALVES		
Complemento	2879		
Bairro	CHACARA TRES MARIAS		
Cidade	SOROCABA	Estado	SP
		CEP	18035-590

Secretaria / Órgão de Origem	
SECRETARIA DA FAZENDA	
Dados do Processo Administrativo	
GDOC	12595 - 236304 / 2008
Processo	12595 - 236304 / 2008

ICMS Autuação		
Somatório dos Valores Originais Inscritos (não considerados a atualização monetária e os acréscimos legais incidentes).		
Total Imposto	Total Multa	Total Geral
R\$ 176.844,51	R\$ 264.002,25	R\$ 440.846,76

Débito			
Nº do AIIM	3090322	Série do AIIM	1
Data da Lavratura	24/03/2008	Data da notificação da lavratura	25/03/2008
Data do trânsito em julgado da decisão que impôs ou manteve a multa	06/12/2008	Data do decurso do prazo da última notificação	07/12/2008
Data do julgamento definitivo ou da homologação do auto de infração	26/09/2008	Data da notificação do julgamento definitivo ou da homologação	06/11/2008
Nº do pedido de parcelamento rompido		Data do Pagamento da Última Parcela	
		Valor total das parcelas pagas	
Data do último pagamento parcial		Valor total dos pagamentos parciais	
Tipo imposto ICM	ICMS	Modalidade	oper. diversas de import./subst.trib
Unidade responsável pela lavratura	PF/SOROCABA		

Valores (já deduzidos, se realizados, os pagamentos parciais anteriores)

Referência	01/01/2006		Valor inscrito	R\$ 40,96	
Termos iniciais	Correção monetária	31/01/2006	Juros	01/02/2006	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 20,48	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 116, inc. I c/c art 398, art 223, § 1º do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.				



Certidão emitida eletronicamente pelo
Sistema da Procuradoria Geral do Estado mediante dados
fornecidos pela origem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

689
90

Livro	Folha	Data da Inscrição	Nº do Lançamento em Dívida Ativa
3.199	76	13/07/2010	1.006.396.751

Referência	01/01/2006		Valor inscrito	R\$ 609,04	
Termos iniciais	Correção monetária	31/01/2006	Juros	01/02/2006	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 2.537,67	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Arts 124, inc. I c/c art 125 , Inc. I, art 37, inc. III, alínea "a" do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, inc. IV, alínea "a" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.				

Referência	01/01/2006		Valor inscrito	R\$ 462,06	
Termos iniciais	Correção monetária	31/01/2006	Juros	01/02/2006	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 231,03	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Arts 58, 127, inc. V , alínea "b" , art 215 , § 3º, item 4 , art 87 e art 2, inc. III, alínea "a" do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.				

Referência	01/02/2006		Valor inscrito	R\$ 140,74	
Termos iniciais	Correção monetária	28/02/2006	Juros	01/03/2006	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 70,37	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 116, inc. I c/c art 398, art 223, § 1º do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.				

Referência	01/02/2006		Valor inscrito	R\$ 39,15	
Termos iniciais	Correção monetária	28/02/2006	Juros	01/03/2006	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 46,82	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Arts 56, 52, Inc. I, art 127, Inc. IV , alínea "I", Inc. V , alínea "a", art 215 , § 3º, Item 4 , art 37 , § 1º, Item 3 ,art 58 , art 87 do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, Inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.				

Referência	01/03/2006		Valor inscrito	R\$ 100,94	
Termos iniciais	Correção monetária	31/03/2006	Juros	01/04/2006	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 50,47	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 116, inc. I c/c art 398, art 223, § 1º do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.				

Referência	01/04/2006		Valor inscrito	R\$ 270,05	
Termos iniciais	Correção monetária	30/04/2006	Juros	01/05/2006	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 135,02	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 116, inc. I c/c art 398, art 223, § 1º do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.				

Referência	01/04/2006		Valor inscrito	R\$ 6.040,62	
Termos iniciais	Correção monetária	30/04/2006	Juros	01/05/2006	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 27.816,42	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Arts 124, inc. I c/c art 125, Inc. I, art 37, inc. III, alínea "a" do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, inc. IV, alínea "a" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.				



Certidão emitida eletronicamente pelo
Sistema da Procuradoria Geral do Estado mediante dados
fornecidos pela origem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

685
90

Livro	Folha	Data da Inscrição	Nº do Lançamento em Dívida Ativa
3.199	76	13/07/2010	1.006.396.751

Referência	01/05/2006		Valor inscrito		R\$ 5.741,38
Termos iniciais	Correção monetária	31/05/2006	Juros	01/06/2006	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito		R\$ 23.922,42
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Arts 124, inc. I c/c art 125, inc. I, art 37, inc. III, alínea "a" do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, inc. IV, alínea "a" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.				

Referência	01/06/2006		Valor inscrito	R\$ 8.748,06	
Termos iniciais	Correção monetária	30/06/2006	Juros	01/07/2006	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 36.450,23	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Arts 124, inc. I c/c art 125, inc. I, art 37, inc. III, alínea "a" do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, inc. IV, alínea "a" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.				

Referência	01/07/2006		Valor inscrito	R\$ 131,16	
Termos iniciais	Correção monetária	31/07/2006	Juros	01/08/2006	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 65,58	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 116, inc. I c/c art 398, art 223, § 1º do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.				

Referência	01/08/2006		Valor inscrito	R\$ 40,86	
Termos iniciais	Correção monetária	31/08/2006	Juros	01/09/2006	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 20,43	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 116, inc. I c/c art 398, art 223, § 1º do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, Inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.				

Referência	01/08/2006		Valor inscrito	R\$ 1.963,55	
Termos iniciais	Correção monetária	31/08/2006	Juros	01/09/2006	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 8.181,46	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Arts 124, inc. I c/c art 125, inc. I, art 37, Inc. III, alínea "a" do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, Inc. IV, alínea "a" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.				

Referência	01/09/2006		Valor inscrito	R\$ 1.980,47	
Termos iniciais	Correção monetária	30/09/2006	Juros	01/10/2006	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 8.251,97	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Arts 124, inc. I c/c art 125 , inc. I, art 37, inc. III, alínea "a" do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, inc. IV, alínea "a" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.				

Referência	01/09/2006		Valor inscrito	R\$ 100,77	
Termos iniciais	Correção monetária	30/09/2006	Juros	01/10/2006	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 50,39	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 116, inc. I c/c art 398, art 223, § 1º do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.				



Certidão emitida eletronicamente pelo
Sistema da Procuradoria Geral do Estado mediante dados
fornecidos pela origem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

686
90

Livro	Folha	Data da Inscrição	Nº do Lançamento em Dívida Ativa
3.199	76	13/07/2010	1.006.396.751

Referência	01/10/2006		Valor inscrito	R\$ 100,88	
Termos iniciais	Correção monetária	31/10/2006	Juros	01/11/2006	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 50,44	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 116, Inc. I c/c art 398, art 223, § 1º do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, Inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.				

Referência	01/10/2006		Valor inscrito	R\$ 2.613,64	
Termos iniciais	Correção monetária	31/10/2006	Juros	01/11/2006	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 10.890,15	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Arts 124, inc. I c/c art 125 , inc. I, art 37, inc. III, alínea "a" do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, inc. IV, alínea "a" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.				

Referência	01/11/2006		Valor inscrito	R\$ 209,57	
Termos iniciais	Correção monetária	30/11/2006	Juros	01/12/2006	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 104,78	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Art 116, Inc. I c/c art 398, art 223, § 1º do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, Inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.				

Referência	01/11/2006		Valor inscrito	R\$ 3.206,38	
Termos iniciais	Correção monetária	30/11/2006	Juros	01/12/2006	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 1.603,19	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Arts 58, 127, inc. V, alínea "b", art 215, § 3º, item 4, art 87 do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.				

Referência	01/12/2006		Valor inscrito	R\$ 1.602,60	
Termos iniciais	Correção monetária	31/12/2006	Juros	01/01/2007	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 801,30	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Arts 58, 127, inc. V, alínea "b", art 215, § 3º, item 4, art 87 do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, inc. I, alínea "c" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.				

Referência	01/03/2008		Valor inscrito	R\$ 259,02	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008		Juros	24/03/2008
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 259,02	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008		Juros	24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Arts 61 e 59 do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, inc. II, alínea "j" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.				

Referência	01/03/2008		Valor inscrito	R\$ 431,67	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008		Juros	24/03/2008
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 431,67	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008		Juros	24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Arts 61 e 59 do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, inc. II, alínea "j" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.				



Certidão emitida eletronicamente pelo
Sistema da Procuradoria Geral do Estado mediante dados
fornecidos pela origem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

687
D

Livro	Folha	Data da Inscrição	Nº do Lançamento em Dívida Ativa
3.199	76	13/07/2010	1.006.396.751

Referência	01/03/2008		Valor inscrito	R\$ 214,46	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008		Juros	24/03/2008
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 214,46	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008		Juros	24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Arts 61 e 59 do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, Inc. II, alínea "I" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.				

Referência	01/03/2008		Valor inscrito	R\$ 1.759,73	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/03/2008	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 1.759,73	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Arts 61 e 59 do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, inc. II, alínea "I" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.				

Referência	01/03/2008		Valor inscrito	R\$ 32,70	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/03/2008	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 32,70	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Arts 61 e 59 do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, Inc. II, alínea "I" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.				

Referência	01/03/2008		Valor inscrito	R\$ 12.453,58	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/03/2008	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 12.453,58	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Arts 61, § 5º c/c art 54 , inc. V do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, inc. II, alínea "I" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.				

Referência	01/03/2008		Valor inscrito	R\$ 7.574,14	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/03/2008	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 7.574,14	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Arts 61, § 5º c/c art 54 , inc. V do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527. Inc. II. alínea "I" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.				

Referência	01/03/2008		Valor inscrito	R\$ 13.620,30	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/03/2008	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 13.620,30	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Arts 61, § 5º c/c art 54 , inc. V do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, Inc. II, alínea "I" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.				

Referência		01/03/2008		Valor inscrito		R\$ 14.067,19			
Termos iniciais		Correção monetária		24/03/2008		Juros		24/03/2008	
Referência da multa		24/03/2008		Valor inscrito		R\$ 14.067,19			
Termos iniciais		Correção monetária		24/03/2008		Juros		24/05/2008	
Fundamento Legal: INFRINGÊNCIA: Arts 61, § 5º c/c art 54 , inc. V do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, inc. II, alínea "I" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.									



Certidão emitida eletronicamente pelo
Sistema da Procuradoria Geral do Estado mediante dados
fornecidos pela origem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

688
9

Livro	Folha	Data de Inscrição	Nº do Lançamento em Dívida Ativa
3.199	76	13/07/2010	1.006.396.751

Referência	01/03/2008	Valor inscrito	R\$ 12.296,89
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/03/2008
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 12.296,89
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Arts 61, § 5º c/c art 54, Inc. V do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. II, alínea "j" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.		

Referência	01/03/2008	Valor inscrito	R\$ 11.640,17
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/03/2008
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 11.640,17
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Arts 61, § 5º c/c art 54, Inc. V do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. II, alínea "j" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.		

Referência	01/03/2008	Valor inscrito	R\$ 9.691,81
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/03/2008
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 9.691,81
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Arts 61, § 5º c/c art 54, Inc. V do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. II, alínea "j" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.		

Referência	01/03/2008	Valor inscrito	R\$ 379,80
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/03/2008
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 379,80
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Arts 61 e 59 do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. II, alínea "j" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.		

Referência	01/03/2008	Valor inscrito	R\$ 12.238,29
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/03/2008
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 12.238,29
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Arts 61, § 5º c/c art 54, Inc. V do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. II, alínea "j" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.		

Referência	01/03/2008	Valor inscrito	R\$ 17.107,22
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/03/2008
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 17.107,22
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Arts 61, § 5º c/c art 54, Inc. V do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. II, alínea "j" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.		

Referência	01/03/2008	Valor inscrito	R\$ 15.181,54
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/03/2008
Referência da multa	24/03/2008	Valor inscrito	R\$ 15.181,54
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros 24/05/2008
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Arts 61, § 5º c/c art 54, Inc. V do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art 527, Inc. II, alínea "j" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.		



Certidão emitida eletronicamente pelo
Sistema da Procuradoria Geral do Estado mediante dados
fornecidos pela origem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

689

Livro	Folha	Data da Inscrição	Nº do Lançamento em Dívida Ativa
3.199	76	13/07/2010	1.006.396.751

Referência	01/03/2008		Valor inscrito	R\$ 6.341,55	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/03/2008	
Referência da multa	24/03/2008		Valor inscrito	R\$ 6.341,55	
Termos iniciais	Correção monetária	24/03/2008	Juros	24/05/2008	
Fundamento Legal:	INFRINGÊNCIA: Arts 61, § 5º c/c art 54 , inc. V do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, inc. II, alínea "j" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.				

Referência		01/03/2008		Valor inscrito		R\$ 7.411,57			
Termos iniciais		Correção monetária		24/03/2008		Juros		24/03/2008	
Referência da multa		24/03/2008		Valor inscrito		R\$ 7.411,57			
Termos iniciais		Correção monetária		24/03/2008		Juros		24/05/2008	
Fundamento Legal:		INFRINGÊNCIA: Arts 61, § 5º c/c art 54 , Inc. V do RICMS Dec 45490/00. CAPITULAÇÃO DA MULTA : Art 527, Inc. II, alínea "j" c/c §§ 1º e 10 do RICMS Dec 45.490/00.							

Histórico - Fundamento Legal

Fundamento Legal:

A importância supra se refere: a) ao ICMS exigido através do AIIM acima descrito; b) multa aplicada com base no RICMS, por infração aos artigos do mesmo regulamento, conforme anotação lançada no item "fundamento legal" para cada referência supra identificada. Termos Iniciais de correção e de juros do imposto devido e das multas aplicadas identificados em cada quadro de referência acima descritos. Atualização Monetária da MULTA: Artigos 97 parágrafo primeiro item 2, 109 e 113 parágrafo quarto da Lei 6374/89, e artigos 667 parágrafo único e 631 ambos do Decreto 33118/91. Atualização Monetária do ICMS: artigo 97 da Lei 6374/89. Juros de Mora de um por cento (1%) por mês ou fração, calculado sobre o ICMS atualizado, nos termos do artigo 96 da Lei 6374/89 até 31/12/98; e a partir de 01/01/99, equivalentes a Taxa Referencial do sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, para Títulos Federais, acumulada mensalmente, nos termos do artigo 1º e §§ da Lei 10.175/98. Termo Inicial dos juros de mora sobre a multa: a partir do segundo mês subsequente ao da lavratura do AIIM (artigo 96, II, "a" da Lei 6374/89).

Observações:

INFRAÇÕES RELATIVAS AO PAGAMENTO DO IMPOSTO.

INFRAÇÕES RELATIVAS AO CRÉDITO DO IMPOSTO.

INFRAÇÕES RELATIVAS A DOCUMENTOS FISCAIS E IMPRESSOS FISCAIS.



Certidão emitida eletronicamente pelo
Sistema da Procuradoria Geral do Estado mediante dados
fornecidos pela origem

GERBO ENGENHARIA 13/07/2011 14:30:10

Movimentação Erec. Fiscal Notificação Cda Relatórios Manutenção Sair

Visualização de Movimentos na Conta Corrente

Nº de Registro/CDA: 1006396751

Pesquisar

CNPJ: 68.329.325/0001-56
Contribuinte: GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA
Situação: Inscrito
Status Ajuizamento: Ajuizado

Saldo: R\$ 957.918,54
Valor Original Principal: R\$ 176.844,51
Valor Original da Multa Punitiva: R\$ 264.002,25
Valor Abatido do Principal: R\$ 0,00
Valor Abatido da Multa: R\$ 0,00

Receitas Geradas pelo Cálculo

Receita	Valor
Principal	176.844,51
Correção	0,00
Juros de Mora do Principal	149.596,12
Multa Punitiva	264.002,25
Correção Monetária da Multa Punitiva	0,00
Juros de Mora da Multa Punitiva	207.822,57
Honorários Advocatícios	159.653,09

Lançamentos na CDA

Nº	Evento	Identif. Gare	Data do Evento	PP	Valor (Moeda Corrente)	Valor (Moeda Original)	Valor Abatido (Moeda Original)	Saldo (Moeda Original)
121575414	Inscrição		13/07/2010		R\$ -440.846,76	R\$ -440.846,76	R\$ 0,00	R\$ -440.846,76

Recalcular Conta Corrente

Lançamento Manual

Estorno

GARE

Responsar

CONCLUSÃO

Em 28/07/2011, faço estes autos conclusos à MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Cível de Sorocaba, Dr.ª. Ana Maria Alonso Baldy.

Eu,  (Maria de Lourdes Cadina Gardenal), Coordenadora, subscrevo.

Proc. n.º 1152/09

Manifeste-se o Administrador.
Sor. 01/08/2011.

ANA MARIA ALONSO-BLDY
Juíza de Direito

DATA

Em 03/08/11, recebi estes autos em Cartório.

Eu, , Escrevente, subscrevo.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Fórum de Sorocaba
2ª. Vara Cível
Livro de Carga (Cível) – (Advogado) nº 19

Carga n°: 6653138
Página n° 96

Impresso em 12/08/2011 16:13
Destino: JOSE CARLOS KALIL FILHO (65040-SP)
Responsável: JOSE CARLOS KALIL FILHO
Documento:
Endereço Residencial: (não informado)

Endereço Comercial: R DOUTOR BOULEVARD BRAGUINHA, / 32328252
Bairro : CENTRO CEP: 18010120Município: Sorocaba - SP

[illegible]

Recebido por

12 / 08 / 2014
e m

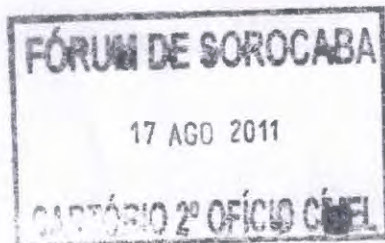


José Carlos Kalil Filho

OAB/SP 65.040 - CPF 751.745.538/91
ADVOGADO

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 2ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOROCABA.

Proc. nº 602.01.2009.024980-2/000000-000
Nº de Ordem: 1152/2009
Recuperação Judicial



JOSÉ CARLOS KALIL FILHO,
Administrador Judicial, nos autos da RECUPERAÇÃO JUDICIAL de
“**GERBO ENGENHARIA & MANUFATURA LTDA.**”, em trâmite por
esse MM. Juízo e respectivo Cartório, vem respeitosamente perante V. Exa.,
nos autos principais da recuperação, expor e requerer o seguinte:

1) Relatório de Atividades

A Empresa Recuperanda encontra-se em plena atividade, com seu faturamento sendo aumentado gradativamente após a turbulência havida em razão da crise que assolou o mercado. Atualmente existe grande possibilidade de seus produtos serem exportados, porém esta situação esta sendo estudada com muita cautela pelos sócios da Devedora, pois existe verdadeira incerteza no mercado quanto a exportação e da desvalorização do Dolar Americano.

A Recuperanda vem cumprindo o Plano de Recuperação Judicial Aprovado, visto que vem efetuando o pagamento dos credores trabalhistas, como também esta propondo o parcelamento dos débitos fiscais com a Fazenda Estadual.

Assim sendo, servimos da presente para informar que a Recuperanda vem cumprindo fielmente o Plano de Recuperação Judicial aprovado.

18:30 16/08/2011 070910 TJ-SOROCABA-PROTOCOLO II



José Carlos Kalil Filho

OAB/SP 65.040 - CPF 751.745.538/91
ADVOGADO

694
[Handwritten mark]

2) Fls. 658/662

Peticona o credor Itau Unibanco S/A. às fls. 658/662, alegando que seu crédito é de R\$ 2.089.861,00 e esta garantido por Cessões Fiduciárias emitidas péla Devedora e seus avalistas no valor de R\$ 1.925.870,06.

Alega ainda que tal garantia não esta sujeita aos efeitos da Recuperação Judicial, conforme estabelece o art. 49, § 3º da LRE.

Primeiramente devemos observar que a Recuperanda apresentou no Rol de Credores valores devidos ao Unibanco e ao Banco Itau, como créditos quirografários, a saber:

A) CREDORES QUIROGRAFÁRIOS

NOME	VALORES EM R\$
Banco Abn Amro Real S/A	464.139,60
Banco do Brasil S/A	463.259,19
Banco Bradesco S/A	108.053,11
Banco Itaú S/A	998.107,04
Eccos Tecno Metalúrgica Ltda.	1.147.611,24
José Gerbovic	5.632.637,38
Leosmar Gonzáles Martinez	1.322.180,94
Unibanco – união de Bancos Brasileiros S/A	2.638.146,89
TOTAL DOS CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS	12.774.135,39

Com isso resta claro que não existem créditos que possibilitem ao Itau Unibanco optar por excutir as alegadas garantias.

Desta forma, antes de qualquer ato que possa ser deferido a apropriação, deve o Itau Unibanco informar os valores devidos inicialmente e a que contratos efetivamente seriam objeto da apropriação.

Não obstante, requer também a manifestação da Recuperanda, através de seu I. Patrono, para que informe se concorda com a referida apropriação, como também se os contratos que aludem a manifestação de fls. 658/662 foram incluídos no Rol de Credores Quirografários.

Deve ser destacado ainda que o Banco vem executando os devedores solidários da operação, tentando apropriar os valores acima declinados, porém houve resistência por parte do



José Carlos Kalil Filho

OAB/SP 65.040 - CPF 751.745.538/91
ADVOGADO

695

Administrador Judicial, visto que a execução era contra os avalistas e o Certificado de Depósito Bancário relativo a Recuperanda deveria ser depositado nos autos da Recuperação Judicial a disposição do Juízo Universal da Recuperação.

Diante do exposto, requer que seja determinado a manifestação do Banco Credor e da Recuperanda para que prestem as informações acima declinadas

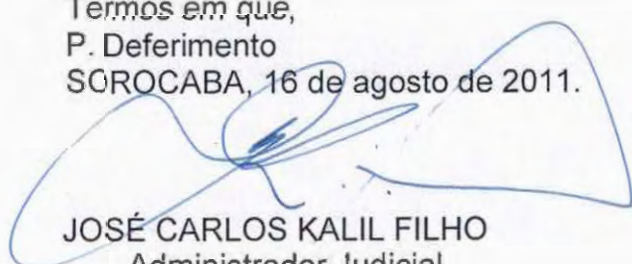
3) Fls. 663/690

A Fazenda do Estado de São Paulo promove habilitação de crédito, demonstrando que é credora da Recuperanda na importância de R\$ 2.192.413,36, a qual esta sendo juntada às fls. 663/690 dos autos principais.

Primeiramente, por se tratar de habilitação de crédito, a mesma deve ser desentranhada dos autos principais e autuada em separado como incidente "Habilitação de Crédito Retardatária".

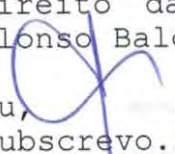
Assim, requer o desentranhamento da petição e documentos de fls.663/690 para que seja a habilitação de crédito autuada em separada como incidente, protestando após por nova vista para então manifestar sobre o mérito do pedido.

Termos em que,
P. Deferimento
SCROCABA, 16 de agosto de 2011.


JOSÉ CARLOS KALIL FILHO
Administrador Judicial

CONCLUSÃO

Em 22/08/2011, faço estes autos conclusos à MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Cível de Sorocaba, Dr.ª. Ana Maria Alonso Baldy.

Eu,  (Maria de Lourdes Cadina Gardenal), Coordenadora, subscrevo.

Proc. n.º 1152/09

Manifeste-se o M. P.
Sor. 23/08/2011.


ANA MARIA ALONSO BLDY
Juíza de Direito

DATA

Em

Eu,

25/08/11 recebi estes autos em Cartório.

 , Escrevente, subscrevo.

694
✓

JUNTADA

Em _____ de 21 SET 2011 de 20 _____

Junto a estes autos petição

_____ que segue (n.º)

Em _____ Recr. Subscrito

698

Excelentíssima Senhor Doutora Juíza de Direito – 2ª. Vara Cível – Sorocaba.

Proc. n. 1152/2009



ITAU UNIBANCO S/A., por seu advogado, nos autos da **Recuperação Judicial** movida por **GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA.**, ciente da manifestação de fls. 693/5, vem à presença de Vossa Excelência expor e requerer o seguinte:

Reafirmando o exposto a fls. 658/9, as garantias - *cessões fiduciárias de Certificados de Depósitos Bancários* - foram resgatadas para amortização da Cédula de Crédito Bancário ali expressamente indicada, pelo montante de R\$1.925.870,06. Das três garantias excutidas, apenas uma (CDB n.2011157030176) era de titularidade da recuperanda.

Trata-se, portanto, de crédito com garantia real, ainda que a recuperanda, *sponte própria*, não tenha declinado nos autos a sua correta natureza jurídica.

Muito embora nos primórdios da lei 11.101/2005 houvesse alguma divergência quanto a possibilidade de promover alienação fiduciária de títulos ou de créditos (para fins de abrangência pelo par. 3º do art. 49), hodiernamente essa acadêmica discussão encontra-se superada, por conta do próprio conceito jurídico de *bens móveis* e bem assim da correta exegese do preceito legal.

TJSP SCB-12-set-2011-14:54-151691-1/2

699
~

Dentre outros autores de escol, cita-se **Fábio Ulhoa Coelho**, para quem a “alienação fiduciária em garantia, introduzida no direito brasileiro pela Lei de Mercado de Capitais de 1965, é espécie do gênero alienação fiduciária. É contrato hoje disciplinado pelo art. 66-B da lei 4.728 (quando celebrado no âmbito do mercado financeiro ou de capitais ou em garantia de créditos fiscais e previdenciários), arts. 22 e 23 da Lei nº 9.514/97 (se tem por objeto bem imóvel) e pelo Decreto-lei nº 911/69 (norma processual). A *propriedade fiduciária* de bens móveis constituída por esse contrato é instituto de direito das coisas disciplinado nos arts. 1.361 a 1.368 do Código Civil. Enfim, quando tem por objeto direitos creditórios ou títulos de crédito, o contrato é denominado da lei de *cessão fiduciária* (Lei n. 9.514/97, art. 17, II e art. 66-B, par. 4º, da Lei 4.728/65)” (*Curso de Direito Comercial*, 9ª. edição, São Paulo, Saraiva, 2008, volume 3º, p.148).

Em comentários ao par. 3º do art. 49 da Lei 11.101/2005, ensina **Manoel Justino Bezerra Filho** que “esta disposição foi o ponto que mais diretamente contribuiu para que a Lei deixasse de ser conhecida como “lei de recuperação de empresas” e passasse a ser conhecida como “lei de recuperação de crédito bancário”, ou de “crédito financeiro”, ao estabelecer que tais bens não são atingidos pelos efeitos da recuperação judicial. Ou seja, nenhum dos bens da empresa que for objeto de alienação fiduciária, arrendamento mercantil ou reserva de domínio estará englobado pela recuperação” (**Lei de Recuperação de Empresa e Falências Comentada**, 5ª. edição, São Paulo, Editora RT., 2008, p. 1480.

Pois bem, demonstrada a regularidade da garantia real constituída em favor do peticionário, data vênua sem oportunidade a pretensão em ver o valor resgatado colocado à disposição do juízo “universal da recuperação de crédito”, como pretende o doutor administrador.

De fato, o contrato amortizado é objeto de execução em trâmite pela 3ª. vara local, em cujos autos, inclusive, o peticionário se apressou em comunicar a amortização, postulando a sequência para satisfação do saldo devedor.

Naquele processo não houve resistência alguma por parte dos devedores, ou mesmo do doutor administrador, como alegado. Ao contrário, apenas o co-executado e devedor solidário Leosmar Gonzales Martinez (titular de uma das garantias resgatadas), ingressou nos autos, mas apenas para sustentar a impossibilidade de ser demandado por entender que (a) o deferimento da recuperação judicial obsta o credor de executá-lo, e (b) a execução não deveria ser aparelhada antes do resgate das garantias constituídas.

Tais argumentos, porém, foram rejeitados, inclusive pelo E. TJSP. O primeiro, ao fundamento de que os efeitos do deferimento da recuperação judicial não se estendem ao devedor solidário; e o segundo, por ser faculdade do credor iniciar a execução pela garantia – dentre as existentes - que melhor lhe convier (documentos inclusos).

A resistência a que se refere o Administrador (fls. 694, *in fine* e 695), na verdade ocorreu em outra execução, em trâmite pela 5ª.vara local, processo n. 169/210, relativa a contrato diverso. Também lá, restou confirmada pelo TJSP. a responsabilidade dos devedores solidários por débitos da recuperanda (documento anexo).

Como se vê, a posição defendida pelo zeloso administrador, *data vênia*, não reúne condições de acolhimento, seja porque os coobrigados não se beneficiam dos efeitos da recuperação judicial do devedor, seja, ainda, porque os resgates foram promovidos por conta de garantias (reais) refratárias ao processo de recuperação judicial.

Sempre lembrando, finalmente, que das
(3) garantias excutidas, apenas uma era de titularidade da recuperanda.

P. Deferimento.

Sorocaba, em 12 de Setembro de 2.011.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

86

3

ACÓRDÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº



03537811

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 0041180-16.2011.8.26.0000, da Comarca de Sorocaba, em que é agravante LEOSMAR GONZALES MARTINEZ sendo agravado UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A.

ACORDAM, em 22ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "POR MAIORIA, DERAM PROVIMENTO EM PARTE AO RECURSO, VENCIDO EM PARTE O RELATOR SORTEADO. ACÓRDÃO COM O 2º DESEMBARGADOR.", de conformidade com o voto do(a) Relator(a), que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CAMPOS MELLO (Presidente) e ANDRADE MARQUÊS (vencido em parte).

São Paulo, 5 de maio de 2011.



THIERS FERNANDES LOBO
RELATOR DESIGNADO

2



1 202

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 0041180-16.2011.8.26.0000

COMARCA DE SOROCABA

AGRAVANTE: LEOSMAR GONZÁLES MARTINEZ

AGRAVADO: UNIBANCO - UNIÃO DOS BANCOS BRASILEIROS S.A.

VOTO N.º 7550

EXECUÇÃO - PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL - DÍVIDA NOVADA - INEXIGIBILIDADE - OS EFEITOS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL APROVADO, NÃO ATINGEM OS COOBRIGADOS, CUJA EXECUÇÃO DEVE PROSSEGUIR NORMALMENTE - PROSSEGUIMENTO CONTRA OS COOBRIGADOS - DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA - BLOQUEIO ON-LINE - INCIDÊNCIA SOBRE CONTA-CORRENTE EM QUE O EXECUTADO RECEBE SUA APOSENTADORIA - PROTEÇÃO E IMPENHORABILIDADE - ART. 7º, INCISO X, DA CF; E ART. 649, IV, DO CPC - PRECEDENTES - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, POR MAIORIA DE VOTOS, COM DETERMINAÇÃO E OBSERVAÇÃO.

Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra a r. decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito, Dr. Mário Gaiara Neto, nos autos de execução, que manteve o bloqueio na conta corrente do executado (fl. 143).

Sustenta o agravante que o crédito está inserido no plano de recuperação judicial da empresa, ou seja, a dívida foi novada, devendo a execução ser extinta, pois o título não é mais exigível. Ademais, esclarece que o bloqueio atingiu conta na qual percebe sua aposentadoria sendo saldo impenhorável.

Negado o efeito suspensivo (fls. 188) com pedido de reconsideração (fls. 191/195).

Sem contraminuta (fls. 196), foram dispensadas as informações do juízo da causa, desnecessárias em face das circunstâncias.

Recurso tempestivo, processado e preparado (fls. 175/176).

É o relatório.

O insurgente pretende obter a inexigibilidade do título aqui executado, pois estaria inserido no plano de recuperação judicial da empresa.



2 203

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Com o débito inscrito no plano, realmente ocorre o instituto da novação. Entretanto, os efeitos da aprovação do plano não afetam as obrigações estabelecidas entre o credor e os devedores solidários, conforme artigo 49, parágrafo 1º, da Lei nº 11.101/2005:

“Art. 49: Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.”

“§1º: Os credores do devedor em recuperação judicial conservam seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso.”

Assim, a novação operada no plano de recuperação judicial não afeta o débito contra o coobrigado, ora agravante.

De fato o art. 59, da Lei nº 11.101/05, estabelece que a homologação do plano de recuperação judicial implica em novação de dívida, porém, tal fato não tem o condão de obstar o prosseguimento da execução em relação aos avalistas.

Portanto, para os garantes, não há suspensão, novação ou um benefício qualquer.

É como vem entendendo a doutrina, “os credores sujeitos aos efeitos da recuperação judicial conservam intactos seus direitos contra coobrigados, fiadores e obrigados de regresso. Desse modo o portador de nota promissória firmada pelo empresário em recuperação pode executar o avalista desse título de crédito, como se não houvesse o benefício. Cabe ao avalista, nessa situação, o sacrifício direto representado pela recuperação judicial do avalizado” (Fabio Ulhoa Coelho, “Comentários à Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas”, Ed. Saraiva, 2007, 4ª ed., pág. 168).

Alias, este tem sido o entendimento desta Câmara (Ag. 7.377.961-0, de Jundiaí, Rel. Des. Campos Mello, j. 29.07.2009; Ag. 7.050.523-0, de São Paulo, Rel. Des. Roberto Bedaque, j. 07.03.06) e também nesta Corte já se decidiu no mesmo sentido ((Ag. 7.342.554-6 – 13ª Câmara, São Paulo, Rel. Des. Cauduro Padin, j. 17.06.09; Ag. 7.328.326-0 – 15ª Câmara, São Paulo, Rel. Des. Araldo Telles, j. 06.06.09; Ag. 990.10.332917-1 - 21ª Câmara, Mogi-Guaçu, Rel. Des. Silveira Paulilo, j. 20.10.2010; Ag. 990.10.124248-6 - 16ª Câmara, São Paulo, Rel. Des. Candido Alem, j. 17.08.2010).

Por consequência, o juízo não é incompetente para processar a execução, que prossegue contra os coobrigados.

Em relação à impenhorabilidade alegada da conta bloqueada, assiste razão o agravante.

Do exame dos extratos de fls. 80/82 e 169/170, verifica-se que o bloqueio judicial está incidindo sobre benefício previdenciário recebido pelo recorrente



3 504

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

(aposentadoria), o qual consubstancia em salário que é depositado mensalmente em sua conta corrente de nº 01931-6, agência 4522, do Banco Itaú-Unibanco.

Assim, diante do constado, principalmente nos extratos supracitados, deve incidir a proteção aludida no inciso X, do art. 7º, da Constituição Federal, de que a retenção do salário é expressamente proibida, bem como a do art. 649, IV, do CPC, com redação alterada pela Lei nº 11.386, de 6 de dezembro de 2006, que considera absolutamente impenhoráveis "*os vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepios; as quantias recebidas por liberalidade de terceiros e destinadas ao sustento do devedor e sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, observado o disposto no § 3º deste artigo*". Neste sentido: REsp nº 901.651/SC, rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, j. 09.10.2007, DJU de 01.09.2008.

É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de reconhecer a impenhorabilidade da conta-corrente bancária onde são creditados proventos de aposentadoria. Neste sentido: RMS 29.391/GO, rel. Min. João Otávio de Noronha, DJU de 27.05.2010; REsp 978.689/SP, rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJU de 24.08.2009; AgRg no REsp 969.549/DF, rel. Min. Aldir Passarinho, DJU de 19.11.2007; REsp 633.332/RS, rel. Min. Nancy Andrighi, DJU de 07.03.2005; e REsp 118.044/SP, rel. Min. Ari Pargendler, DJU de 12.06.2000.

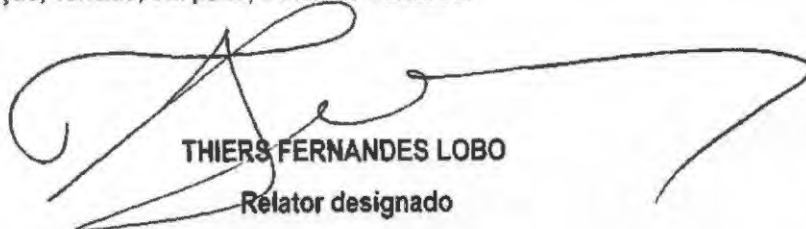
Portanto, há de se determinar o desbloqueio da quantia de R\$ 2.142,68, por se tratar de verba de caráter alimentar (aposentadoria), a qual é impenhorável.

É o que fica determinado.

Todavia, há de se consignar que a proteção aludida se refere somente ao salário e não à conta corrente. Logo, se houver numerário em conta corrente superior ao indicado como benefício previdenciário (aposentadoria), fruto de qualquer outro tipo de aplicação, há de ser penhorado para garantir o cumprimento da execução em curso.

Por fim, há de se observar que, a proteção estende-se para os meses subseqüentes, pois não haveria sentido determinar o desbloqueio de quantia limitada ao salário recebido pelo insurgente somente desta vez, se mensalmente serão depositados os mesmos valores na conta corrente mencionada, em nome do recorrente.

Pelo exposto, dá-se parcial provimento ao recurso, com determinação e observação, vencido, em parte, o Relator Sorteado.


THIERS FERNANDES LOBO
Relator designado



205

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

77

ACÓRDÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº



03606570

T. e. v. and

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 0083794-36.2011.8.26.0000, da Comarca de Sorocaba, em que é agravante ITAÚ UNIBANCO S/A sendo agravados JOSE GERBOVIC e GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA.

ACORDAM, em 38ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "DERAM PROVIMENTO AO RECURSO. V. U.", de conformidade com o voto do(a) Relator(a), que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MAIA DA ROCHA (Presidente) e EDUARDO SIQUEIRA.

São Paulo, 6 de julho de 2011.

MAURY BOTTESINI
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

38ª Câmara – Seção de Direito Privado

Agravo de Instrumento nº 0083794-36.2011.8.26.0000

Comarca: Sorocaba – SP – 5ª Vara Cível

Ação: Execução - nº 602.01.2010.003274-8

Agte: ITAÚ UNIBANCO S.A.

Agdos: JOSÉ GERBOVIC e GERBO ENGENHARIA E
MANUFATURA LTDA

Voto nº 2877

**AGRAVO DE INSTRUMENTO – Execução –
Devedora em recuperação judicial –
Inexistência de novação da dívida do
coobrigado que não está em recuperação
judicial – Obrigações da devedora sujeitas
ao art. 59 da Lei 11.101, de 2005 –
Obrigações do garante insuscetíveis de
moratória – Recurso provido.**

Vistos.

É agravo de instrumento interposto por ITAÚ UNIBANCO S.A. na Execução fundada em cédula de crédito bancário que move contra JOSÉ GERBOVIC e GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA. O recurso ataca a decisão copiada em f. 56, que diante da recuperação judicial da devedora pessoa jurídica e de manifestação do Ministério Público, cópia de f. 51/56, suspendeu o andamento da Execução. Alega que a recuperação judicial e a suspensão da execução aplicam-se somente às obrigações da devedora, mas não às do coobrigado. Quer a reforma da decisão, f. 02/08. Recurso tempestivo, bem processado.

É o relatório.

1. Respeitado o Convencimento do prolator da decisão, o agravo merece provimento. A decisão ordinatória do processamento da recuperação judicial não produz mutação objetiva nem subjetiva nas obrigações do garante, que não pode estar em *regime de recuperação judicial*. Seria um contra-senso que o credor diligente tivesse que se submeter à moratória da devedora garantida, ficando impedido de executar o garantidor, que se obrigou como devedor solidário e responde pela dívida toda. São obrigações autônomas e independentes aquelas da devedora principal e aquelas do coobrigado e principal pagador solidário.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

O art. 59 da Lei de Falências e Recuperação dispõe que ***"O plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido, e obriga o devedor e todos os credores a ele sujeitos, sem prejuízo das garantias, observado o disposto no § 1º do art. 50 desta Lei. § 1º. A decisão judicial que conceder a recuperação judicial constituirá título executivo judicial, nos termos do art. 584, inciso III, do caput da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. § 2º. Contra a decisão que conceder a recuperação judicial caberá agravo, que poderá ser interposto por qualquer credor e pelo Ministério Público."*** Não há qualquer referência às obrigações de terceiros, nem do coobrigado da recuperanda, que responde pela totalidade da dívida, esteja ou não a devedora garantida em recuperação judicial ou falida.

O Voto **DÁ PROVIMENTO** ao recurso e reforma a decisão agravada e determina o prosseguimento da Execução contra o devedor executado José Gerboni.

MAURY BOTTESINI
Relator

708

CONCLUSÃO

Em 21 de outubro de 2011 faço estes autos conclusos a Meritíssima Juíza de Direito da 2ª Vara Cível, Dra. Ana Maria Alonso Baldy.

Eu R (Veronica Regina Sampaio Rodrigues)
Escrevente, subscrevi.

Proc. 1152/09

Manifestem-se as partes e o administrador.

Após, dê-se vista ao M.P.

Int.

Sor., data supra.

ANA MARIA ALONSO BALDY
Juíza de Direito

DATA

Em 25/10/11 recebi estes autos em cartório.

Eu R, Escrevente, subscrevo.

REMETIDA EM 06 (CONTROLE DO CARTÓRIO) - V. 28/11

- 708
- () Despacho de fls. _____
 - () Sentença de fls. _____ preparo de fls. _____
 - () Retirar _____
 - () Certidão Oficial de Justiça fls. _____
 - () Providenciar _____
 - () Recolher diligência _____
 - () Ciência _____
 - () Outros _____



ADVOCACIA

MICHEL ROSSI E CARIANI

ADVOGADOS ASSOCIADOS



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOROCABA-SP

CARTÓRIO : 2º Ofício Cível
PROCESSO : nº 1152/2009
AÇÃO : RECUPERAÇÃO JUDICIAL
RECUPERANDA: GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA



123/10

18:32 28/10/2011 098199 TJ-SOROCABA-PROTOCOLO II

BANCO BRADESCO S/A, por seus advogados que esta subscrevem nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente perante V.Exa para requerer que os pagamentos destinados ao credor Banco Bradesco S/A concernentes ao Plano de Recuperação Judicial sejam efetivados através de depósito bancário junto à conta nº 317966-4 – agência 0152-0 – razão nº 07/09, cientificando-se o Administrador Judicial e a recuperanda.

É o que respeitosamente se requer.

Sorocaba, 28 de outubro de 2011.

Michel Chedid Rossi
OAB/SP 87.696

Silvio Carlos Cariani
OAB/SP 100.148

Alexandre Gamallo Duran
OAB/SP 168.725



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Fórum de Sorocaba
2ª. Vara Cível
Livro de Carga (Cível) -- (Advogado) nº 22

Carga nº: 7267625
Página nº 255

Impresso em 09/01/2012 16:20
Destino: JOSE CARLOS KALIL FILHO (65040-SP)
Responsável: JOSE CARLOS KALIL FILHO
Documento:
Endereço Residencial: (não informado)

Endereço Comercial: R DOUTOR BOULEVARD BRAGUINHA, / 32328252
Bairro : CENTRO CEP: 18010120 Município: Sorocaba - SP

[illegible]

Recebido por

09/01/2012
em

CERTIDÃO – JORNAL 1103

(Comunicado CG 998/2007)

Certifico e dou fé que o contido no quadro abaixo foi **disponibilizado** no Diário da Justiça Eletrônico, Caderno 4 – Judicial – 1ª instância – Interior, em **13 de janeiro de 2.012**. Considera-se data da publicação o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Sorocaba, 13 de janeiro de 2012.

(Escrevente Técnico Judiciário)

602.01 .2009.024980-2/000000-000 - nº ordem 1152/2009 - Recuperação Judicial - GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA X BANCO DO BRASIL S/A - V 28/11- fls. 708- Proc. 1152/09 Manifestem-se as partes e o administrador. Após, dê-se vista ao M.P. Int. - ADV JOSE DOMINGOS VALARELLI RABELLO OAB/SP 44429 - ADV ALEXANDRE MAGALHÃES RABELLO OAB/ SP 176713 - ADV SAMUEL ALVARES OAB/SP 289950 - ADV NEI CALDERON OAB/SP 114904 - ADV ÉDER GONÇALVES PEREIRA OAB/SP 257346 - ADV CARLOS AUGUSTO NASCIMENTO OAB/SP 98473 - ADV SILVIO CARLOS CARIANI OAB/ SP 100148 - ADV JOSE CARLOS KALIL FILHO OAB/SP 65040 - ADV MARCIA HOLLANDA RIBEIRO OAB/SP 63227 - ADV RODRIGO THOMAZ SCOTTI MUZZI OAB/SP 56557 - ADV RICARDO PENACHIN NETTO OAB/SP 31405 - ADV JORGE VICENTE LUZ OAB/SP 34204 - ADV MICHEL CHEDID ROSSI OAB/SP 87696 - ADV ROSÂNGELA SAYUMI HIRAKAWA OAB/ SP 172351 - ADV LUIS FERNANDO DE HOLLANDA OAB/SP 228123

712
[Handwritten signature]

[Handwritten mark]
Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de SOROCABA, SP.



Processo nº. 602.01.2009.024980-2

Ordem nº. 1152/2009

Recuperação Judicial

18:31 13/01/2012 003792 TJ-SOROCABA-PROTOCOLO II

GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA

LTDA, pessoa jurídica de direito privado devidamente constituída e já identificada nos autos do processo supramencionado, vem a presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus procuradores que ao final subscrevem, informar que concorda com todos os termos da petição protocolizada pelo Sr. Administrador Judicial no último dia 10 de janeiro do ano corrente.

Nesses termos,

P. Deferimento.

Sorocaba, 12 de janeiro de 2012.

[Handwritten signature of Samuel Alvares]
Samuel Alvares
OAB/SP 289.950

[Handwritten signature of José Domingos Valarelli Rabello]
José Domingos Valarelli Rabello
OAB/SP 44.429

2130

ILUSTRÍSSIMA SENHORA DIRETORA DO 2º OFÍCIO CÍVEL DA COMARCA DE SOROCABA

Processo nº de ordem 1152 / 2009

Seção: processual (\) administrativo ()

Samuel Alvarez
(Advogado ou Estagiário de Direito)

OAB/SP: 289950

Endereço: Rua 13 de Maio, 113 - 18 035-150

Telefone: 3232 2734

(assinatura do advogado)

Solicito a vista em Cartório, fora do balcão, por 01 (uma hora) ,
nos termos do **Provimento CG 04/2006**

Sorocaba, 17 de fevereiro de 2012.

Horário de entrega nos autos: 14:45 hs / Q.
(visto do Diretor ou do Escrevente)

Horário de Devolução dos autos: 15:50 hs / Q.
(visto do Diretor ou do Escrevente)

440

ILUSTRÍSSIMA SENHORA DIRETORA DO 2º OFÍCIO CÍVEL DA COMARCA DE SOROCABA

Processo nº de ordem 1152 / 09

Seção: processual () administrativo ()

S. Carlos ALVARES
(Advogado ou Estagiário de Direito)

OAB/SP: 289550

Endereço: 13 de maio, 113

Telefone: 31 31 2734


(assinatura do advogado)

Solicito a vista em Cartório, fora do balcão, por 01 (uma hora) ,
nos termos do **Provimento CG 04/2006**

Sorocaba, 17 de 01 de 2012.

Horário de entrega nos autos: 15:50 hs / 0
(visto do Diretor ou do Escrevente)

Horário de Devolução dos autos: 17:20 hs / A
(visto do Diretor ou do Escrevente)

2150

ILUSTRÍSSIMO SENHOR SUPERVISOR DE SERVIÇO DO OFÍCIO DA
COMARCA DE

Processo nº 11521/09

21 ANA DOCTA IOMITÃO
(Nome do Advogado ou Estagiário)

....., (X) Advogado(a) / () Estagiário(a), regularmente
inscrito(a) na Ordem dos Advogados do Brasil, sob nº 304.013, UF SP, com endereço
na 13 DE MAIO, 113, CENTRO, tel. (15) 3232-2434

vem requerer carga dos autos em tela, nos quais não possui procuração das partes, pelo prazo
máximo de 1 (uma) hora, nos termos do Provimento CGJ nº 20/2011, ciente das advertências
constantes dos itens 94-A.1, 94-A.2 e 94-A.3, das Normas da Corregedoria Geral da Justiça do
Estado de São Paulo.

SOLICITAÇÃO, 18.10.11
1 ANA DOCTA IOMITÃO

CERTIDÃO. Certifico e dou fé que estes autos foram retirados
com carga às 14:05 horas, e devolvidos 9
Eu,
Escrevente, matrícula 14.250, subscrevi e assino, nos
termos do item 94-A.2, das NSCGJ, e faço a juntada aos autos.



José Carlos Kalil Filho

OAB/SP 65.040 - CPF 751.745.538/91

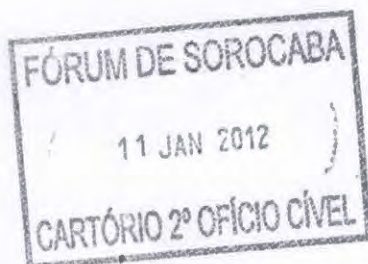
ADVOGADO

216 P

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 2ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOROCABA.

Caro

Proc. nº 602.01.2009.024980-2/000000-000
Nº de Ordem: 1152/2009
Recuperação Judicial



16:38 10/01/2012 002222 TJ-SOROCABA-PROTOCOLO II

JOSÉ CARLOS KALIL FILHO,
Administrador Judicial, nos autos da RECUPERAÇÃO JUDICIAL de
“**GERBO ENGENHARIA & MANUFATURA LTDA.**”, em trâmite por
esse MM. Juízo e respectivo Cartório, vem respeitosamente perante V. Exa.,
nos autos principais da recuperação, em atenção ao R. Despacho de fls.
708, expor e requerer o seguinte:

Peticona o credor Itau Unibanco S/A. às
fls. 698/707, reiterando seu pedido de fls. 658/662, alegando que seu crédito
que seria de R\$ 2.089.861,00 e por estar garantido por Cessões Fiduciárias
emitidas pela Devedora e seus avalistas, as quais foram executadas no valor
de R\$ 1.925.870,06.

Primeiramente não restou demonstrado
pelo Credor que seu crédito seria “com garantia real” visto que o
Administrador Judicial em manifestação de fls. 693/695 demonstrou a
inexistência de credores com garantia real no Rol apresentado pela
devedora.

Também, embora já requerido pelo
Administrador Judicial (fls. 693/695), o credor não juntou aos autos cópia do
contrato que comprove que o CDB cuja cópia fora juntada às. 660, foi dado
em alienação fiduciária para que fosse possível a apropriação daquele
numerário.

Por sua vez, o Credor ao comparecer na
Assembléia Geral de Credores realizada em 13/09/2010 para apreciação e



José Carlos Kalil Filho

OAB/SP 65.040 - CPF 751.745.538/91
ADVOGADO

417/5

votação do plano de recuperação judicial e ao votar na mesma como credor quirografário, concordou com o crédito, até porque nenhuma impugnação fora feita a respeito.

Consequentemente o credor não pode apropriar-se ao bel prazer, do numerário no valor de R\$ 245.652,00 referente ao Certificado de Depósito Bancário juntados às fls. 660.

Destaque-se que a discussão aqui é tão somente em relação ao CDB de fls. 660 emitido pela Recuperanda. Quanto aos demais CDBs emitidos pelos devedores solidários, esta questão deve ser discutida no processo próprio, visto que tais devedores solidários não são beneficiados ou sofrem os efeitos da Recuperação Judicial.

Com isso resta claro que não existem créditos que possibilitem ao Itau Unibanco optar por executar as alegadas garantias. Cabe ainda ressaltar que nos V. Acórdãos juntados às fls. 701/704 e 705/707, referem-se exclusivamente a possibilidade do credor continuar a executar os devedores solidários da empresa em recuperação judicial. Em momento algum os referidos acórdãos destacam a possibilidade do credor apropriar-se de numerário em detrimento dos demais credores.

Diante do exposto, ratificamos nossa posição de fls. 693/695 requerendo que seja determinado ao Credor que efetue o depósito referente ao CBD (acrescido dos respectivos juros e encargos até a data do depósito) cuja cópia fora juntada às fls. 660, sob disposição desta R. Juízo, ou seja, o depósito seja efetuado em conformidade com a disposição do Juízo da Recuperação que dará ao mesmo o seu destino.

Termos em que,
P. Deferimento
SOROCABA, 10 de janeiro de 2012.

JOSÉ CARLOS KALIL FILHO
Administrador Judicial
OAB/SP 65.040

VISTA

Em _____ de 31 JAN 2012 de 20 _____
faço estas cotações com vista ao Dr. Promotor de Justiça
Eu, _____
P.

Proc. nº 024.980-2/2009 – 2ª. Vara

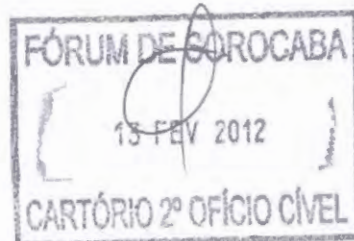
MM.JUIZA:

Pela ordem, sobre o tanto quanto exposto pelo Sr. Administrador Judicial às fls. 716/717, aguarda-se manifestação da recuperanda, intimando-se para tanto.

Sorocaba, 10 de fevereiro de 2012.

ALICE SATIKO KUBO ARAÚJO

1ª Promotora de Justiça de Sorocaba




419
P

JUNTADA

Em 16 de 02 de 2012, junto a estes autos:

- ☐ o(s) mandado(s) devolvido(s)
- ☐ o(s) ofício(s)
- ☐ o(s) A.R.(s)
- ☒ a(s) petição(ões)
- ☐ a(s) carta(s) precatória(s)
- ☐ a(s) guia(s) de levantamento
- ☐ , que segue(m)

Eu,  (Alcirlene B. Proença), Escrevente o subscrevi e assino.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE SOROCABA – SP.



NP 03/02

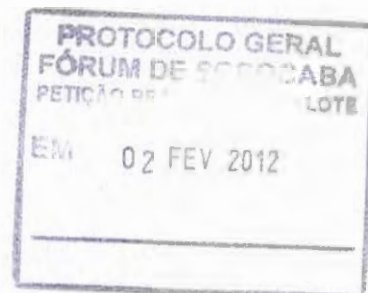
PROCESSO Nº: 602.01.2009.024980-2

Nº DE ORDEM: 1152/2009

BANCO DO BRASIL S.A, por seu advogado que esta subscreve, nos autos da **RECUPERAÇÃO JUDICIAL** promovida por **GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA**, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em atenção ao r. despacho de fls, requerer a concessão de prazo suplementar de 15 (quinze) dias, a fim de que possa manifestar-se nos autos, com vista ao regular andamento do feito.

Termos em que,
Pede Deferimento.
São Paulo, 17 de Janeiro de 2012.

NEI CALDERON
OAB/SP 114.904

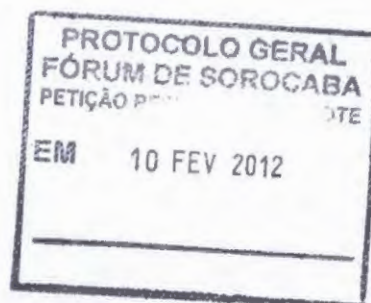


13.571-3.147-FUB/AC/IR-17-Jan-2012-17:02-10829-1/2

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE SOROCABA – SP



M.P.
2/2

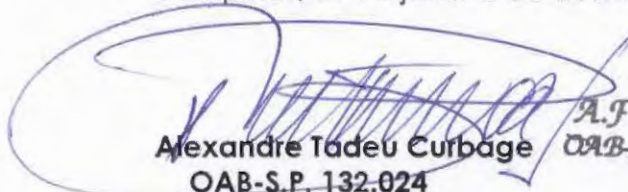


PROCESSO nº 602.01.2009.024980-2
ORDEM nº 1152/2009
RECUPERAÇÃO JUDICIAL

BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A,
(sucessor do Banco A.B.N AMRO REAL S/A e do Banco Banespa S/A), com sede
na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno, nº 474,
devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 90.400.888/0001-42, por seu advogado,
que esta subscreve, vem à presença de V. Exa., respeitosamente e com o
acatamento devido, na qualidade de credor da empresa **GERBO
ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA**, requerer a juntada do incluso instrumento
de procuração nos autos da Recuperação Judicial supracitada.

Outrossim, requer que todas as
publicações sejam feitas exclusivamente em nome de **Alexandre Tadeu
Curbage OAB/SP 132.024**, sob pena de nulidade dos atos processuais.

Termos em que
Pede deferimento.
Campinas, 02 de janeiro de 2012.


Alexandre Tadeu Curbage
OAB-S.P. 132.024

A.F. Berroca
OAB-SP 48.596



12º TABELIÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃO HOMERO SANTI

CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS
AL SANTOS, 1470
Valter Baratti
Substituto Tabelião



NOTARIAL

Proc.0164/11

Livro 2855 - fls. 247

Procuração bastante que fazem: **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.** e outras

S A I B A M quantos este público instrumento de procuração bastante virem que aos cinco (05) dias do mês de abril do ano de dois mil e onze (2.011), nesta Cidade e Capital do Estado de São Paulo, no Cartório do 12º Tabelião de Notas, situado nesta Capital, na Alameda Santos, 1470, perante mim, Valter Baratti Junior, escrevente notarial, compareceram como **OUTORGANTES: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.** (atual denominação social do Banco Santander S.A., sucessor por incorporação do Banco ABN AMRO Real S.A., cujo processo encontra-se em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil) com Sede nesta Capital, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nºs. 2.041 e 2.235, inscrito no CNPJ sob nº 90.400.888/0001-42 no registro de empresas NIRE nº 35300332067, com sua consolidação estatutária realizada na Assembleia Geral Extraordinária de 31.08.2009, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob nº 406.023/09-8, em sessão de 19.10.2009, e última alteração datada de 27.04.2010 registrada na mesma Junta sob nº 249.103/10-2, neste ato representado conforme o artigo 23, § 1º do referido Estatuto, por seus Diretores **CARLOS ALBERTO LÓPEZ GALÁN**, espanhol, casado, economista, titular da Cédula de Identidade para Estrangeiros, RNE nº V156697-R e inscrito no CPF/MF sob nº 212.825.888-00 e **FERNANDO BYINGTON EGYDIO MARTINS**, brasileiro, casado, administrador de empresas, titular da Cédula de Identidade, R.G. nº 6.382.097-3- SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 007.302.838-01, com endereço comercial na sede do Outorgante e eleição confirmada na pela Ata da Reunião do Conselho de Administração de 28.04/2010, devidamente registrada na JUCESP sob nº 264.410/10-5, em sessão de 29.07.2010, os quais declaram, sob as penas da lei, que se mantém nessa qualidade, com os mesmos poderes elencados no instrumento contratual supra citado, sendo que um cópia dos mesmos fica arquivada nestas notas em pasta própria nº 936, fls. 105/112; **BANCO ABN AMRO REAL S.A.** (em fase de incorporação desde 30 de abril de 2009, pelo Banco Santander (Brasil) S.A., cujo processo encontra-se em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil, sucessor por incorporação do Banco Real S.A.), com Sede nesta Capital, na Avenida Paulista nº 1.374 - 3º andar, inscrito no CNPJ sob nº 33.066.408/0001-15 e no registro de empresas NIRE 35300137477, com sua última consolidação estatutária realizada na Assembleia Geral Extraordinária de 22.10.2008, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob nº 63.673/09-



ALAMEDA SANTOS, 1470 - BELA VISTA
SÃO PAULO SP CEP: 01418-100
FONE: (11) 3646-7733 FAX: (11) 3136-3525

Data: 22/7/2011
Pag.: 1/8

1º Registro de Títulos e Documentos de Maceió - Al
Apresentado hoje, Protocolado e Registrado sob nº 3903439
(Registro de documento eletrônico, N.P. 2.200/01 e Art. 127 - VII da Lei nº 6015/73)

12º TABELÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELÃO HOMERO SANTI

CARTÓRIO DO 12º TABELÃO DE NOTAS
AL SANTOS, 1470
Valter Baratti
Substituto Tabelião

penas da lei, que se mantém nessa qualidade, com os mesmos poderes elencados no instrumento contratual supra citado, sendo que um cópia dos mesmos fica arquivada nestas notas na pasta 920, fls. 004/012;

SANTANDER LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL (atual denominação social da Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, anteriormente denominada Sudameris Arrendamento Mercantil S.A., sucessora por incorporação da ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A. – CNPJ 47.193.149/0001-06 e da Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A. – CNPJ 00.589.171/0001-06, cujo processo encontra-se em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil), com Sede em Barueri, neste Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia nº 731, Pavimento Superior, Parte A, Barueri, inscrita no CNPJ sob nº 47.193.149/0001-06, com seu Estatuto Social consolidado em 03.10.2006, arquivado na JUCESP sob nº 318.553/06-5, e última alteração datada de 15.06.2009, arquivada na mesma Junta sob nº 303.813.09-0, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seus Diretores, **CARLOS ALBERTO LÓPEZ GALÁN** e **FERNANDO BYINGTON EGYDIO MARTINS**, ambos supra qualificados, com eleição confirmada na Ata de Reunião do Conselho de Administração de 12.02.2010, devidamente registrada na JUCESP sob nº 139.796/10-1, em sessão de 26.04.2010, os quais declaram, sob as penas da lei, que se mantém nessa qualidade, com os mesmos poderes elencados no instrumento contratual supra citado, sendo que um cópia dos mesmos fica arquivada nestas notas na pasta 913, fls. 030/033; e **SANTANDER S.A. SERVICOS TÉCNICOS, ADMINISTRATIVOS E DE CORRETAGEM DE SEGUROS**, com Sede nesta Capital na Rua Amador Bueno nº 474, inscrito no CNPJ sob nº 52.312.907/0001-90 no registro de empresas NIRE nº 35300049934, com sua consolidação estatutária realizada nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 25.04.2008, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob nº 165.895/08-1 e sob nº 203.806/08-6 e última alteração registrada na mesma Junta sob nº 319.354/08-8 e nº 355.577/08-2, neste ato, representada conforme o artigo 13, Parágrafo Único do referido Estatuto, por seus Diretores **REGINALDO ANTONIO RIBEIRO**, brasileiro, separado judicialmente, economista, titular da Cédula de Identidade, R.G. nº 18.108.147-7-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 091.440.778-31 e **JOSÉ CARLOS DE PAULA**, brasileiro, casado, bancário, titular da Cédula de Identidade, R.G. nº 04.920.263-3-IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob nº 663.973.407-91, com eleição confirmada na pela Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 27.04.2010, devidamente registrada na mesma Junta sob nº 240.495/10-0, em sessão de 08.07.2010, os quais declaram, sob as penas da lei, que se mantém nessa qualidade, com os mesmos poderes elencados no instrumento contratual supra citado, sendo que um cópia dos mesmos fica arquivada nestas notas em pasta



10422602534910 000262227-9

1º 042713 010227

ALAMEDA SANTOS 1470 - 11ª VISTA
SÃO PAULO SP CEP 01418-100
FONE 11-35496277 FAX 11-32846362

Data: 22/7/2011
Pag.: 3/8

1º Registro de Títulos e Documentos de Maciód - Maciód - AL
Apresentado hoje, Protocolado e Registrado sob nº 3505439
(Registro de documento eletrônico, N.P. 2.200/01 e ART. 127 - VII da Lei nº 6015/73)

12º TABELÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELÃO HOMERO SANTI

CARTÓRIO DO 12º TABELÃO DE NOTAS
AL. SANTOS, 1470
Válter Baratti
Substituto Tabelião



REC. 5. 3. 2. 0. 1. 1

324

GOMES FRALLONARDO, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 217.015 e no CPF/MF sob o nº 286.479.438-13; **FABIANA TARELHO BRACCO**, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 254.280 e no CPF/MF sob o nº 218.672.138-42; **FABIANO GONÇALVES PEDROSA DA SILVA**, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o nº 267.975 e no CPF/MF sob o nº 319.054.308-92; **FABIANO SOUZA DA CRUZ**, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o nº 242.988 e no CPF/MF sob o nº 291.385.988-76; **FERNANDA BALDOINO DE MENEZES YAMAMOTO**, casada, inscrita na OAB/SP sob o nº 177.033 e no CPF/MF sob o nº 084.719.008-07; **FERNANDA HIRAICHI**, casada, inscrita na OAB/SP sob o nº 233.513 e no CPF/MF sob o nº 221.542.408-79; **FERNANDA MUNFORTE NEVES**, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 272.659 e no CPF/MF sob o nº 307.820.148-10; **IERKA NOGUEIRA DA SILVA**, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 293.412 e no CPF/MF sob o nº 220.612.378-94; **ISABEL FERNANDA SILVA PEREZ**, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 201.582 e no CPF/MF sob o nº 266.983.438-89; **JANICE DE SÁ GARAY**, casada, inscrita na OAB/SP sob o nº 266.279 e no CPF/MF sob o nº 764.632.220-20; **JOSÉ OSVALDO BARARDI JÚNIOR**, casado, inscrito na OAB/SP sob o nº 270.613 e no CPF/MF sob o nº 178.324.648-01; **JULIANA ROCCO DE OLIVEIRA**, casada, inscrita na OAB/SP sob o nº 230.465 e no CPF/MF sob o nº 291.116.898-46; **KAREN HELFSTEIN LOPES**, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 257.418 e no CPF/MF sob o nº 226.538.148-97; **LEANDRO NEVES KELLNER**, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o nº 299.919 e no CPF/MF sob o nº 362.046.568-13; **MARIA APARECIDA MOZART DA SILVA**, casada, inscrita na OAB/SP sob o nº 133.334 e no CPF/MF sob o nº 052.658.698-24; **MARIA EUNICE GONZALEZ BRUDER ALBERTI**, separada judicialmente, inscrita na OAB/SP sob o nº 105.751 e no CPF/MF sob o nº 033.429.638-24; **MAGDA MARIA LEMOS MESTRINEL**, casada, inscrita na OAB/SP sob o nº 200.670 e no CPF/MF sob o nº 936.721.288-72; **MARCELO GOMES CEGANTINI**, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o nº 258.527 e no CPF/MF sob o nº 293.874.578-85; **MÁRCIA MARRANO SERAFIM**, casada, inscrita na OAB/SP sob o nº 225.484 e no CPF/MF sob o nº 279.070.028-18; **MARCOS LUIS GUEDES**, casado, inscrito na OAB/SP sob o nº 144.789 e no CPF/MF sob o nº 091.706.548-40; **MONICA LOBATO DE OLIVEIRA LIMA**, casada, inscrita na OAB/SP sob o nº 283.931 e no CPF/MF sob o nº 338.030.008-07; **MONIQUE DE SOUSA MARTINS**, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 294.318 e no CPF/MF sob o nº 322.503.388-09; **RENATA AKEMI PACHECO FERREIRA**, casada, inscrita na OAB/SP sob o nº 222.373 e no CPF/MF sob o nº 277.720.618-03; **RENATA MIZIES DE BARROS**, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 217.384 e no CPF/MF sob o nº 270.069.748-01; **RICARDO EROSTATI**, casado, inscrito na OAB/SP sob o nº 260.865 e no CPF/MF sob o nº 172.982.368-81; **ROBERTA OLIVEIRA FARIA**, casada, inscrita na OAB/SP



10422602584910 000262228-7

ALAMEDA SANTOS 1470 - 1ª FL. A VISTA
SÃO PAULO SP CEP 01418-100
FONE 11.35496277 FAX 11.32846362

Data: 22/7/2011
Pag.: 5/8
1º Registro de Títulos e Documentos de Macaé - Macaé - AL
Apresentado hoje, protocolado, registrado sob nº 3605439
(Registro de documento eletrônico, M.P. 2.200/01 e Art. 127 - VII da Lei nº 6015/73)



12º TABELÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELÃO HOMERO SANTI



125

enfim praticar os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.- E de como assim o disse, dou fê, pediu-me e lhe lavrei este instrumento de procuração, que lhe sendo lido, aceitou, outorgou e assinam.- Eu, Valter Baratti Junior, escrevente notarial, a lavrei.- Eu, Valter Baratti, escrevente autorizado substituto do tabelião, a subscrevo (a.a.) =/= CARLOS ALBERTO LÓPEZ GALÁN =/= FERNANDO BYINGTON EGYDIO MARTINS =/= JOSÉ DE MENEZES BERENGUER NETO =/= LUCIANE RIBEIRO =/= REGINALDO ANTONIO RIBEIRO =/= JOSÉ CARLOS DE PAULA =/= Nada mais.- Traslada na mesma data.- Eu, Valter Baratti, escrevente autorizado, a subscrevo em público e raso, portando por fé que o presente traslado é cópia fiel do original lavrado nestas notas.-

Valor cobrado pelo ato	
Emolumentos	R\$ 24,84
Sec. Fazenda	R\$ 7,06
Ipesp	R\$ 5,23
Reg. Civil	R\$ 1,31
Trib. Justiça	R\$ 1,31
Sta. Casa	R\$ 0,25
Total	R\$ 40,00
Recibo	

Em testemunho da verdade

CARTÓRIO DO 12º TABELÃO DE NOTAS
AL SANTOS, 1473
Valter Baratti
Substituto Tabelião

Data: 22/7/2011
Pág.: 7/8

1º Registro de Títulos e Documentos de Matéria - Matéria - AL
Apresentado hoje, Protocolado e Registrado no nº 3604/89
(Registro de documento eletrônico, N.P. 2.200/01 e Art. 127 - VII da Lei nº 6015/73)



10422602944910 000262229-5

P 03427 P 010229

ALAMEDA SANTOS 1473 - PTA VISTA
SÃO PAULO SP CEP 01418-100
FONE 11 35496277 FAX 11 32045362

9º TABELIÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃO PAULO ROBERTO FERNANDES



Livro - 9599

Folhas - 381

Emissão: 31/08/2011

Escritório: BERROCA E CURBAGE ADVOCACIA

SUBSTABELECIMENTO PARCIAL DE MANDATO BASTANTE QUE FAZEM: FABIANA GOMES
FRALLONARDO e MAGDA MARIA LEMOS MESTRINEL.

1º TRASLADO

SAIBAM quantos este público instrumento de substabelecimento parcial de mandato bastante virem que, aos TRINTA E UM (31) do mês de AGOSTO do ano de DOIS MIL E ONZE (2011), nesta Cidade e Comarca da Capital do Estado de São Paulo, perante mim Escrevente Autorizado do 9º Tabelião de Notas, compareceram como SUBSTABELECENTES: FABIANA GOMES FRALLONARDO, brasileira, solteira, maior, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 217.015, e no CPF/MF sob nº 286.479.438-13; e MAGDA MARIA LEMOS MESTRINEL, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 200.670, e no CPF/MF sob nº 936.721.288-72, ambas com endereço comercial nesta Capital, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek nº 2041 e 2235, Vila Olímpia; Os presentes, que se identificaram através dos documentos supra mencionados, ora exibidos, e do que dou fé. E, pelos referidos substabelecimentos, me foi dito que, por este público instrumento e na melhor forma de direito, vinham SUBSTABELECER PARCIALMENTE, como de fato e na verdade SUBSTABELECIDA PARCIALMENTE ficam, com reserva de iguais para si, nas pessoas de: Alexandre Tadeu Curbage, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 132.024 e no CPF sob nº 051.135.318-98, Antonio Felipe Berroca, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 48.596 e no CPF sob nº 610.492.988-53, Regina Celia Spreafico Curbage, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 243.056 e no CPF sob nº 076.154.208-33, Silvio Eduardo Eckmann Helene, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 154.656 e no CPF sob nº 171.967.338-19, integrantes do escritório BERROCA E

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO.



10202602349541.000730721-2

RUA MARCONI 124 - 6º ANDAR - CENTRO
SÃO PAULO SP CEP 01047-000
FONE: 11-21746860 FAX: 11-21746881

Data: 5/9/2011
Pág.: 1/5

1º registro de títulos e documentos de inteiro e não inteiro - N.º 403.0091 - AL
Apresentado por: Tabelião de Notas e Registrado sob nº 403.0091 - AL
(registro de documento eletrônico, N.º P. 2.200/01 e Art. 127 - VII da Lei nº 6015/73)

9º TABELIÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃO PAULO ROBERTO FERNANDES



dou fé. Eu, _____ Tabelião Substituto, a conferi, subscrevo e assino
em público e lido.

EM TESTE _____ DA VERDADE

RICARDO LEANDRO FERNANDES
TABELIÃO SUBSTITUTO

Emon.....R\$ 88,75
Estado.....R\$ 25,22
Ipesp.....R\$ 18,68
Reg.C.....R\$ 4,67
Trib.J.....R\$ 4,67
Sta.C.....R\$ 0,89
Total.....R\$ 142,88
Verba 167/2011
Em 01/09/2011

9º TABELIÃO DE NOTAS
Bel. PAULO ROBERTO FERNANDES TABELIÃO
Ricardo Leandro Fernandes
Tabelião Substituto
Rua Marconi nº 124 - 1º ao 6º andares
República - São Paulo-SP

9.º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL - SP
Rua Marconi, nº 124, 1º ao 6º andar - CEP 01047-000 - Centro - São Paulo, Capital
PABX/FAX: (11) 3258-2511 - Paulo Roberto Fernandes - Tabelião

Reconheço a(s) si firma(s) sem valor econômico por semelhança de
RICARDO LEANDRO FERNANDES, do que dou fé

São Paulo/Capital, 01 de Setembro de 2011. Valor Recebido R\$ 3,50
Em teste de verdade MARCELO CAMPOS DOS SANTOS - Escr. aut.
"Valido perante os atos de autenticidade" Salvo pagos por "verba"
1103846 R-034777



Data: 5/9/2011
Pág.: 3/5

1º Registro de Títulos e Documentos de Matrícula - Matrícula - AL
Apresentado hoje, Protocolado e Registrado nº 4030091
(Registro de documento eletrônico, N.P. 2.200/01 e Art. 127 - VII da Lei nº 6015/73)



P 03846 R 034777

RUA MARCONI 124 - 6º ANDAR - CENTRO
SÃO PAULO SP CEP 01047-000
FONE: 11-21746860 FAX: 11-21746881

1º Registro de Títulos e Documentos de Maceió
R.Tiburcio Valeriano, 101 - Centro
Maceió/AL

Oficial Luiz Paes Fonseca de Machado

Hash do Documento: 9FD65F3F775B51D04702B48C2F75484ED00B32BA
Algoritmo: SHA-1

Assinatura digital do documento assinado:

MIGmBgkrBGEAYI3WA0ggZgwGZUGCisGAQBgjdYAWgggYwGYMCAWIAAQICZgIC
AgCABaj6LJSG94dNCAQQtVcfyzhecrvk1mIXxSpIVWRYGpZSRbMU/WbAGNY8qnhV
rRJEKdRRZC2CJqQwGbyM0c2+CSK2HW4lF53eomMTa9Zv8Ra3cka0Z0dJQ13oLVNS
wRmOI9xazwi0xtEsbSz6PRp9/0pHpeDLW==

Certificado Digital:

Autor: ANA PAULA DE MENDONCA:00098194445
Número Serial: 6F408F81D98845A4FDCA6B4DE52AEC10
Thumbprint: 4D071883F895B6A5FF0E24F7BE85F024A448D5F5
Validade Inicial: 18/03/2009 21:00:00
Validade Final: 17/03/2012 20:59:59
Versão: 3
Algoritmo: RSA
Emissor: AC FENACON Certisign RFB G2
Organização: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
País: BR
Unidade: ICP-Brasil



Assinado digitalmente por
ANA PAULA DE MENDONCA:00098194445



Selos e taxas recolhidos por verba

Para verificar a validade deste documento, acesse <http://valida.rtfaletronico.com.br/>, e digite as informações abaixo:
ID: 232230 Hash: 9FD65F3F775B51D04702B48C2F75484ED00B32BA

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reserva de iguais, aos advogados e estagiários:

1. **Aline Priscila Pedrinho Sawazaki - OAB/SP sob n.º 254.490;**
2. **Vivian Giselli Alexandre Reis - OAB/SP sob o n.º 282.423;**
3. **Flávia Rodrigues da Silva - OAB/SP sob o n.º 297.200;**
4. **Rafael Lauandos Cavalcante - OAB/SP sob o n.º 304.579;**
5. **Émerson de Souza - OAB/SP sob o n.º 176.857-E;**
6. **Patrícia Kelly dos Santos – OAB/SP sob o n.º 178.458-E;**
7. **Antonio Evaldo da Silva - OAB/SP sob o n.º 184.601-E.**

Todos com escritório na avenida Dr. Heitor Penteado, n.º. 837, bairro Parque Taquaral, na cidade de Campinas / S.P, os poderes que me foram outorgados pelo **Banco Santander (Brasil) S.A.**, na procuração em anexo.

Campinas, 21 de novembro de 2011.

Alexandre Tadeu Curbage

OAB-SP n.º132.024



Internet Banking

GARE DR > Comprovante

BERROCA & CURBAGE ADVOCACIA

Agência: 0719

Conta Corrente: 13-000494-8

1ª VIA

Guia de Arrecadação Estadual Demais Receitas - GARE DR		01- UF Favorecida:	São Paulo
		02- Data de Vencimento:	20/01/2012
		03- Código da Receita:	304-9
		04- Inscrição Estadual ou Cód. Município:	
		05- CPF ou CNPJ:	90.400.888/0001-42
15- Nome ou Razão Social: BANCO SANTANDER BRASIL SA		06- Inscr. na Dívida Ativa ou N° da Etiqueta:	
16- Endereço:		07- Referência:(mmaaaa)	
Município:	UF:	17- Telefone:	08- N° AIIM:
	SP		
18- Tributo/Receita:	19- CNAE:	09- Valor da Receita: (Nominal ou Corrigida)	24,88
	20- Placa do Veículo:	10- Juros de Mora:	
21- Observações: GERBO ENG E MANUFATURA LTDA Limite Máximo de 250 Caracteres		11- Multa de Mora ou Multa por Infração:	
		12-	
		13- Honorários Advocaticios:	
		14- Valor Total:	24,88
22- N° de Controle: 96A643766267B34A348B62C		23- Data do Pagamento:	20/01/2012
		24- Banco:	033

GARE recolhida através do Internet Banking conforme portaria CAT nº 98 de 04/12/1997, processo nº 794/97. Este documento é válido como comprovante de pagamento, portanto, deverá ser guardado e apresentado junto à Secretaria da Fazenda quando solicitado. Transação exclusiva para pagamento da Guia de Recolhimento de GARE DR. Serviço Integrado Santander.

Data/Hora da Transação: 20/01/2012 - 10:18 h
Autenticação Bancária: 96A643766267B34A348B62C

Autenticação Digital: RR6HURMJ R338HX3H 00000LF3 HR001PJP
C3VK430G 2N5PNXKC DR97TMVP KYZ787DL

Superlinha 4004-3535 (Capitais e Regiões Metropolitanas)
0800-702-3535 (Demais Localidades)

SAC 0800-762-7777
Ouvidoria 0800-726-0322

imprimir

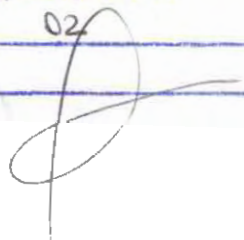
23)
2

CERTIDÃO

Certifico e sou fé que procede às devidas anotações
conforme despacho de fls.

Em 16 de 02 de 2012

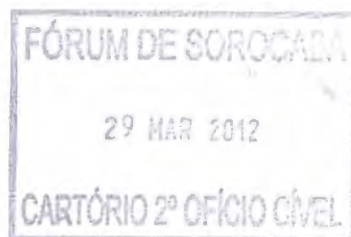
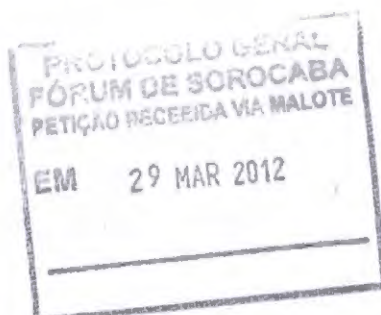
Eu, _____ Escr. Subser



16/02/2012

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE SOROCABA - SP

432



PROCESSO Nº 602.01.2009.024980-6
Nº DE ORDEM: 1152/2009

BANCO DO BRASIL S.A., por seu advogado que esta
subscrive, nos autos da **AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL -
IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO**, que move em face de **GERBO ENGENHARIA E
MANUFATURA LTDA**, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência,
em atendimento ao referido despacho de fls., requerer a juntada da guia de
recolhimento (GARE-DR), na importância de R\$4.534,14 (quatro mil, quinhentos e
trinta e quatro reais e quatorze centavos), para fins de direito.

Termos em que,
Pede Deferimento.
São Paulo, 22 de março de 2012.

NEI CALDERON
OAB/SP 114.904

13.591-3.147-714B/AC/77-22-4-2012-17406-10240-2/2



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA

GUIA DE ARRECAÇÃO ESTADUAL
- DE MAIS RECEITAS -

GARE

01 - MICROFILME (NÃO PREENCHER)

DR

2

02		DATA DE VENCIMENTO		22/03/2012	
15		CONTRIBUINTE		03	
		Banco do Brasil S.A.		CÓDIGO DA RECEITA	
				230-6	
16		ENDEREÇO		04	
		Av. Antonio Carlos Comitre, 1368. Campolim		INSCRIÇÃO ESTADUAL	
MUNICÍPIO		UF	17	TELEFONE	
Sorocaba		SP		15 - 33316417	
18		TRIBUTOS/RECEITA		05	
		Custas Judiciais pertencentes ao Estado (atos judiciais)		CNPJ ou CPF	
				00000000475114	
				06	
				INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA ou Nº. DA ETIQUETA	
				07	
				REFERÊNCIA (mês/ano)	
21		OBSERVAÇÕES		08	
		PROCESSO Nº 602.01.2009.024980-6		Nº. AIM ou Nº. DI ou Nº. PARCELAMENTO	
		Nº DE ORDEM: 1152/2009		09	
		BANCO DO BRASIL S/A X GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA		VALOR DA RECEITA (Nominal ou Corrigida)	
		2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOROCABA-SP		4.534,14	
		RECUPERAÇÃO JUDICIAL - IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO.		10	
		BBJUR: 2010/0026146		JUROS DE MORA	
		DEPENDÊNCIA: 2414		11	
		RECOLHIMENTO DE CUSTAS INICIAIS.		MULTA DE MORA ou MULTA POR INFRAÇÃO (Nominal ou Corrigida)	
				12	
				ACRÉSCIMO FINANCEIRO	
22		AUTENTICAÇÃO MECÂNICA		13	
				HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	
				14	
				VALOR TOTAL	
				4.534,14	

Portaria CAT Nº 27/95

334

735
~~735~~

CERTIDÃO

Atesta-se que nos fls. 712 a
autora manifestou-se sobre a
petição do administrador (fls. 716/717)

Em 11 de 04 = 12


2

736
[assinatura]

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de SOROCABA, SP.

Processo nº. 602.01.2009.024980-2

Ordem nº. 1152/2009

Recuperação Judicial.



GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA

LTDA, pessoa jurídica de direito privado devidamente constituída e já identificada nos autos do processo supramencionado, vem à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus procuradores que ao final subscrevem, requerer a juntada dos inclusos documentos, comprovando a quitação dos débitos trabalhistas mencionados na presente recuperação judicial, destacando que atualmente os autos se encontram conclusos para a devida extinção.

Diante disto a peticionária requer seja dada vista de referidos documentos ao Sr. Administrador Judicial, a fim de que este adote as providências cabíveis.


Nesses termos,

P. Deferimento.

Sorocaba, 24 de abril de 2012.


Samuel Alvares

OAB/SP 289.950


José Domingos Valarelli Rabello

OAB/SP 44.429

TJSP SCB-24-abr-2012-18:25-39091-2/2



SINDICATO DOS METALÚRGICOS

SOROCABA E REGIÃO

Sede: Rua Júlio Hanser, 140 - Lageado - CEP 18031-320 - Sorocaba-SP - Fone (15) 3334-5400
www.smetal.org.br

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA MM. 4ª VARA DO
TRABALHO DE SOROCABA/SP.**

Processo nº 50500-07.2006.5.15.0135

CARLOS HENRIQUE MARTINS, já qualificado nos autos do processo em epígrafe no qual contende com **GERBÔ ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA.**, vem, perante V. Exª, através da advogada infra-assinada, requerer a juntada de acordo entabulado entre as partes nos autos do processo 0062000-07.2005.5.15.0135, o qual abrange também o objeto deste feito.

Termos em que,
e. deferimento.

Sorocaba, 17 de Junho de 2010.


ÉRIKA MENDES DE OLIVEIRA
OAB/SP 165.450

TRT 15ª - FT - SINDICATO - 24-Jun-2010-14:28-051951

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA QUARTA VARA DO
TRABALHO DE SOROCABA, SP.
PROCESSO: 0050500-07.2006.5.15.0135

**GERBÔ ENGENHARIA E MANUFATURA
LTDA.**, por seus advogados infra-assinados, nos autos da Reclamação
Trabalhista que lhe promove **CARLOS HENRIQUE MARTINS**, vem,
respeitosamente à presença de Vossa Excelência, informar e requerer o quanto
segue.


O MM. Juízo proferiu o despacho de fl. 579
induzido em erro, uma vez que não há que se falar em execução de multa de
100% (cem por cento) sobre os recolhimentos do FGTS, tendo em vista que foi
celebrado acordo entre as partes em 1.6.2010 para quitação geral desse
processo, bem como do processo 0062000-07.2005.5.15.0135.

Cumpra esclarecer que em 24.6.2010, fl.
574, o reclamante peticionou requerendo a juntada do acordo entabulado entre as
partes nos autos do processo 0062000-07.2005.5.15.0135, o qual abrange
também o objeto deste feito. Entretanto, por um lapso, a petição juntada não era
do referido acordo, mas sim uma petição datada de 19.3.2010, fls. 575/578,
protocolo 023334, ou seja, anterior ao acordo celebrado.

José Domingos Valarelli Rabello • Alexandre Magalhães Rabello • Adriano Cleto

Rua Treze de Maio, 113 • Centro • CEP 18035-150 • Sorocaba • SP

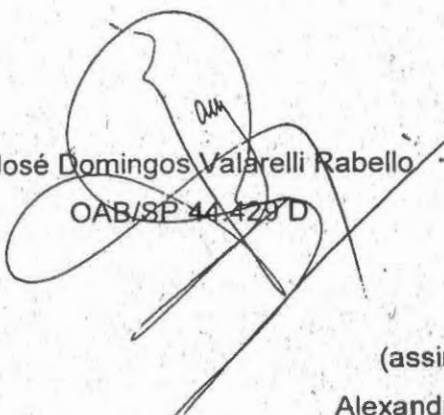
Tel: +55 (15) 3232-2734 • rabello@rabelloadvogados.com.br • www.rabelloadvogados.com.br

58
739


Diante disso, a reclamada requer a juntada aos autos da inclusa petição de acordo, protocolo 048299, e ainda a revogação do mandado expedido para execução da multa de FGTS, bem como o mandado de indisponibilização e avaliação de nº 188/2010, fl. 573, tendo em vista o acordo celebrado.

Termos em que,
pede deferimento.

Sorocaba, 15 de julho de 2010.


José Domingos Valarelli Rabello
OAB/SP 44.429 D

Adriano Cleto
OAB/SP 172.843 D

(assinado digitalmente)
Alexandre Magalhães Rabello
OAB/SP 176.713 D

Este documento foi assinado digitalmente através do Sistema EDOC da
Justiça do Trabalho, com as seguintes informações:

Nome: ALEXANDRE MAGALHAES RABELLO

CPF: 28206907858

Número de protocolo: 1939845

Número do processo: 0050500-07.2006.5.15.0135

Esta tarja não vale como recibo.

740
my



SINDICATO DOS METALÚRGICOS

SOROCABA E REGIÃO

Sede: Rua Júlio Hanser, 140 - Lageado - CEP 18031-320 - Sorocaba-SP - Fone (15) 3334-5400
www.smetal.org.br

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA MM. 4ª VARA DO
TRABALHO DE SOROCABA/SP.**

Processo nº 0062000-07.2005.5.15.0135

CARLOS HENRIQUE MARTINS, reclamante, e **GERBÔ ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA.**, reclamada, vêm, perante V. Exª, através dos advogados infra-assinados, nos autos da ação em epígrafe, informar a composição a que chegaram, nos seguintes termos:

1) O reclamante foi reintegrado ao emprego em 27/09/2005. No tocante aos valores transcorridos desde a demissão até a reintegração, as partes entabularam acordo em audiência ocorrida no dia 30/04/2008, cujas parcelas foram devidamente quitadas.

2) Tramita também nesta Vara a ação indenizatória nº 50500-07.2006.5.15.0135, na qual as partes contendem. Naquela ação, houve implantação da pensão mensal deferida a título de danos materiais e as partes, da mesma forma, transacionaram em audiência ocorrida no dia 11/05/2009 (cópia da ata em anexo) os valores relativos à pensão mensal vencida e indenização por danos morais, sendo que o acordo se encontra em fase de pagamento.

3) Sem prejuízo do acordo referido no parágrafo supra, e por não terem as partes interesse em dar continuidade ao contrato de trabalho, chegam ao presente acordo para quitação da garantia de



SINDICATO DOS METALÚRGICOS

SOROCABA E REGIÃO

Sede: Rua Júlio Hanser, 140 - Lageado - CEP 18031-320 - Sorocaba-SP - Fone (15) 3334-5400
www.smetal.org.br

emprego deferida neste processo e também para a quitação da pensão mensal vitalícia deferida no Processo 505/2006, convencionando que ao final do pagamento das parcelas abaixo descritas o contrato de trabalho será rescindido, fixando-se como data de dispensa imotivada o dia 05/12/2011.

4) Para pôr fim a ambos litígios, ressalvado o acordo anterior em fase de cumprimento no processo 505/2006, a reclamada pagará ao reclamante a quantia líquida de **R\$ 193.000,00** (cento e noventa e três mil reais).

5) O valor será pago em **19 (dezenove) parcelas**, sendo a **1ª parcela** no valor de **R\$ 13.000,00 (treze mil reais)**, com vencimento em **01/06/2010**, e as demais no valor de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, iguais e consecutivas, com vencimento todo dia **05**, a partir de **05/07/2010**, ou dia útil seguinte quando recair em dia sem expediente bancário.

6) Os pagamentos serão realizados diretamente em conta bancária de titularidade do reclamante, seguindo os dados para tanto: **Banco Real, agência 0027, conta corrente 0790679-8**.

7) Como parte integrante do acordo, as partes convencionam que o contrato de trabalho será mantido até integral pagamento das parcelas acima descritas, o que se estenderá até **05/12/2011 (última parcela)**, quando será rescindido sob o código **01**, com a liberação do FGTS depositado e do seguro desemprego através de homologação perante o Sindicato assistente.

8) Acordam, ainda, que a partir de **01/06/2010** até a rescisão contratual a ser realizada em **05/12/2011** o reclamante permanecerá em licença não remunerada, autorizando a reclamada a prestação de serviços a outras empresas.



SINDICATO DOS METALÚRGICOS

SOROCABA E REGIÃO

Sede: Rua Júlio Haner, 140 - Lageado - CEP 18031-320 - Sorocaba-SP - Fone (15) 3334-5400
www.smetal.org.br

9) No período da licença não remunerada, a reclamada se compromete a proceder o recolhimento de INSS (quota empregado e empregador), tendo como base de cálculo o salário vigente nesta data com aplicação de reajustes da categoria que vierem a ser estabelecidos, bem como o recolhimento do FGTS e manutenção do convênio médico ao reclamante e seus dependentes, nos mesmos moldes em que vem sendo concedido.

10) O reclamante, por sua vez, renuncia expressamente à garantia de emprego deferida neste processo e também à pensão mensal vitalícia deferida no Processo 505/2006, abrindo mão da constituição de capital requerida naquele feito, mediante o recebimento do acordo ora celebrado.

11) Informam as partes que não haverá prestação de serviços pelo reclamante à reclamada de 01/06/2010 a 05/12/2011, quando o contrato será rescindido. O valor ora acordado é exclusivamente indenizatório, referindo-se à indenização substitutiva da garantia de emprego aos empregados acidentados transcrita na inicial e à pensão mensal vincenda, não havendo que se falar em recolhimentos fiscais e previdenciários. Na eventualidade de entendimento diverso, caberá à reclamada comprovar os recolhimentos.

12) Em caso de inadimplemento, arcará a reclamada com multa de 30% (trinta por cento) sobre as parcelas não pagas, conforme o acordado, com vencimento antecipado das demais também acrescidas de multa.

13) O reclamante coloca-se à disposição do Juízo para ratificar os termos da avença, se assim V. Exª entender necessário. Informará em 10 dias, após o pagamento, o total cumprimento do acordo, valendo o silêncio como quitação.



SINDICATO DOS METALÚRGICOS

SOROCABA E REGIÃO

Sede: Rua Júlio Hanser, 140 - Lageado - CEP 18031-320 - Sorocaba-SP - Fone (15) 3334-5400
www.smetal.org.br

14) Mediante o pagamento da quantia ora avençada, o reclamante outorga à reclamada a mais plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação com relação a todos e quaisquer direitos ou pagamentos possíveis, de qualquer ordem ou natureza, oriundos do seu relacionamento havido com a reclamada, para nada mais reclamar a qualquer título ou pretexto. Compromete-se a não reivindicar qualquer outro pagamento e/ou indenização quanto ao objeto da presente demanda, bem como ao contrato de trabalho que ora se extingue, em qualquer foro, esfera ou instância.

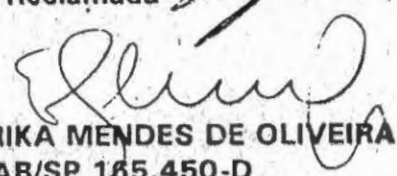
15) O cumprimento integral do presente instrumento resolve toda e qualquer controvérsia porventura existente entre as partes.


16) E, por estarem justas e acordadas, as partes requerem a homologação do presente acordo, por sentença, a teor do disposto no artigo 269, III, do Código de Processo Civil, a fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos.

N. termos,
pedem deferimento.

Sorocaba, 01 de junho de 2010.


JOSÉ DOMINGOS VACARELLI RABELLO
OAB/SP 44.429-D
P/ Reclamada


ÉRIKA MENDES DE OLIVEIRA
OAB/SP 165.450-D
p/ Reclamante


CARLOS HENRIQUE MARTINS
Reclamante



SINDICATO DOS METALÚRGICOS

SOROCABA E REGIÃO

Sede: Rua Júlio Hanser, 140 - Lageado - CEP 18031-320 - Sorocaba-SP - Fone (15) 3334-5400
www.smetal.org.br

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA MM. 4ª VARA DO
TRABALHO DE SOROCABA/SP.

Processo nº 50500-07.2006.5.15.0135

CARLOS HENRIQUE MARTINS, já qualificado nos autos do processo em epígrafe no qual contende com **GERBÔ ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA.**, vem, perante V. Exª, através da advogada infra-assinada, manifestar concordância com o alegado pela reclamada em fls. 581/582, em vista do acordo entabulado conforme cópia anexa.

Termos em que,
e. deferimento.

Sorocaba, 24 de setembro de 2010.

ÉRIKA MENDES DE OLIVEIRA
OAB/SP 165.450

TR 15-07 - SOROCABA - 24-Set-2010-15:46-090440



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
QUARTA VARA DO TRABALHO DE SOROCABA
Rua Ministro Coqueijo Costa, 61 – CEP 18013-281

746
ff

Processo nº: 0050500-07.2006.5.15.0135 Pet[ain]

AUTOR: Carlos Henrique Martins

REU: Renova Administração e Serviços S.A. + 00001

Despacho Id: 19085813

Conclusão

Nesta data, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz do Trabalho, tendo em vista a petição protocolizada sob nº 080440/2010, Sorocaba, 22/02/2011.

CARLA S. GAMA
Técnico Judiciário

Tendo em vista o acordo homologado nos autos do processo 62000-07.2005, aguarda-se integral cumprimento do avençado.

Após, voltem conclusos para deliberações.
Sorocaba, 22/02/2011.

TONY EVERSON SIMÃO CARMONA
Juiz do Trabalho

747
[Handwritten signature]

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DO TRABALHO DA QUARTA
VARA DO TRABALHO DE SOROCABA, SP

PROCESSO: 0050500-07.2006.5.15.0135

TRT 15ª - FT - SOROCABA - 03-fev-2012-16:17-009126

GERBÔ ENGENHARIA E MANUFATURA

LTDA., por seus advogados infra-assinado, nos autos da Reclamação Trabalhista que lhe promove **CARLOS HENRIQUE MARTINS**, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, informar e requerer o quanto segue:

A Reclamada informa que efetuou o pagamento integral do acordo efetuado entre as partes.

Dessa maneira, tendo em vista a quitação do acordo celebrado entre as partes, a Reclamada requer a expedição, em seu

2

748
[Handwritten signature]

nome, do competente alvará para levantamento do depósito recursal (RO) de fl. 402.

Nesses termos, pede deferimento.

Sorocaba, 03 de fevereiro de 2012.

(assinado digitalmente)
Alexandre Magalhães Rabello
OAB/SP 176.713 D

[Handwritten signature]
Riana Rocha Tomitão
OAB/SP 304.013D

R. Barão de Jaguará, 901 - Centro - Campinas/SP
CEP: 13015-927
[Home](#) [Administrativo](#) [Processos](#) [Institucional](#) [Serviços](#) [Normas Institucionais](#) [Jurisprudência](#)
[Numeração Única](#) [Número do Protocolo](#) [Número da Decisão](#) [Número da OAB](#) [Inscrição CDA](#)

Campinas, 24 de abril de 2012

Acompanhamento Processual

Formato da numeração em conformidade com a [Resolução CNJ 65/2008](#) e os Atos Conjuntos TST/CSJT [20/2009](#) e [28/2009](#)

PROCESSO 0050500-07.2006.5.15.0135

Para receber um email automaticamente quando esse processo for tramitado, [clique aqui](#)

Natureza:	AIND - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO	
Nº do Protocolo:	002122/2006	
Origem:	4ª VARA DO TRABALHO DE SOROCABA-SP	
Data da Autuação:	22/03/2006	Valor do Objeto:
Litigantes:	<p>Autor.: Carlos Henrique Martins Advogado(s): Elisangela Pires Bressani (249712-SP-D) Erika Mendes de Oliveira (165450-SP-D) Imar Eduardo Rodrigues (106008-SP-B) Renata Cristina Macedo Rangel (194442-SP-D)</p> <p>Reu.: Renova Administração e Serviços S.A. Advogado(s): Leurice Albuquerque da Silva (166174-SP-D) Rita de Cassia Rui (119710-SP-D)</p> <p>Reu.: Gerbô Engenharia e Manufatura Ltda. Advogado(s): Jose Domingos Valarelli Rabello (44429-SP-D) Riana Rocha Tomitao (304013-SP-D)</p>	

Dados atualizados em tempo real para esta cidade.

Data	Situação Atual
26/05/2009	HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO
12/04/2012	AUTOS CONCLUSOS

Atas 1o. Grau

(Atas, sentenças e acórdãos de processos que estejam marcados como Segredo de Justiça no sistema não estarão disponíveis para consulta)

Dúvidas ou problemas com o download das atas? [Clique aqui](#).

11/05/2009 13:30 - TEC

Processos relacionados:

[0050501-89.2006.5.15.0135 Pet](#) (Agravado De Instrumento) - Vara Do Trabalho De Sorocaba 4a (autuado em 28/03/2006)



ADVOCACIA

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 4ª VARA DO TRABALHO DE
SOROCABA/SP

13-FT - SOROCABA - 20-Jun-2008 17:22-00885

CÓPIA

PROCESSO Nº 1482-2006-135-15-00-9

EVERALDO DA SILVA TRINDADE,
Reclamante e GERBÔ ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA., Reclamada,
nos autos da Reclamação Trabalhista, processo em epígrafe, por seus advogados que esta
subscrevem, vêm respeitosamente perante V.Exa., expor e requerer o seguinte:

1- As partes se compuseram amigavelmente "extra
autos", pela importância total de R\$ 121.780,00 (cento e vinte e um mil, setecentos e
oitenta reais), que será paga em 20 (vinte) parcelas mensais líquidas de R\$ 6.089,00
(seis mil e oitenta e nove reais), sendo a primeira no dia 25/06/08 e as demais no mesmo
dia dos meses seguintes ou primeiro dia útil subsequente, caso recaia em sábado, domingo
ou feriado, até 25/01/2010, cujo valor será depositado da forma e nas contas abaixo
discriminadas:

Everaldo da Silva
[Signature]



ADVOCACIA

751
[Handwritten signature]

1ª. e 2ª parcelas: R\$ 5.500,00 (cada parcela) na conta corrente nº 8.316-X, agência 0191-0 do Banco do Brasil, de titularidade do Dr. Carlos Alberto Rossi Junior, CPF nº 048.956.718-52, e R\$ 589,00 (cada parcela) na conta corrente nº 0013019-2, agência 2709-0 do Banco Bradesco, de titularidade de Everaldo da Silva Trindade, CPF nº 141.625.198-70;

Da 3ª. até a 20ª. parcelas: R\$ 1.217,80 (cada parcela) na conta corrente nº 8.316-X, agência 0191-0 do Banco do Brasil, de titularidade do Dr. Carlos Alberto Rossi Junior, CPF nº 048.956.718-52, e R\$ 4.871,20 (cada parcela) na conta corrente nº 0013019-2, agência 2709-0 do Banco Bradesco, de titularidade de Everaldo da Silva Trindade, CPF nº 141.625.198-70;

2- Fica convencionada a multa de 100% sobre a parcela paga com atraso, assim como sobre o saldo remanescente em caso de inadimplência de qualquer uma das parcelas, antecipando-se, neste caso, o vencimento das demais.

3- Uma vez recebida a importância total ora convencionada, o Reclamante outorgará à Reclamada plena, geral e irrevogável quitação quanto à indenização por danos morais e prestações relativas à pensão mensal já vencidas, bem como aos honorários advocatícios deferidos pelo V. Acórdão, para nada mais pleitear com relação a tais verbas e valores, declarando as partes que **O PRESENTE ACORDO NÃO REPERCUTIRÁ NAS PRESTAÇÕES VINCENDAS REFERENTES À PENSÃO MENSAL, QUE NA FORMA DO V. ACÓRDÃO Nº 16820/2006 SERÃO DEVIDAS ATÉ QUE O RECLAMANTE COMPLETE 72 ANOS DE IDADE.**

[Handwritten signature]
Everaldo da Silva Trindade



ADVOCACIA

4- Sendo o acordo composto de verbas indenizatórias, não há incidência de INSS ou Imposto de Renda, conforme já decidido pelo V. Acórdão às fls. 316 dos autos.

5- As custas processuais e os honorários periciais serão suportadas pela Reclamada, que comprovará o recolhimento até 30 dias após a homologação do presente acordo.

6- O Reclamante se compromete a ratificar o presente acordo perante essa R. Vara do Trabalho, até 5 (cinco) dias antes da data prevista para o pagamento da primeira parcela, sob pena do seu vencimento ficar prorrogado até que tal exigência seja cumprida.

7- As partes requerem a juntada aos autos do presente termo de acordo e a homologação do mesmo, para que produza seus efeitos legais.

Pedem deferimento.

Sorocaba, 20 de junho de 2008.

Carla de Silva Brinidade
RECLAMANTE

P/ RECLAMANTE

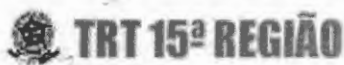
Dr. CARLOS ALBERTO ROSSI JUNIOR

OAB/SP-D 64.794

Maria Celina Ribeiro
P/ RECLAMADA

Dra. Maria Celina Ribeiro

OAB/SP-D 52.963

R. Barão de Jaguará, 901, Centro - Campinas/SP
CEP: 13015-927
[Home](#)
[Administrativo](#)
[Processos](#)
[Institucional](#)
[Serviços](#)
[Normas Institucionais](#)
[Jurisprudência](#)

Numeração Única Número do Protocolo Número da Decisão Número da OAB Inscrição CDA

753
[Handwritten signature]

Acompanhamento Processual

[voltar](#)

Formato da numeração em conformidade com a [Resolução CNJ 65/2008](#) e os Atos Conjuntos TST/CSJT [20/2009](#) e [28/2009](#)

PROCESSO 0148200-80.2006.5.15.0135

Para receber um email automaticamente quando esse processo for tramitado, [clique aqui](#)

Natureza:	AIND - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO		
Nº do Protocolo:	005081/2006		
Orgão de Origem:	4ª VARA DO TRABALHO DE SOROCABA-SP		
Data da Autuação:	01/08/2006	Valor do Objeto:	R\$ 1.000,00
Litigantes:	<p>Autor.: Everaldo da Silva Trindade</p> <p>Advogado(s): Carlos Alberto Rossi Junior (64794-SP-D) Maria Helena Chedid Rossi (26325-SP-D) Renata Franciscato dos Santos (225069-SP-D)</p> <p>Reu.: Gerbô Engenharia e Manufatura Ltda.</p> <p>Advogado(s): Jose Domingos Valarelli Rabello (44429-SP-D)</p>		

Dados atualizados em tempo real para esta cidade.

Data	Situação Atual
26/06/2008	HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO
02/09/2011	Prazo - MANIFESTAÇÃO DA UNIÃO

Atas 1o. Grau

(Atas, sentenças e acórdãos de processos que estejam marcados como Segredo de Justiça no sistema

não estarão disponíveis para consulta)

Dúvidas ou problemas com o download das atas? [Clique aqui.](#)

13/05/2008 11:00 - TEC

Visualizador de Documentos

Data	Ocorrências
02/09/2011	Prazo - MANIFESTAÇÃO DA UNIÃO (Vencimento: 09/09/2011)

01/09/2011	Juntada nos termos do art. 162
13/03/2011	Remessa à Central de Mandados
26/07/2011	Pendente de notificação AO INSS (ACORDO)
14/01/2011	Prazo - - - (Vencimento: 09/02/2011)
17/11/2010	Pendente de notificação ÀS PARTES
16/11/2010	Pendente de Análise de PARA DECISÃO / DESPACHO
26/10/2010	Pendente de confecção de GUIA DE RETIRADA
22/10/2010	AUTOS CONCLUSOS
20/10/2010	Pendente de OUTRAS PROVIDÊNCIAS
14/10/2010	Pendente de notificação ÀS PARTES
23/08/2010	Prazo - PERITO (Vencimento: 13/09/2010)
13/07/2010	Pendente de notificação AO PERITO
01/07/2010	Juntada nos termos do art. 162
05/05/2010	Pendente de Despacho em Petição
19/05/2010	Protocolo 42394/2010 (---Diversos): PROTOCOLO DE PETIÇÃO
30/04/2010	Pendente de notificação AO PERITO
27/04/2010	Juntada nos termos do art. 162
26/02/2010	Prazo - PERITO (Vencimento: 15/03/2010)
09/02/2009	Prazo - CUMPRIMENTO DE ACORDO (Vencimento: 30/01/2010)
28/11/2008	Pendente de notificação AO PERITO
07/11/2008	Vistos etc. 1.)Libere-se ao perito Ângelo Gayotto Filho, engenheiro, o valor total do depósito de fls. 410, intimando-o para levantamento. 2.)Após, aguarde-se o cumprimento do acordo. Sorocaba, 07/11/2008.Marcelo Carlos FerreiraJuiz do Trabalho
30/10/2008	Pendente de Análise de PROCESSO
24/10/2008	Juntada nos termos do art. 162
21/10/2008	Protocolo 88553/2008 (GD-Guia De Depósito): PROTOCOLO DE PETIÇÃO
20/10/2008	Protocolo 88365/2008 (---Diversos): PROTOCOLO DE PETIÇÃO
13/10/2008	Pendente de Despacho em Petição
10/10/2008	Protocolo 85324/2008 (---Diversos): PROTOCOLO DE PETIÇÃO
03/10/2008	Prazo - RETIRADA DE DOCUMENTO (Vencimento: 13/10/2008)
02/10/2008	Pendente de notificação AO PERITO
22/09/2008	Vistos etc. 1.)Libere-se ao perito o valor total do depósito de fls. 400, intimando-o para levantamento. 2.)Tendo em vista a condenação da executada no acórdão (fls. 307) em custas processuais, intime-se esta para pagamento, bem como para que efetue o pagamento dos honorários periciais do outro perito. No silêncio ou negativa, execute-se. Sorocaba, 22/09/2008.Marcelo Carlos FerreiraJuiz do Trabalho
19/09/2008	Pendente de Análise de PROCESSO
15/09/2008	Juntada nos termos do art. 162

CONCLUSÃO

Em 14 de maio de 2012 faço estes autos conclusos a Meritíssima Juíza de Direito da 2ª Vara Cível, Dra. Ana Maria Alonso Baldy.

Eu _____ (Cristina Ishikawa Jeda), Chefe de Seção, subscrevi.

Proc. 1152/09

Fls. 736/ss : manifeste-se o administrador e o MP.
Int.

Sorocaba, 14/05/2012

ANA MARIA ALONSO BALDY
Juíza de Direito

DATA

Em 16/5/12 recebi estes autos em Cartório.

Eu [assinatura] Escrevente, subscrevo.

REMETIDA EM _____ (CONTROLE DO CARTÓRIO) V. _____

- () Despacho fls. _____
- () Sentença fls. _____ preparo de fls. _____
- () Retirar _____
- () Certidão Oficial de Justiça fls. _____
- () Providenciar _____
- () Recolher diligência _____
- () Ciência _____
- () Outros _____

CERTIDÃO

Certifico que

o pedido de fls 716/717
foi atendido até a presente data
com a providência dou fé

Sorocaba, 18 de 05 de 20 12



JUIZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOROCABA/SP
2º OFÍCIO CÍVEL

Rua 28 de Outubro, nº 691, Alto da Boa Vista, Sorocaba/SP
CEP 18.087-080 – Tel. (15) 3228-5148 – R. 224

Processo nº 602.01.2009.024980-2 - (Nº de Ordem 1152/09).

MANDADO DE INTIMAÇÃO

A Doutora ANA MARIA ALONSO BALDY, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível desta Cidade e Comarca de Sorocaba, na forma da lei, etc.

Manda, a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento deste, expedido nos autos da Ação de RECUPERAÇÃO JUDICIAL, processo nº 1152/09, requerida por GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA em face de BANCO DO BRASIL S/A, dirija-se nesta comarca e aí sendo, proceda a INTIMAÇÃO do DR. JOSÉ CARLOS KALIL FILHO, com endereço à Rua Boulevard Braguinha, nº 45, 7º andar, conjunto 63, Sorocaba/SP, para manifestar-se sobre a petição do autor de fls. 736/ss. Tudo conforme determinação nos autos supra.

CUMPRA-SE, sob as penas da lei.

É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. As despesas em caso de transporte e depósito de bens e outras necessárias ao cumprimento de mandados, ressalvadas aquelas relativas a condução, serão adiantadas pela parte mediante depósito do valor indicado pelo oficial de justiça nos autos, em conta corrente a disposição do Juízo. Vencido o prazo para cumprimento do mandado sem que efetuado o depósito, o oficial de justiça o devolverá, certificando a ocorrência. Quando o interessado oferecer meios para o cumprimento do mandado, deverá desde logo especificá-los, indicando dia, hora e local em que estarão à disposição, não havendo nesta hipótese depósito para tais diligências. A identificação do oficial de justiça no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências.

Dado e passado nesta cidade e comarca de Sorocaba, Estado de São Paulo, aos 23 de maio de 2012.

Eu,....., (Roberto Carlos Nunes dos Santos),
Escrevente, o subcr. . Eu,....., (Cristina Ishikawa Ueda), Coordenadora Substituta,
Matr. 314826-2, conferi e assino, por determinação judicial.

CRISTINA ISHIKAWA UEDA
Coordenadora Substituta

Oficial:
Guia: nº
Carga:

Valor: R\$
Baixa:

DETERMINAÇÃO JUDICIAL



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Fórum de Sorocaba
2ª. Vara Cível
Livro de Carga (Cível) – (Advogado) nº 26

257
[assinatura]

Carga nº: 8079282
Página nº 224

Impresso em 19/06/2012 15:30
Destino: JOSE CARLOS KALIL FILHO (65040-SP)
Responsável: JOSE CARLOS KALIL FILHO
Documento:
Endereço Residencial: (não informado)

Endereço Comercial: Rua Doutor Braguinha, 45 / 7 ANDAR Fone: 32328252
Bairro : Centro CEP: 18010120 Município: Sorocaba - SP

Seq.	Processo nº	Dt. Distrib.	Ordem nº	Compet.	Vol.	Fls.	Prev. Retorno
1	602.01.2009.024980-2	23/06/2009	001152/2009	Cível	Todos	-----	04/07/2012

25/6/2012 g

[assinatura]

[assinatura]
Recebido por

19/06/2012
em

473


JUIZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOROCABA/SP
2º OFÍCIO CÍVEL

Rua 28 de Outubro, nº 691, Alto da Boa Vista, Sorocaba/SP

CEP 18.087-080 – Tel. (15) 3228-5148 – R. 224

Processo nº 602.01.2009.024980-2 - (Nº de Ordem 1152/09).
MANDADO DE INTIMAÇÃO

A Doutora ANA MARIA ALONSO BALDY, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível desta Cidade e Comarca de Sorocaba, na forma da lei, etc.

Manda, a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento deste, expedido nos autos da Ação de RECUPERAÇÃO JUDICIAL, processo nº 1152/09, requerida por GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA em face de BANCO DO BRASIL S/A, dirija-se nesta comarca e aí sendo, proceda a INTIMAÇÃO do DR. JOSÉ CARLOS KALIL FILHO, com endereço à Rua Boulevard Braguinha, nº 45, 7º andar, conjunto 63, Sorocaba/SP, para manifestar-se sobre a petição do autor de fls. 736/ss. Tudo conforme determinação nos autos supra.

CUMPRA-SE, sob as penas da lei.

É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. As despesas em caso de transporte e depósito de bens e outras necessárias ao cumprimento de mandados, ressalvadas aquelas relativas a condução, serão adiantadas pela parte mediante depósito do valor indicado pelo oficial de justiça nos autos, em conta corrente a disposição do Juízo. Vencido o prazo para cumprimento do mandado sem que efetuado o depósito, o oficial de justiça o devolverá, certificando a ocorrência. Quando o interessado oferecer meios para o cumprimento do mandado, deverá desde logo especificá-los, indicando dia, hora e local em que estarão à disposição, não havendo nesta hipótese depósito para tais diligências. A identificação do oficial de justiça no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências.

Dado e passado nesta cidade e comarca de Sorocaba, Estado de São Paulo, aos 23 de maio de 2012.

Eu, (Roberto Carlos Nunes dos Santos),
Escrevente, o subcr. Eu, (Cristina Ishikawa Ueda), Coordenadora Substituta,
Matr. 314826-2, conferi e assino, por determinação judicial.

CRISTINA ISHIKAWA UEDA
Coordenadora Substituta

Oficial:

Guia: nº

Carga: 01-24/05/12

Valor: R\$

Baixa:

DETERMINAÇÃO JUDICIAL



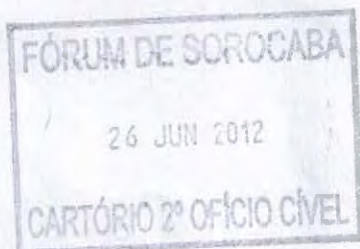
José Carlos Kalil Filho

OAB/SP 65.040 - CPF 751.745.538/91
ADVOGADO

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO
VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOROCABA.

Proc. nº 602.01.2009.024980-2/000000-000
Nº de Ordem: 1152/2009
Recuperação Judicial

Junt. 26/6



JOSÉ CARLOS KALIL
Administrador Judicial, nos autos da RECUPERAÇÃO JUDICIAL
“**GERBO ENGENHARIA & MANUFATURA LTDA.**”, em trâmite
nesse MM. Juízo e respectivo Cartório, vem respeitosamente perante
vossa Excelência, nos autos principais da recuperação, em atenção ao R. Despacho
nº 755, expor e requerer o seguinte:

1) REQUERIMENTO DO CREDOR ÀS FLS. 658/662

Tendo em vista o posicionamento do credor Itaú Unibanco S/A às fls. 658/662, foi determinado ao Administrador que manifestasse sobre o pedido conforme R. Despacho nº 755 de fls. 691.

Às fls. 693/695 (item “2”) o administrador judicial manifesta sobre o referido pedido, opondo resistência a aprovação do valor que pertence exclusivamente a Recuperanda. Sendo assim, às fls. 698/700 houve nova manifestação do credor.

A Recuperanda em manifestação de fls. 712 concorda com a posição adotada pelo Administrador Judicial, manifestando que o Administrador manifesta novamente conforme fls. 716/717.



José Carlos Kalil Filho

OAB/SP 65.040 - CPF 751.745.538/91
ADVOGADO

76
J

que efetue o depósito referente ao CDB (acrescido dos encargos legais) e a propriedade da Recuperanda, cuja cópia encontra-se às fls. 660 dos autos.

Justifica o pedido ora formulado, pois entender deste Administrador Judicial, a devolução deste numerário primordial para que a Recuperanda possa fomentar sua atividade e a continuidade ao plano de recuperação aprovado.

2) FLS. 736/754

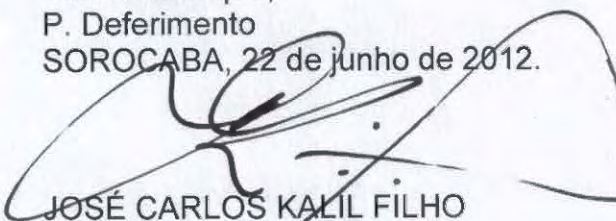
A documentação juntada pela Recuperanda (fls. 736/754), comprova de forma clara e inquestionável que a mesma vem cumprindo fielmente o plano de recuperação aprovado.

A documentação juntada comprova que houve o pagamento dos credores trabalhistas, dentro do prazo legal.

Observo que a Devedora, vem cumprindo o plano, até porque com o pagamento dos credores trabalhista, o próximo pagamento está previsto para setembro de 2012.

Assim, para efeitos de pagamento e cumprimento do plano, deve ser aguardado o início do pagamento dos demais credores, que conforme estipulado no Plano, terá início em setembro do corrente.

Termos em que,
P. Deferimento
SOROCABA, 22 de junho de 2012.


JOSÉ CARLOS KALIL FILHO
Administrador Judicial
OAB/SP 65.040

[Handwritten signature]

[Large handwritten bracket]

Em 07 de **JUNTADA** de 12
petição
[Handwritten signature]
Ev. *[Handwritten signature]*

[Large handwritten bracket]

762


Exma. Sra. Dra. Juiza de Direito – 2ª. Vara Cível – Sorocaba.

Proc. n. 1152/09

als 12/7



ITU UNIBANCO S/A., por seu advogado, nos autos da **Recuperação Judicial** de **GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA.**, vem à presença de Vossa Excelência, em retificação parcial das manifestações anteriores, informar que o resgate da garantia serviu, na verdade, para amortização a operação identificada sob n.1504544860 (UBB), e não aquela mencionada alhures.

Outrossim, requer a juntada da anexa cópia da respectiva cédula de crédito bancário e da garantia de cessão fiduciária.

P. Deferimento.

Sorocaba, em 01 de Agosto de 2012.


JORGE VICENTE LUZ
OAB. 34.204.

TJSP SCD-01-ago-2012-13:17-118515-1/2

763

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 1504544860 - EMPRÉSTIMO.

I - BENEFICIÁRIO

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Eusébio Matoso, 891, inscrito no CNPJ/MF sob nº 33.700.394/0001-40, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, doravante denominado UNIBANCO.

II - EMITENTES:

NOME: GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA	CNPJ/MF: 68.329.325/0001-56
ENDEREÇO: AV PARANA, 2879	
CIDADE: SOROCABA	UF: SÃO PAULO
CONTA CORRENTE Nº 217383-8	AGÊNCIA: 0048
Doravante denominada EMITENTE, representada neste ato na forma de seus atos constitutivos.	

NOME: Jose Gerbovic	CNPJ/CPF: 520.904.188-34	
ESTADO CIVIL:	RG:	NAC.:
ENDEREÇO: AVENIDA PARANÁ, 2879		
CIDADE: Sorocaba	UF: São Paulo	
CONTA CORRENTE Nº:	AGÊNCIA:	
Doravante denominado CO-DEVEDOR e, sendo Pessoa Jurídica, representado neste ato na forma de seus atos constitutivos.		

NOME:	CNPJ/CPF:	
ESTADO CIVIL:	RG:	NAC.:
ENDEREÇO:		
CIDADE:	UF: ..	
CONTA CORRENTE Nº:	AGÊNCIA:	
Doravante denominado CO-DEVEDOR e, sendo Pessoa Jurídica, representado neste ato na forma de seus atos constitutivos.		

III - CARACTERÍSTICAS DA CÉDULA E DO EMPRÉSTIMO

1. Valor de Principal desta Cédula: R\$.....400.000,00 (Quatrocentos Mil Reais)
2. IOC: R\$.....5.102,15 - Alíquota IOC: 0,0041% ao dia + 0,38% sobre o valor de Principal ambas cobradas no ato da liberação.
3. Tarifa de Contratação: R\$.....500,00
4. Comissão de Operações Ativas: R\$0,00
5. Valor Líquido Liberado: R\$394.397,85
6. Data de Liberação:
7. Tipo de Encargos: (X) Prefixados () Flutuantes - CDI
8. Taxa Efetiva: Mensal1,80000000 % Anual23,87205300%
9. Prazo: 0330 dias.
10. Vencimento Final: 13/11/2009
11. Forma de Pagamento de principal e juros:
() Em uma única parcela no valor de R\$.....0,00----- (-----)
-----), acrescida dos juros e encargos previstos nesta Cédula, na data mencionada no item 10, acima.
(X) Conforme planilha(s) anexa(s), que fica(m) fazendo parte integrante e inseparável desta Cédula.

C04561CN0001504544860200812180030701

C04561CN0001504544860200812180030701

761

IV - GARANTIA REAL

- ☐ Garantia de Penhor/ Cessão Fiduciária, conforme documento anexo
☐ Garantia de Alienação Fiduciária, conforme documento anexo
☐ Sem garantia Real.

V - FINALIDADE

Financiamento de capital de giro à EMITENTE

VI. TERMOS E CONDIÇÕES DESTA CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO ("CÉDULA"):

EMPRÉSTIMO E LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

1. O UNIBANCO, neste ato, concede à EMITENTE um empréstimo ("Empréstimo"), em valor correspondente ao valor de principal desta Cédula, mencionado no item 1 Quadro III, acima.

1.1. Os recursos do Empréstimo deverão ser utilizados pela EMITENTE de acordo com a finalidade estipulada no Quadro V, acima.

1.2. Satisfeita a condição suspensiva mencionada na cláusula 1.3, abaixo, os recursos referentes ao Empréstimo serão liberados pelo UNIBANCO à EMITENTE, nas datas mencionadas no Quadro III, em moeda corrente nacional, por meio de crédito na conta-corrente descrita no preâmbulo desta Cédula, mantida pela EMITENTE junto ao UNIBANCO.

1.2.1. O UNIBANCO, quando necessário para comprovar a efetiva liberação dos recursos do Empréstimo e o montante do saldo devedor das obrigações da EMITENTE decorrentes desta Cédula, obriga-se a emitir o extrato da conta-corrente na qual foram creditados os recursos referentes ao Empréstimo, e, se for necessário, a planilha de cálculo demonstrando o montante total das obrigações da EMITENTE decorrentes desta Cédula. Referidos extrato e planilha de cálculo, após emitidos, serão anexados a esta Cédula, integrando-a de pleno direito, e constituirão comprovação suficiente da liberação dos recursos e o montante do saldo devedor das obrigações da EMITENTE.

1.3. O UNIBANCO somente liberará à EMITENTE os recursos referentes ao Empréstimo após a efetiva entrega pela EMITENTE de todos os documentos pertinentes à presente Cédula que lhe forem solicitados, pelo UNIBANCO, por escrito.

1.3.1. Caso qualquer das condições suspensivas estipuladas na cláusula 1.3, acima, não tenha se verificado até a primeira data de liberação de recursos, prevista no Quadro III, o UNIBANCO poderá não mais conceder o Empréstimo; nessa hipótese, esta Cédula considerará-se automaticamente, e de pleno direito, rescindida, deixando de gerar qualquer efeito.

1.4. Por força da concessão do Empréstimo, para estipular a forma e modo pelos quais o valor de principal deste deverá ser restituído, bem como para estabelecer os juros que serão devidos, a EMITENTE e os CO-DEVEDORES emitem, nos termos do art. 2º da Lei 10.931/04, a presente Cédula, cujo valor de principal encontra-se estabelecido no item 1 do Quadro III.

1.4.1. Integram esta Cédula, para todos os fins e efeitos de direitos, os Quadros acima estipulados, bem como os extratos e planilhas de cálculo emitidos pelo UNIBANCO nos termos da cláusula 1.2.1, acima.

PROMESSA DE PAGAMENTO

2. A EMITENTE e os CO-DEVEDORES, com vínculo de solidariedade, prometem pagar por esta CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO ("Cédula"), ao UNIBANCO, ou à sua ordem, em moeda corrente, a

C04561CN0001504544860200812180030702

C04561CN0001504544860200812180030702

2

[Handwritten signatures and initials]

765
importância estabelecida no Item 1 do Quadro III, acima, acrescida dos juros, encargos e demais despesas previstas nesta Cédula, nos termos e condições abaixo previstos. Os pagamentos deverão ser efetuados na praça de São Paulo, Estado de São Paulo.

JUROS REMUNERATÓRIOS

3. Por força desta Cédula, sobre a Base de Cálculo (conforme abaixo definida), e conforme a opção pelo tipo de encargos (prefixados ou flutuantes), indicada no Quadro III, incidirão encargos, calculados da seguinte forma.

ENCARGOS PREFIXADOS E BASE DE CÁLCULO:

3.1. Caso seja feita a opção por encargos prefixados, sobre a Base de Cálculo, e conforme o Período de Incidência especificado na cláusula 3.3, abaixo, incidirão diariamente encargos à taxa efetiva mensal especificada no Quadro III.

3.1.1. Para os efeitos desta cláusula 3.1, a taxa efetiva mensal será aplicada diariamente, de forma capitalizada, pela utilização de um fator diário calculado com base em um mês de 30 (trinta) dias.

3.1.2. Para os fins desta Cédula, entende-se por Base de Cálculo o valor sobre o qual incidirão os encargos prefixados aqui estabelecidos, e que assim se estabelece: a) no caso em que a restituição do valor de principal desta Cédula e pagamento dos encargos incorridos deva ser efetuada em uma única parcela, que vencerá na data indicada no Quadro III, acima, a Base de Cálculo será o valor de principal das obrigações da EMITENTE acrescido dos encargos incorridos e ainda não devidos; e b) no caso em que a restituição do valor de principal desta Cédula, ou o pagamento dos encargos incorridos, deva ser efetuada em diversas prestações, de acordo com as planilhas de pagamento anexas, a Base de Cálculo será, conforme indicado nas referidas planilhas: i) o valor de principal das obrigações da EMITENTE decorrentes desta Cédula ainda não amortizado, acrescido do valor dos encargos incorridos e ainda não devidos; ou ii) o valor de cada parcela de restituição de principal, acrescida do valor dos encargos incorridos e ainda não devidos.

ENCARGOS FLUTUANTES E BASE DE CÁLCULO:

3.2. Caso seja feita a opção por encargos flutuantes, será aplicado à Base de Cálculo, conforme o Período de Incidência especificado na cláusula 3.3, abaixo, o percentual correspondente à variação diária do CDI – EXTRAGRUPO, e o resultado daí decorrente será acrescido, diariamente, da taxa efetiva mensal especificada no Quadro III.

3.2.1. Para os efeitos da cláusula 3.2, acima, entende-se por CDI – EXTRAGRUPO a Taxa Média das Captações no Mercado Interfinanceiro, divulgada diariamente pela Central de Liquidação e Custódia de Títulos Privados – CETIP, ou, no caso de sua extinção, substituição ou não divulgação, pelo índice que vier oficialmente a substituí-lo ou, na sua falta, o que melhor vier a refletir a variação dos custos de captação no mercado interfinanceiro nacional.

3.2.2. Para os efeitos desta cláusula 3.2, a variação do CDI – EXTRAGRUPO e a taxa efetiva mensal serão aplicadas diariamente, de forma capitalizada, sendo certo que a aplicação da variação do CDI – EXTRAGRUPO será feita pela utilização de um fator diário calculado com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias; e a aplicação da taxa efetiva mensal, pela utilização de um fator diário calculado com base em um mês de 30 (trinta) dias.

3.2.3. Para os fins desta Cédula, entende-se por Base de Cálculo o valor sobre o qual incidirão os encargos flutuantes aqui estabelecidos, e que assim se estabelece: a) no caso em que a restituição do

C04561CN0001504544860200812180030703

C04561CN0001504544860200812180030703

3

766

valor de principal desta Cédula e pagamento dos encargos incorridos deva ser efetuada em uma única parcela, que vencerá na data indicada no Quadro III, acima, a Base de Cálculo será o valor de principal das obrigações da EMITENTE acrescido dos encargos incorridos e ainda não devidos; e b) no caso em que a restituição do valor de principal desta Cédula, ou o pagamento dos encargos incorridos, deva ser efetuada em diversas prestações, de acordo com as planilhas de pagamento anexas, a Base de Cálculo será o valor de principal das obrigações da EMITENTE decorrentes desta Cédula ainda não amortizado, acrescido do valor dos encargos incorridos e ainda não devidos.

PERÍODO DE INCIDÊNCIA

3.3. Os encargos prefixados ou flutuantes aqui estabelecidos incidirão sobre as respectivas Bases de Cálculo conforme os Períodos de Incidência, que assim se definem: a) caso a Base de Cálculo seja aquela referida na letra a) da cláusula 3.1.2 ou da cláusula 3.2.3, acima, os encargos incidirão desde a data prevista no Quadro III para a liberação dos recursos até a data de vencimento da obrigação de restituição de principal e encargos; b) caso a Base de Cálculo seja aquela referida na letra b) item i) da cláusula 3.1.2, acima, ou na letra b) da cláusula 3.2.3, acima, com relação à primeira prestação de juros, os encargos incidirão desde a data prevista no Quadro III para a liberação dos recursos até a data de vencimento dessa primeira prestação, e, com relação às demais prestações, desde o dia imediatamente subsequente ao dia de vencimento da prestação anterior, até a data de vencimento da respectiva prestação; e c) caso a Base de Cálculo seja aquela referida na letra b) item ii) da cláusula 3.1.2, acima, os encargos incidirão sobre o valor de cada parcela de principal desde a data prevista no Quadro III para a liberação dos recursos até a data de vencimento da respectiva parcela de principal.

IOC, TARIFA DE CONTRATAÇÃO E COMISSÃO DE OPERAÇÕES ATIVAS

4. O pagamento do Imposto sobre Operações de Crédito - IOC, devido por força do Empréstimo, no valor constante do Quadro III, será de responsabilidade exclusiva da EMITENTE, sendo que o montante referente a tal imposto será deduzido do valor a ela liberado por força do Empréstimo, ou debitado, na data de liberação dos recursos, de sua conta-corrente indicada no preâmbulo.

4.1. Quando devidas, conforme assinalado no Quadro III, a EMITENTE deverá pagar ao UNIBANCO, na data de liberação dos recursos, a Tarifa de Contratação e a Comissão de Operações Ativas, nos valores mencionados naquele Quadro, quantias essas que serão deduzidas do montante a ela emprestado, ou debitadas de sua conta-corrente.

4.2. A Tarifa de Contratação é devida para ressarcimento das despesas administrativas incorridas pelo UNIBANCO por força da preparação e celebração desta Cédula; a Comissão de Operações Ativas é devida para ressarcimento do custo suportado pelo UNIBANCO para a captação e disponibilização dos recursos que provêm o Empréstimo.

PAGAMENTO

5. Conforme a opção constante do Quadro III, as obrigações da EMITENTE de restituir o valor de principal desta Cédula e de pagar ao UNIBANCO os juros e encargos que incorrerão nos termos desta Cédula vencerão: i) na data fixada no item 10 daquele Quadro, caso em que deverão ser pagas integralmente naquela data, em uma só parcela; ou ii) nas datas e valores especificados nas planilhas anexas desta Cédula.

5.1. O prazo e a forma de pagamento das obrigações da EMITENTE decorrentes desta Cédula, especificadas nesta cláusula 5, foram estabelecidos em benefício do UNIBANCO, não sendo permitida a sua alteração, salvo nas hipóteses previstas em lei e nesta Cédula, ou salvo com a prévia e expressa concordância do UNIBANCO.

C04561CN0001504544860200812180030704

C04561CN0001504544860200812180030704

4

[Handwritten signatures and initials]

767

GARANTIA CEDULAR

6. Para garantir o cumprimento de todas e quaisquer obrigações assumidas pela EMITENTE nesta Cédula, inclusive as referentes à restituição do valor de principal desta Cédula, e ao pagamento de juros, encargos, comissões, tarifas, multas e encargos moratórios, as PRESTADORAS DA GARANTIA, abaixo assinadas, constituem, conforme indicado no Quadro IV, acima, e nos termos do documento anexo desta Cédula, em favor do UNIBANCO, garantia de penhor ou de alienação fiduciária, sobre os bens especificados em tal documento, o qual faz parte integrante e inseparável desta Cédula.

VENCIMENTO ANTECIPADO

7. O UNIBANCO poderá decretar o vencimento antecipado das obrigações da EMITENTE decorrentes desta Cédula caso: i) a EMITENTE incorra em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação por ela assumida nesta Cédula; ii) a EMITENTE ou qualquer das PRESTADORAS DA GARANTIA não cumpra qualquer de suas obrigações assumidas nesta Cédula e em seus anexos; iii) verifique-se que qualquer das declarações prestadas nos termos desta Cédula é falsa ou incompleta; iv) a EMITENTE, qualquer das PRESTADORAS DA GARANTIA ou qualquer dos CO-DEVEDORES sofra procedimento judicial ou extrajudicial que afete qualquer das garantias prestadas; v) a EMITENTE, qualquer das PRESTADORAS DA GARANTIA ou qualquer dos CO-DEVEDORES requeira sua recuperação judicial ou extrajudicial ou sua falência; tenha sua falência ou insolvência civil requerida ou decretada; ou esteja sujeita a qualquer forma de concurso de credores; vi) haja a deterioração ou perecimento, total ou parcial, de qualquer dos bens dados em garantia, ou caso esses se tornem inúteis, inábeis ou impróprios para garantir as obrigações da EMITENTE decorrentes desta Cédula, e a EMITENTE não substitua a garantia, conforme previsto nesta Cédula e em seus anexos; vii) haja fusão, cisão, incorporação, ou qualquer outro processo de reestruturação societária ou, ainda, dissolução da EMITENTE, sem o prévio e expresso consentimento do UNIBANCO, que comprometa o cumprimento das obrigações da EMITENTE decorrentes desta Cédula; viii) haja protesto legítimo de títulos, contra a EMITENTE ou contra qualquer dos CO-DEVEDORES; ou ainda, ix) ocorra qualquer das hipóteses previstas em lei.

7.1 Decretado o vencimento antecipado de suas obrigações decorrentes desta Cédula, a EMITENTE deverá pagá-las integralmente ao UNIBANCO, 24 (vinte e quatro) horas após notificada para tanto, sob pena de incorrer em mora, e, às suas obrigações, acrescerem-se os juros e encargos moratórios previstos na cláusula 8, abaixo.

JUROS E ENCARGOS MORATÓRIOS

8. Caso a EMITENTE incorra em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação assumida nesta Cédula, sem prejuízo da possibilidade de decretação do vencimento antecipado das demais obrigações da EMITENTE decorrentes desta Cédula, serão devidos pela EMITENTE ao UNIBANCO: i) perdas e danos, calculadas, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento das obrigações em mora, pela taxa média praticada pelo mercado financeiro, a época do inadimplemento, a qual nunca será inferior à taxa pactuada nesta Cédula; ii) atualização monetária calculada sobre os valores em mora; iii) juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês; iv) multa não indenizatória de 02% (dois por cento) sobre o saldo devedor atualizado monetariamente, acrescido das perdas e danos e dos juros moratórios acima estipulados.

8.1. Será devido, ainda, pela EMITENTE ao UNIBANCO, o reembolso de todas as despesas havidas com a cobrança de qualquer crédito do UNIBANCO decorrente desta Cédula, bem como os honorários advocatícios.

C04561CN0001504544860200812180030705

5

C04561CN0001504544860200812180030705

768
[Handwritten signature]

8.2. A mora da EMITENTE caracterizar-se-á pelo simples descumprimento, na data de seu vencimento, de qualquer obrigação decorrente desta Cédula, independentemente de qualquer notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial.

8.3. A multa estabelecida no *caput* desta cláusula, bem como o ressarcimento previsto na cláusula 8.1, acima, têm caráter bilateral, a ela fazendo *jus* a EMITENTE, na eventualidade de descumprimento, pelo UNIBANCO, de qualquer obrigação assumida nos termos desta Cédula.

SUPERVENIÊNCIA DE NORMAS

9. Se, por superveniência de normas legais ou regulamentares, alterarem-se as atuais condições aplicáveis a ativos, passivos, receitas e resultados das instituições financeiras, às quais se submete esta Cédula, especialmente caso sejam instituídos tributos, contribuições ou empréstimos compulsórios, tais alterações, novos índices, inclusive as alterações nos critérios de sua aplicação e/ou novas condições, serão aplicáveis imediatamente aos Empréstimos concedidos com base nesta Cédula após prévia comunicação à EMITENTE no prazo de 10 (dez) dias, arcando esta com todos os custos, ônus e/ou encargos daí decorrentes que lhe forem comunicados pelo UNIBANCO.

CO-DEVEDORES

10. Os CO-DEVEDORES, que juntamente com a EMITENTE emitem esta Cédula, obrigam-se, solidariamente com esta, a cumprir todas as obrigações assumidas pela EMITENTE nesta Cédula, na data de vencimento de tais obrigações.

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO EM CONTA

11. A EMITENTE e os CO-DEVEDORES, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, autorizam o UNIBANCO a debitar de quaisquer contas-corrente por qualquer deles mantidas junto ao UNIBANCO, até quantos os fundos comportarem, todas e quaisquer quantias que lhe sejam devidas por força desta Cédula, nas respectivas datas de vencimento das obrigações, ficando a quitação dessas obrigações condicionada à efetiva disponibilidade de recursos nessas contas correntes suficiente para liquidá-los.

DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Os órgãos e repartições públicas competentes ficam autorizados, de forma irrevogável e irretratável, a realizar todos e quaisquer registros e averbações que se façam necessários para os plenos efeitos desta Cédula e das garantias ora constituídas, arcando a EMITENTE com todos os custos e despesas daí decorrentes.

13. O UNIBANCO fica autorizado, verificado saldo devedor vencido e não pago nos termos desta Cédula, independentemente de prévia comunicação, a indicar o nome e os dados cadastrais da EMITENTE e dos CO-DEVEDORES aos Órgãos de Proteção ao Crédito.

14. As PRESTADORAS DA GARANTIA assinam esta Cédula para declarar sua expressa concordância com todos os seus termos e condições.

15. A eventual tolerância do UNIBANCO, quanto qualquer direito ou prerrogativa de que seja titular por força desta Cédula, não importará alteração ou renúncia de referidos direitos ou prerrogativas, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

15.1. Qualquer alteração ou aditamento desta Cédula, para que tenha validade, deverá ser feito por escrito.

C04561CN0001504544860200812180030706

C04561CN0001504544860200812180030706

6

[Handwritten signature] x *[Handwritten signature]*

16. Para eventuais dúvidas, reclamações o cliente poderá entrar em contato com seu gerente. Caso não seja obtida a solução esperada, o UNIBANCO disponibiliza o telefone de sua Ouvidoria (0800-7226281).

17. Fica eleito o foro da comarca da praça de pagamento desta Cédula, conforme estipulada na cláusula 2, acima, como o único competente para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Cédula.

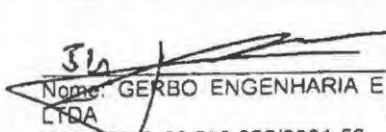

São Paulo, 18 de Dezembro de 2008.

Jh  
GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA
EMITENTE

CO-DEVEDOR(ES):

Jh 
Jose Gerbovic

PRESTADORAS DA GARANTIA - INTERVENIENTES ANUENTES

Jh  
Nome: GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA Nome:
CNPJ/CPF: 68.329.325/0001-56 CNPJ/CPF:

UNIBANCO:

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A

C04561CN0001504544860200812180030707

C04561CN0001504544860200812180030707

TERMO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE CERTIFICADOS DE DEPÓSITO BANCÁRIO
("TERMO") EMITIDOS PELO UNIBANCO ANEXO À CÉDULA DE CRÉDITO
BANCÁRIO/CONTRATO Nº 1504544860, ASSINADO PELA CONTRATANTE E
UNIBANCO EM 18/12/2008

UNIBANCO

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A., com sede na Av. Eusébio Matoso, 891, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 33.700.394/0001-40, doravante denominado UNIBANCO.

CONTRATANTE/EMITENTE

GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA, com sede na AV PARANA, 2879, Cidade de SOROCABA, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/CPF sob nº 68.329.325/0001-56, doravante denominada CONTRATANTE.

PRESTADORA DA GARANTIA/CEDENTE

GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA, com sede na AV PARANA, 2879, Cidade de SOROCABA, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/CPF sob nº 68.329.325/0001-56, doravante denominada PRESTADORA DA GARANTIA

VALOR MÍNIMO DA GARANTIA

(X) 50% (Cinquenta por cento) do Saldo Devedor das Obrigações Garantidas
() ____% (____ por cento) da parcela das Obrigações Garantidas cujo vencimento esteja mais próximo.

CONSIDERANDO QUE:

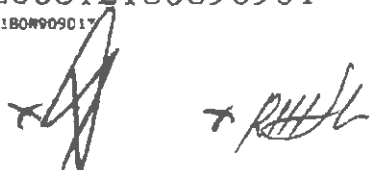
I - o UNIBANCO é credor da CONTRATANTE por força da operação de crédito celebrada nos termos do Cédula de Crédito/Contrato descrito no preâmbulo deste TERMO ("Documento de Crédito").

II - para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas perante o UNIBANCO no Documento de Crédito, a PRESTADORA DA GARANTIA concordou em ceder fiduciariamente ao UNIBANCO a titularidade sobre os Certificados de Depósito Bancário (CDBs) de sua titularidade, na forma estabelecida neste instrumento ("Créditos Cedidos");

As partes, acima nomeadas e qualificadas, celebram este TERMO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE CERTIFICADOS DE DEPÓSITO BANCÁRIO EMITIDOS PELO UNIBANCO, doravante denominado TERMO, que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo pactuadas, subordinando-se, também, às cláusulas e condições do Documento de Crédito, que se consideram incorporadas a este TERMO como se nele estivessem transcritas:

C04561CN0001504544860200812180890901

C04561CN0001504544860200812180890901



I - DEFINIÇÕES:

Para os efeitos deste TERMO, os termos abaixo terão o significado e o regramento jurídico a seguir estipulados:

CDBs: A totalidade dos Certificados de Depósito Bancário, emitidos pelo UNIBANCO em favor da PRESTADORA DA GARANTIA, descritos e caracterizados no Anexo I deste TERMO que, neste ato, são cedidos fiduciariamente ao UNIBANCO.

Obrigações Garantidas: Todas as obrigações da CONTRATANTE de conteúdo patrimonial, decorrentes do Documento de Crédito, incluindo a obrigação de pagar as parcelas de principal, juros remuneratórios, juros e encargos moratórios, comissão de permanência, multas convencionais e demais despesas devidas ao UNIBANCO, previstas no Documento de Crédito.

II TERMOS E CONDIÇÕES DA CESSÃO FIDUCIÁRIA:**OBJETO**

1. Para garantir o cumprimento de todas e quaisquer Obrigações Garantidas, a PRESTADORA DA GARANTIA cede e transfere ao UNIBANCO, em caráter irrevogável e irretroatável, a titularidade sobre os CDBs, nos termos do artigo 66-B da Lei n.º 4.728/65, com a redação dada pela Lei n.º 10.931/04, do Decreto Lei n.º 911/69 e posteriores alterações, até a integral quitação de todas as Obrigações Garantidas, nos termos deste TERMO.

1.1. A PRESTADORA DA GARANTIA, neste ato, autoriza o UNIBANCO a inscrever, ou a determinar que o custodiante inscreva junto ao registro desses títulos a garantia constituída por meio deste TERMO, indicando o UNIBANCO como titular fiduciário dos CDBs.

1.2. Integrarão esta garantia os CDBs que vierem a ser cedidos fiduciariamente ao UNIBANCO nos termos da cláusula 4, bem como os direitos, frutos, rendimentos e vantagens atribuídos aos CDBs cedidos.

1.3. Fica autorizado pelas Partes o registro deste TERMO em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, bem como em todos os demais cartórios, órgãos e entidades, públicos ou privados, que sejam competentes para registrar este TERMO.

1.4. As Obrigações Garantidas têm as características descritas no Documento de Crédito que, para os fins do artigo 66-B, *caput*, da Lei n.º 4.728/65, constitui parte integrante e inseparável deste TERMO, como se nele estivesse transcrito.

VALOR MÍNIMO DA GARANTIA

2. Até a total e final liquidação das Obrigações Garantidas, a PRESTADORA DA GARANTIA deverá manter os CDBs em montante correspondente ao Percentual Mínimo da Garantia estipulado no quadro constante do Preâmbulo deste instrumento e, sem prejuízo do disposto na

C04561CN0001504544860200812180890902

C04561CN0001504544860200812180890902

cláusula 2.1 abaixo, não poderá solicitar o resgate ou a recompra antecipada dos CDBs ao seu emissor (UNIBANCO).

2.1. Caso o valor dos CDBs seja superior ao Valor Mínimo da Garantia, a PRESTADORA DA GARANTIA poderá solicitar ao UNIBANCO o resgate parcial até o valor correspondente àquele que, comprovadamente, exceder o Valor Mínimo da Garantia.

DECLARAÇÕES DA PRESTADORA DA GARANTIA

3. A PRESTADORA DA GARANTIA declara que: i) os CDBs encontram-se, no momento desta cessão, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames, de origem negocial, judicial ou legal; ii) os CDBs satisfazem, no momento desta cessão, aos requisitos estabelecidos na cláusula 5 deste TERMO; e iii) a PRESTADORA DA GARANTIA obteve todos os consentimentos ou aprovações necessários para a eficácia das disposições previstas neste TERMO, inclusive a aprovação de seus órgãos estatutários ou sociais.

REFORÇO OU SUBSTITUIÇÃO DA GARANTIA E COBRANÇA DOS CDBS CEDIDOS

4. A PRESTADORA DA GARANTIA e a CONTRATANTE obrigam-se a reforçar a garantia ou a substituí-la se, além dos casos previstos em lei, ocorrer alguma das seguintes hipóteses: i) a relação entre o valor dos CDBs e o valor das Obrigações Garantidas apresentar-se inferior ao Valor Mínimo da Garantia, por força da alteração do montante das Obrigações Garantidas ou por força da falta de pagamento de qualquer dos CDBs; e ii) qualquer dos CDBs, por qualquer motivo, inclusive por força de decisão judicial ou administrativa, ou por força de alteração legislativa, tornar-se inábil ou impróprio para garantir o cumprimento das Obrigações Garantidas.

4.1. Nas hipóteses de reforço ou substituição da garantia, a PRESTADORA DA GARANTIA e a CONTRATANTE obrigam-se a ceder fiduciariamente ao UNIBANCO tantos CDBs quanto satisfaçam os requisitos enumerados na cláusula 5 abaixo.

4.2. A PRESTADORA DA GARANTIA e a CONTRATANTE obrigam-se a promover o reforço ou substituição da garantia a que se refere o caput desta cláusula no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado do aviso que, mediante simples correspondência, fax ou correio eletrônico (e-mail), o UNIBANCO lhe tiver expedido nesse sentido, de forma a manter a presente garantia íntegra, sob pena de ser decretado o vencimento antecipado das Obrigações Garantidas.

4.3. Quando do reforço ou substituição das garantias, a PRESTADORA DA GARANTIA ou a CONTRATANTE deverá entregar ao UNIBANCO uma Carta de Constituição de Garantia, assinada por seus representantes legais e por duas testemunhas, nos termos do modelo constante do Anexo II deste TERMO, que passará a fazer parte integrante e inseparável deste instrumento.

4.4. Caso, por qualquer motivo, algum CDB vença ou seja recomprado, antes do cumprimento das Obrigações Garantidas, o UNIBANCO utilizará os recursos provenientes do resgate ou da recompra para adquirir, em nome da PRESTADORA DA GARANTIA, novos CDBs de emissão do UNIBANCO, que satisfaçam as exigências constantes da cláusula 5 abaixo, remunerados às taxas de mercado vigentes à época, os quais sub-rogar-se-ão ao respectivo CDB, sendo considerados cedidos automática e fiduciariamente ao UNIBANCO.

C04561CN0001504544860200812180890903

3

C04561CN0001504544860200812180890903

4.4.1. A PRESTADORA DA GARANTIA e a CONTRATANTE autorizam o UNIBANCO, concedendo-lhe todos os poderes necessários, de forma irrevogável e irretirável, a adquirir CDBs em seu nome, conforme o disposto na cláusula 4.4 acima.

REQUISITOS PARA ACEITAÇÃO DOS CDBS CEDIDOS

5. A PRESTADORA DA GARANTIA e a CONTRATANTE obrigam-se a, nas hipóteses de substituição ou reforço da garantia, ceder fiduciariamente em favor do UNIBANCO CDBs emitidos pelo UNIBANCO, que: i) sejam de valor suficiente para satisfazer o Percentual Garantia; ii) vençam após a data de vencimento das Obrigações Garantidas; e iii) tenham liquidez diária, no mínimo, a partir da data da sua cessão fiduciária ao UNIBANCO.

5.1. Caso não seja possível a cessão fiduciária de novos CDBs em reforço da garantia, a PRESTADORA DA GARANTIA e a CONTRATANTE obrigam-se a oferecer novos bens em garantia que ficarão sujeitos à livre apreciação pelo UNIBANCO e, caso este não os aceite, poderá decretar o vencimento antecipado das Obrigações Garantidas.

RECEBIMENTO DOS CDBS CEDIDOS E DA CIÊNCIA DO DEVEDOR

6. O UNIBANCO, na qualidade de titular dos CDBs, tem direito a receber, em seu nome, todas as quantias decorrentes do seu pagamento, nos termos do artigo 19, IV, da Lei n.º 9.514/97.

6.1. O UNIBANCO, neste ato, na qualidade de emissor dos CDBs, declara-se ciente e concorda com a presente cessão fiduciária.

EXCUSSÃO DOS CDBS CEDIDOS

7. Incorrendo em mora a CONTRATANTE no pagamento de qualquer Obrigação Garantida, o UNIBANCO poderá dispor dos CDBs, mediante cessão ou transferência, pelo preço e forma que melhor lhe convier, aplicando o produto obtido na amortização ou liquidação das Obrigações Garantidas vencidas, ainda que antecipadamente, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia, pregão público ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, conforme o artigo 66-B *caput*, da Lei n.º 4.728/65. Ainda nessa hipótese, o UNIBANCO poderá solicitar o resgate antecipado dos CDBs, que deverá ocorrer de acordo com as regras desses contratos.

7.1. Para efeitos da Cláusula 7, o UNIBANCO fica autorizado pela PRESTADORA DA GARANTIA a dispor de forma permanente dos CDBs, sendo, neste ato, outorgados pela PRESTADORA DA GARANTIA ao UNIBANCO, em caráter irrevogável e irretirável, todos os poderes para (i) firmar, em nome dessa, todo e qualquer documento que se fizer necessário para a transferência dos CDBs, dentre eles documentos de cessão de crédito e de quitação; (ii) requerer registros ou averbações junto a agentes de custódia, agentes de registro, bem como todo e qualquer órgão ou entidade, público ou privado, que se fizer necessário; e (iii) praticar todo e qualquer ato ou negócio necessário ao cumprimento dos poderes acima.

7.2. Os recursos utilizados nos termos desta Cláusula 7 serão imputados primeiro ao pagamento de juros, multas e despesas e, ao final, ao pagamento do valor de principal das Obrigações Garantidas.

C04561CN0001504544860200812180890904

4

C04561CN0001504544860200812180890904

RESPONSABILIDADE DA PRESTADORA DA GARANTIA E DA CONTRATANTE

8. Caso o produto da realização da garantia não seja suficiente para liquidar as Obrigações Garantidas, a CONTRATANTE seus coobrigados permanecerão responsáveis pelo saldo devedor remanescente e respectivos encargos moratórios, até sua final e total liquidação.

OBRIGAÇÕES DA PRESTADORA DA GARANTIA

9. Tendo em vista a transferência da titularidade dos CDBs ao UNIBANCO, a PRESTADORA DA GARANTIA responderá, sob as penas da lei, se ceder, transferir ou por qualquer forma negociar os CDBs com terceiros, ou se sobre eles constituir quaisquer ônus ou gravames.

9.1. A PRESTADORA DA GARANTIA e a CONTRATANTE serão solidariamente responsáveis por todos os tributos e contribuições incidentes sobre a garantia ora prestada, inclusive sua exclusão.

9.2. A PRESTADORA DA GARANTIA obriga-se a mencionar em suas demonstrações financeiras, em estrita observância às normas contábeis aplicáveis, a cessão fiduciária constituída por meio deste TERMO.

PRAZO DESTE TERMO

10. Este TERMO permanecerá válido e eficaz até a final e total liquidação das Obrigações Garantidas ou até o término do prazo do Documento de Crédito em se tratando de operação de crédito rotativo (o que ocorrer por último).

10.1. Quando da final e total liquidação das Obrigações Garantidas, os CDBs que não tenham sido alienados, nos termos da Cláusula 7.1, serão considerados cedidos e transferidos para a PRESTADORA DA GARANTIA, obrigando-se o UNIBANCO a tomar todas as medidas necessárias para a consolidação da titularidade, pela PRESTADORA DA GARANTIA, dos CDBs cedidos fiduciariamente ao UNIBANCO, conforme este TERMO.

CONTEÚDO DESTE TERMO

11. Todos os CDBs cedidos fiduciariamente, seus frutos e rendimentos, bem como todos e quaisquer documentos que forem encaminhados ao UNIBANCO posteriormente a esta data, para constituição, complementação, reposição, substituição ou reforço de garantias, considerar-se-ão incorporados a este TERMO e dele passarão a fazer parte integrante, subordinando-se a todas as suas cláusulas e condições para todos os fins e efeitos de direito.

DESPESAS DE FORMALIZAÇÃO DA GARANTIA

12. A PRESTADORA DA GARANTIA e a CONTRATANTE responderão perante o UNIBANCO por todas e quaisquer despesas decorrentes do registro e averbação deste TERMO e documentos que dele façam ou venham a fazer parte integrante, junto às repartições, órgãos, entidades e cartórios competentes.

LEI, FORO E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

13. O presente TERMO é regido pelas leis da República Federativa do Brasil.

C04561CN0001504544860200812180890905

"C04561CN0001504544860200812180890905"

13.1. As Partes acordam que quaisquer disputas oriundas do presente TERMO deverão ser dirimidas pelo mesmo foro ou tribunal arbitral eleito no Documento de Crédito como competente para analisar as controvérsias decorrentes daquele documento.

13.2 O UNIBANCO poderá, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas pela PRESTADORA DA GARANTIA, conforme estabelecem os artigos 461, 621, 632 e 639 do Código de Processo Civil.

14. Ficam ratificadas todas as cláusulas, termos e condições do Documento de Crédito.

14.1. A PRESTADORA DA GARANTIA declara conhecer e aceitar todos os termos e condições do Documento de Crédito, tendo inclusive nele comparecido como Interviente Anuente.

JUSTAS E CONTRATADAS, assinam as partes este TERMO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE CERTIFICADOS DE DEPÓSITO BANCÁRIO, em 04(quatro) vias de igual teor e de mesmo efeito, as quais são também subscritas por duas testemunhas.

São Paulo, 18 de Dezembro de 2008

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.


GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA
PRESTADORA DA GARANTIA


GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome:
CPF:

2ª _____
Nome:
CPF:

C04561CN0001504544860200812180890906

C04561CN0001504544860200812180890906

ANEXO I

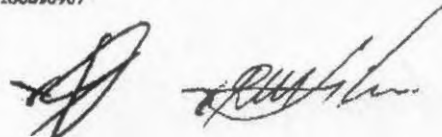
Descrição dos CDBs - Certificados de Depósito Bancários cedidos fiduciariamente ao UNIBANCO
("CDBs") nesta data:
Nº. 022100461

Instituição Financeira Emissora: UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S.A.
Valor: R\$ 200.000,00
Taxa de Remuneração (percentual do indexador): 100%
Indexador: CDI
Data de Emissão: 17/12/2008
Data de Vencimento: 06/06/2011

C04561CN0001504544860200812180890907

7

C04561CN0001504544860200812180890907



777
des 7/8

ILUSTRÍSSIMA SENHORA DIRETORA DO 2º OFÍCIO CÍVEL DA COMARCA DE SOROCABA

Processo nº de ordem 1152/2009 (1º Volume)

Seção: processual () administrativo ()

João V. Leuz
(Advogado ou Estagiário de Direito)

OAB/SP: 34204

Endereço: _____

Telefone: 32326758

(assinatura do advogado)

Solicito a vista em Cartório, fora do balcão, por 01 (uma hora) ,
nos termos do **Provimento CG 04/2006**

Sorocaba, 31 de julho de 2012.

Horário de entrega nos autos: 15:35 hs / [assinatura]
(visto do Diretor ou do Escrevente)

Horário de Devolução dos autos: _____ hs / _____
(visto do Diretor ou do Escrevente)

CONCLUSÃO

Em 20 de setembro de 2012 faço estes autos conclusos a Meritíssima Juíza de Direito da 2ª Vara Cível, Dra. Ana Maria Alonso Baldy.

Eu _____ (Cristina Ishikawa Ueda), Chefe de Seção, subscrevi.

Proc. 1152/09

Ao MP.

Sorocaba, 20/09/2012

ANA MARIA ALONSO BALDY
Juíza de Direito

DATA

Em 21/9/12 recebi estes autos em Cartório.

Eu _____ Escrevente, subscrevo.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que:

- ☐ despacho de fls. _____
- ☐ sentença de fls. _____ e preparo de fls. _____
- ☐ retirar _____
- ☐ certidão do(a) oficial(a) de fls. _____
- ☐ providenciar _____
- ☐ ciência _____
- ☐ outros _____

foi remetida(o) ao DJE nesta data, sendo disponibilizada no 1º dia útil seguinte.

Considera-se como data da publicação o 1º dia útil seguinte ao da disponibilização no DJE.

Sorocaba _____ V _____



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

779
779

Processo nº 024980-2/2009 - 2ª Vara Cível

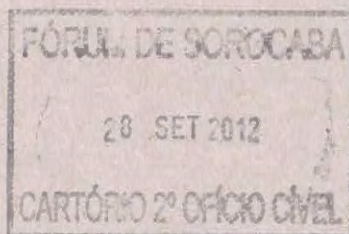
Meritíssimo Juiz:

Ciente de fls. 759/760. De acordo com o sr. Administrador Judicial, aguardando-se o efetivo pagamento dos demais credores.

Sorocaba, 26 de setembro de 2012.

ALICE SATIKO KUBO ARAUJO

1ª Promotora de Justiça de Sorocaba





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Fórum de Sorocaba
2ª. Vara Cível
Livro de Carga (Cível) – (Advogado) nº 29

480

Impresso em 02/10/2012 15:58
Destino: SAMUEL ALVARES (289950-SP)
Responsável: SAMUEL ALVARES
Documento:
Endereço Residencial: (não informado)

Carga nº: 8658798
Página nº 116

Endereço Comercial: Rua Treze de Maio, Fone: 32322734
Bairro : Centro CEP: 18035150 Município: Sorocaba - SP

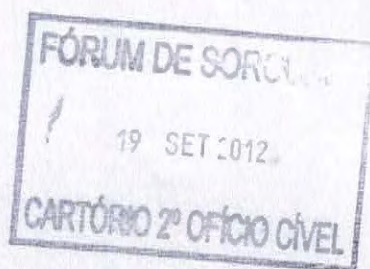
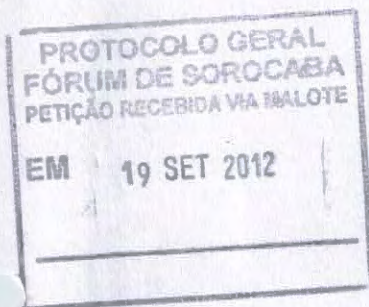
Seq.	Processo nº	Dt. Distrib.	Ordem nº	Compet.	Vol.	Fls.	Prev. Retorno
1	602.01.2009.024980-2	23/06/2009	001152/2009	Cível	Todos	-----	17/10/2012

3/11/12

Recebido por

02/10/12
em

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA
CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE SOROCABA - SP



PROCESSO Nº 602.01.2009.024980-6

Nº DE ORDEM: 1152/2009

BANCO DO BRASIL S/A, por seu advogado
que esta subscreve, nos autos da **RECUPERAÇÃO JUDICIAL –
IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO** movida contra **GERBO ENGENHARIA E
MANUFATURA LTDA**, vem, respeitosamente, à presença de V.Exa, em
atendimento ao r. despacho de fls., requerer a juntada do presente
comprovante de recolhimento das custas do processo, no valor de R\$
4.534,14 (quatro mil, quinhentos e trinta e quatro reais e catorze
centavos), para os devidos fins de direito.

Termos em que

Pede e espera o deferimento

São Paulo, 13 de Setembro de 2012

NEI CALDERON

OAB/SP 114.904

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA
GUIA DE ARRECAÇÃO ESTADUAL
- DE MAIS RECEITAS -

GARE
DR

01 - MICROFILME (NÃO PREENCHER)

02	DATA DE VENCIMENTO	13/09/2012
03	CÓDIGO DA RECEITA	230-6
04	INSCRIÇÃO ESTADUAL	
05	CNPJ ou CPF	00000000475114
06	INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA ou N.º DA ETIQUETA	
07	REFERÊNCIA (mês/ano)	
08	N.º AJIM ou N.º DI ou N.º PARCELAMENTO	
09	VALOR DA RECEITA (Nominal ou Corrigida)	4.534,14
10	JUROS DE MORA	
11	MULTA DE MORA ou MULTA POR INFRAÇÃO (Nominal ou Corrigida)	
12	ACRÉSCIMO FINANCEIRO	
13	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	
14	VALOR TOTAL	4.534,14

15 CONTRIBUINTE
Banco do Brasil S/A

16 ENDEREÇO
RUA DOM JOSE DE BARROS, 264, 2º ANDAR

MUNICÍPIO
São Paulo

UF
SP

17 TELEFONE

18 TRIBUTOS/RECEITA
Custas Judiciais pertencentes ao Estado (atos judiciais)

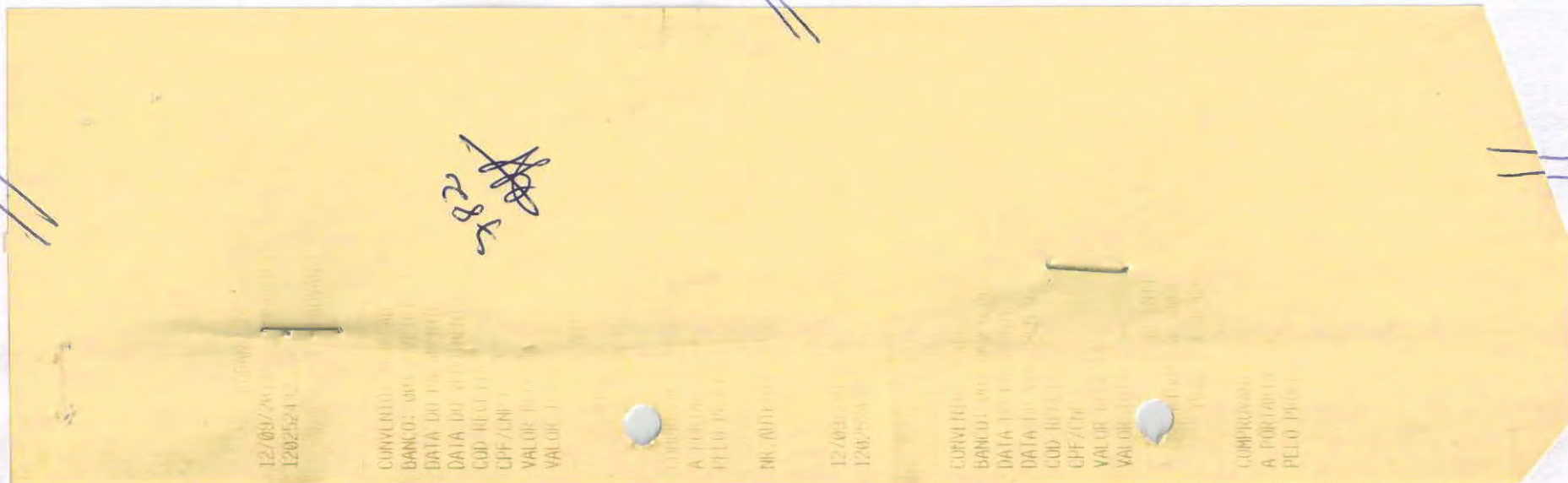
19 CNAE

20 PLACA DO VEÍCULO

21 OBSERVAÇÕES
PROCESSO N.º 602.01.2009.024980-6
N.º DE ORDEM: 1152/2009
BANCO DO BRASIL S/A X GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA
2ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE SOROCABA - SP
BBJUR: 2010/0026146
AGÊNCIA: 2414
CUSTAS DO PROCESSO

22 AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Portaria CAT N.º 27/95





José Carlos Kalil Filho

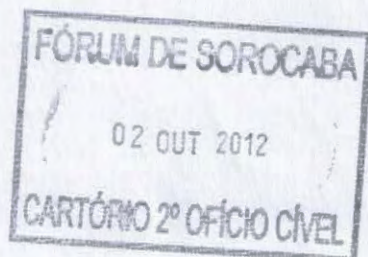
OAB/SP 65.040 - CPF 751.745.538/91
ADVOGADO

784

causa
adu.
02/10.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 2ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOROCABA.

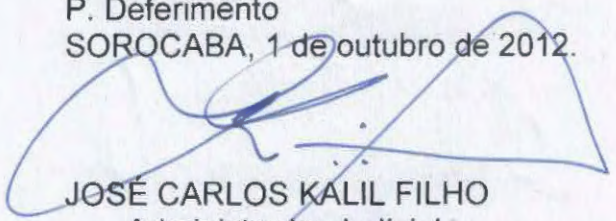
Proc. nº 602.01.2009.024980-2/000000-000
Nº de Ordem: 1152/2009
Recuperação Judicial



JOSÉ CARLOS KALIL FILHO,
Administrador Judicial, nos autos da RECUPERAÇÃO JUDICIAL de
“**GERBO ENGENHARIA & MANUFATURA LTDA.**”, em trâmite por
esse MM. Juízo e respectivo Cartório, vem respeitosamente perante V. Exa.,
nos autos principais da recuperação, requerer a juntada do QUADRO
GERAL DE CREDORES.

Não obstante, após a homologação do
quadro geral de credores ora juntado, por este R. Juízo, deve o mesmo ser
publicado no Diário Oficial, conforme prevê o parágrafo único do art. 18 da
LRE.

Termos em que,
P. Deferimento
SOROCABA, 1 de outubro de 2012.


JOSÉ CARLOS KALIL FILHO
Administrador Judicial
OAB/SP 65.040



José Carlos Kalil Filho

OAB/SP 65.040 - CPF 751.745.538/91
ADVOGADO

785
✱

QUADRO GERAL DE CREDORES
RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA EMPRESA
“GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA.”

A) CREDORES QUIROGRAFÁRIOS

NOME	VALORES EM R\$
Banco Abn Amro Real S/A	464.139,60
Banco do Brasil S/A	441.012,38
Banco Bradesco S/A	149.388,48
Banco Itaú S/A	998.107,04
Eccos Tecno Metalúrgica Ltda.	1.147.611,24
José Gerbovic	5.632.637,38
Leosmar Gonzáles Martinez	1.322.180,94
Unibanco – união de Bancos Brasileiros S/A	2.638.146,89
TOTAL DOS CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS	12.793.223,95

B) CREDORES TRABALHISTAS

NOME	VALORES EM R\$
Carlos Henrique Martins	698.398,75
Everaldo da Silva Trindade	96.393,28
TOTAL DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS	794.792,03



José Carlos Kalil Filho

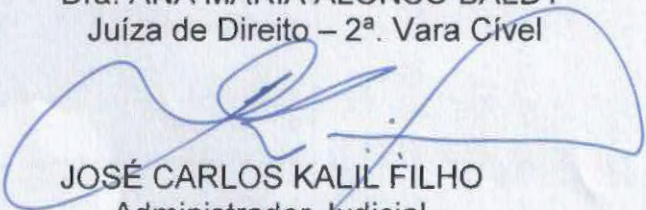
OAB/SP 65.040 - CPF 751.745.538/91
ADVOGADO

786
[Signature]

RESUMO GERAL	
CREDORES QUIROGRAFÁRIOS	12.793.223,95
CREDORES TRABALHISTAS	794.792,03
TOTAL GERAL	R\$ 13.588.015,98

Sorocaba, 1 de outubro de 2012.

Dra. ANA MARIA ALONSO BALDY
Juíza de Direito – 2ª. Vara Cível


JOSÉ CARLOS KALIL FILHO
Administrador Judicial
OAB/SP – 65.040



José Carlos Kalil Filho

OAB/SP 65.040 - CPF 751.745.538/91
ADVOGADO

787
AA

QUADRO GERAL DE CREDORES
RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA EMPRESA
"GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA."

A) CREDORES QUIROGRAFÁRIOS

NOME	VALORES EM R\$
Banco Abn Amro Real S/A	464.139,60
Banco do Brasil S/A	441.012,38
Banco Bradesco S/A	149.388,48
Banco Itaú S/A	998.107,04
Eccos Tecno Metalúrgica Ltda.	1.147.611,24
José Gerbovic	5.632.637,38
Leosmar Gonzáles Martinez	1.322.180,94
Unibanco – união de Bancos Brasileiros S/A	2.638.146,89
TOTAL DOS CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS	12.793.223,95

B) CREDORES TRABALHISTAS

NOME	VALORES EM R\$
Carlos Henrique Martins	698.398,75
Everaldo da Silva Trindade	96.393,28
TOTAL DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS	794.792,03



José Carlos Kalil Filho

OAB/SP 65.040 - CPF 751.745.538/91
ADVOGADO

788
ff

RESUMO GERAL	
CREDORES QUIROGRAFÁRIOS	12.793.223,95
CREDORES TRABALHISTAS	794.792,03
TOTAL GERAL	R\$ 13.588.015,98

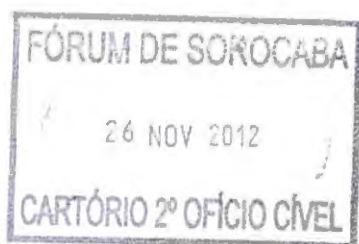
Sorocaba, 1 de outubro de 2012.

Dra. ANA MARIA ALONSO BALDY
Juíza de Direito – 2ª. Vara Cível

JOSE CARLOS KALIL FILHO
Administrador Judicial
OAB/SP – 65.040

Exma. Sra. Dra. Juíza de Direito, 2ª. Vara Cível – Sorocaba.

Proc. n. 1152/2009



ITAU UNIBANCO S/A., por seu advogado, nos autos da Recuperação Judicial de **GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA.**, vem à presença de Vossa Excelência requerer se digne determinar à digna Serventia, certifique nos autos os pagamentos já efetuados pela recuperanda, na forma prevista no plano aprovado.

P. Deferimento.

Sorocaba, em 01 de Novembro de 2012.

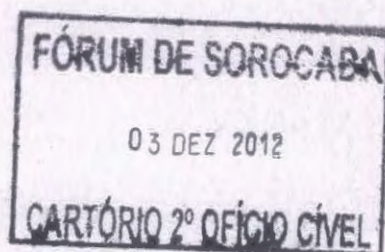
JORGE VICENTE LUZ
OAB. 34.204.

Excelentíssima Senhora Doutora Juíza de Direito da 2ª Vara Cível da
Comarca de SOROCABA-SP.

Processo nº 24980-2/2009

Ordem nº 1152/2009

Recuperação Judicial



GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA

LTDA, pessoa jurídica de direito privado devidamente constituída e já identificada nos autos do processo supramencionado, vem à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seu procurador que ao final subscreve, em prazo, expor e ao final postular pelo seguinte:

- 1) O Senhor Administrador quando apresentou o "Quadro Geral de Credores", deixou claro a seguinte situação:

A) CREDORES QUIROGRAFÁRIOS

ORDEM	NOME	VALORES EM RS
1	Banco ABN Amro Real S/A	464.139,60
2	Banco do Brasil S/A	441.012,38
3	Banco Bradesco S/A	149.388,48
4	Banco Itaú S/A	998.107,04
5	Eccos Tecno Metalúrgica Ltda.	1.147.611,24
6	José Gerbovic	5.632.637,38
7	Leosmar Gonzáles Martinez	1.322.180,94
8	Unibanco – União de Bancos Brasileiros S/A	2.638.146,89
	Total dos Créditos Quirografários	12.793.223,95

B) CREDITORES TRABALHISTAS

ORDEM	NOME	VALORES EM R\$
1	Carlos Henrique Martins	698.398,75
2	Everaldo da Silva Trindade	96.393,28
	Total dos Créditos Trabalhistas	794.792,03

RESUMO GERAL	
CREDITORES QUIROGRAFÁRIOS	12.793.223,95
CREDITORES TRABALHISTAS	794.792,03
TOTAL GERAL	R\$ 13.588.015,98

- 2) Referido quadro de credores espelhava na verdade a situação da empresa quando da homologação do pedido da Recuperação Judicial, ou seja, posição de 07 de outubro de 2010.
- 3) De mencionado Quadro de Credores, a obrigação da Requerente, neste primeiro momento está sujeita a eventual liquidação de 1/10 ou 10% do passivo exigível, para cumprimento do Plano de Recuperação.
- 4) O quadro geral apresentado sofreu significativas modificações da seguinte ordem, vejamos:
 - a. Quanto aos credores quirografários – bancos:
 - i. EccosTecno Metalúrgica Ltda. (5) , tem tido os seus valores regularmente creditados por força de contrato, razão pela qual devem ser excluídos os valores indicado no mencionado quadro:
 - ii. Unibanco – União de Bancos Brasileiros S/A (8) – as pessoas garantidoras do credito, se compuseram com o mencionado credor e dele receberam a quitação de tal pendência, conforme se pode ver do documento em anexo;

b. Quanto aos créditos trabalhistas:

- i. **Carlos Henrique Martins (1)** – teve o valor de seu crédito devidamente quitado nos autos da Reclamação Trabalhista promovida contra a Requerente, conforme demonstrado se encontra nos autos a fls.
- ii. **Everaldo da Silva Trindade (2)** – teve, também, o valor de seu crédito devidamente quitado nos próprios autos da Reclamação Trabalhista promovida contra a Requerente, conforme demonstrado se encontra nos autos a fls.

5) Em face de todas essas circunstancias, temos que presentemente o “Quadro Geral de Credores”, se resume aos seguintes credores e nos seguintes valores:

ORDEM	NOME	VALORES EM R\$
1	Banco ABN Amro Real S/A	464.139,60
2	Banco do Brasil S/A	441.012,38
3	Banco Bradesco S/A	149.388,48
4	Banco Itaú S/A	998.107,04
	Total dos Créditos Quirografários	2.052.647,50

- 6) Sendo, pois essa a atual posição da empresa, demonstrado fica que o depósito da primeira parcela, ou 1/10 (uma décima parte), ou ainda 10% (dez por cento) do valor do passivo exigível, haverá de ser feito a ordem de R\$ 205.264,75, com os encargos anunciados no Plano de Recuperação, ou seja, 1% ao mês, mais correção monetária, a contar do deferimento.
- 7) Como se pode ver dos autos em questão, o Banco Itaú S. A., sem qualquer autorização judicial, resgatou para si, vide fls. 658/659, a quantia de R\$ 245.652,09, o que foi feito em 06 de junho de 2011, que se encontrava em regime de aplicação, em nome da Requerente, o que não poderia ter ocorrido, uma vez que os ativos dela Requerente a partir do ingresso da presente medida ficam disponíveis aos credores e não exclusivamente a um deles;

a. De outro lado, no sentido de que os valores devem retornar à Requerente, conforme concordância da Requerente a fls. 712, o que foi feito em face do pedido abaixo:

i. Levado a efeito pelo Senhor Administrador Judicial – vide petição de fls. 693/695, o que foi reiterado a fls. 759/760;

b. De outro lado cumpre-se consignar que a Digna Representante do Ministério Público – vide manifestação de fls. 779, também concordou com esse pleito.

8) Referido valor é mais do que suficiente para liquidar o valor da primeira parcela, eis que deverá ser restituído pelo Banco Itaú S. A., de pronto, acrescido de juros e correção monetária, a contar do resgate de mencionada aplicação até a data do depósito em Juízo, o que deverá ser feito sob as penas da Lei.

Postas todas essas considerações a apreciação do D. Juízo é a presente para requerer:

a) Seja apreciada a petição de fls. 759/760 e ora reiterado no item 8, acima, no sentido de que:

a. o Banco Itaú S.A. promova o depósito de pronto nos autos, dos valores que irregularmente resgatou de conta aplicação da Requerente;

b. Essa devolução Excelência, deverá ser feita, no prazo improrrogável de quarenta e oito horas (48hs), sob pena de multa e outros consectários legais;

- c. Deverá ser feita a restituição dos valores acrescidos dos juros e correção monetária, a contar da data do resgate e até o efetivo depósito em Juízo, o que deverá ser feito nas mesmas bases da aplicação ali levada a efeito;*
- b) Na sequência, seja dada vista dos autos ao D. Administrador Judicial para que se manifeste em relação a todas as situações acima elencadas;
- c) Da mesma forma seja dada vista dos atos à D. Representante do Ministério Público, para igual manifestação;

Depois de adotadas todas essas providencias R., seja considerado realizado o pagamento da Primeira Parcela, como e por ser de direito.

Nesses termos,

P. Deferimento.

Sorocaba, 30 de novembro de 2012.

José Domingos Valarelli Rabello

OAB / SP 44.449

CONCLUSÃO

Em **04 de dezembro de 2.012**, faço estes autos conclusos à MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Sorocaba, Dra. **ANA MARIA ALONSO BALDY**.

Eu,  (Loide Cristina Siqueira), coordenadora, subscrevo.

Processo 1152/09

Fls.790/ss: indefiro o pedido de devolução do valor a ser feito junto ao Banco Itaú S/A, considerando que, conforme o mesmo comprovou, a Cédula de Crédito Bancário 1504544860 (fls.763/ss) está garantida por alienação fiduciária (fls.770/ss), de modo que, esta situação não autoriza o mandado de devolução de valores, nos termos do art. 49, § 3º, da Lei 11.101/05.

O crédito cedido fiduciariamente, não se submete aos efeitos da recuperação judicial.

No mais, manifeste-se o administrador e o MP a respeito das modificações mencionadas pela recuperanda a fls.790/ss.

Fls.789: informe a recuperanda.

Int. Ciência ao MP.

Sor., 06/12/12.

 Juiz de Direito





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Juízo de Direito da 2ª. Vara Cível da Comarca de Sorocaba
R VINTE E OITO DE OUTUBRO, 691 - SALA 107 - JARDIM DO PASSO- Sorocaba/SP -
CEP: 18087-080

CARTA DE INTIMAÇÃO

Processo nº: 602.01.2009.024980-2

Ordem nº: 1152/09

Ação: Recuperação Judicial

Requerente: GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA

REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A

Sorocaba, Em 10 de Dezembro de 12

Em cumprimento à determinação do(a) Dr(a) ANA MARIA ALONSO BALDY, MM(a) Juiz(a) de Direito da 2ª. Vara Cível da Comarca de Sorocaba, Estado de São Paulo, expedidos nos autos da ação de Recuperação Judicial movida por GERBO ENGENHARIA E MANUFATURA LTDA em face de BANCO DO BRASIL S/A

INTIMO Vossa Senhoria, do r. despacho de teor seguinte: " Fls. 795: Fls.790/ss: indefiro o pedido de devolução do valor a ser feito junto ao Banco Itaú S/A, considerando que, conforme o mesmo comprovou, a Cédula de Crédito Bancário 1504544860 (fls.763/ss) está garantida por alienação fiduciária (fls.770/ss), de modo que, esta situação não autoriza o mandado de devolução de valores, nos termos do art. 49, § 3º, da Lei 11.101/05. O crédito cedido fiduciariamente, não se submete aos efeitos da recuperação judicial. No mais, manifeste-se o administrador e o MP a respeito das modificações mencionadas pela recuperanda a fls.790/ss. Fls.789: informe a recuperanda. Int. Ciência ao MP. Sor., 06/12/12. (a)). ANA MARIA ALONSO BALDY - Juíza de Direito".

Esclareço a Vossa Senhoria que a presente carta é expedida conforme o disposto no artigo 222, do Código de Processo Civil, com a nova redação dada pela Lei nº 8710 de 24/09/93, valendo o recibo que a acompanha como comprovante de que esta intimação se efetivou.

(Eu, Valéria A.P.E.Santo, Escrevente, digitei a presente carta de intimação, sendo dispensada sua assinatura, conforme Provimento da CG nº 18/2009, publicado no DJE em 15, 17 e 21/7/09.)

A(o) Ilmo(a) Sr(a):

JOSE CARLOS KALIL FILHO

RUA DR. BRAGUINHA, 45, CONJUNTO 73

Cep 18010-120 - SOROCABA

CERTIDÃO:

Certifico e dou fé que procedi ao encerramento nesta data do 4º volume dos autos da ação RECUPERAÇÃO JUDICIAL, proc. nº 24980-39/2009 às fls.796 para o seu melhor manuseio.

Sorocaba, 06 de março de 2014.

*A escrevente,
Gonzales S. Silva).*

(Isabela

